

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SARITA MALAGUTY

**SOFRIMENTO PELO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA TEORIA DA
ATIVIDADE DE A. N. LEONTIEV PARA O CAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR.**

CURITIBA

2013

Catálogo na publicação
Fernanda Emmanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Malaguty, Sarita

Sufrimento pelo trabalho : contribuições a partir da teoria da atividade de A. N. Leontiev para o campo saúde do trabalhador / Sarita Malaguty – Curitiba, 2013.
152 f.

Orientador: Profº. Drº. João Henrique Rossler
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes Universidade Federal do Paraná.

1.Trabalhadores - Sofrimento - Aspectos psicológicos. 2. Medicina do trabalho. 3. Doenças profissionais. 4. Trabalho - Aspectos Psicológicos. 5. Saúde do trabalhador. I.Título.

CDD 158.7

SARITA MALAGUTY

**SOFRIMENTO PELO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA TEORIA DA
ATIVIDADE DE A. N. LEONTIEV PARA O CAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia, linha de pesquisa Práticas Educativas e Produção da Subjetividade. Setor de Ciências Humanas, letras e artes, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientação: Prof. Dr. João Henrique Rossler.

CURITIBA

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia
MESTRADO EM PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA
Ψ

SARITA MALAGUTY

SOFRIMENTO PELO TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do Título de **MESTRE EM PSICOLOGIA**, pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Psicologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR – Universidade Federal do Paraná, e APROVADA (aprovada/reprovada) pela Banca Avaliadora abaixo assinada.

Prof. Dr. João Henrique Rossler
Universidade Federal do Paraná
Professor Orientador

Prof.ª Dr.ª Terezinha Martins dos Santos Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professora Titular

Prof.ª Dr.ª Maria Tereza Castelo Branco
Universidade Federal do Paraná
Professora Titular

Prof. Dr. Arnones de Jesus Ramos Júnior
Faculdade Padre João Bagozzi
Professor Titular

Curitiba, 03 de outubro de 2013.

Dedico essa dissertação à classe trabalhadora que vivencia o sofrimento cotidianamente criando formas individuais e coletivas de resistência.

Em especial à parcela da classe que dedica a sua vida à luta pelo fim da pré-história da humanidade.

AGRADECIMENTOS

Ao longo de três anos de estudos fica muito difícil lembrar de todos os sujeitos que passaram pela minha vida e contribuíram com a construção desse trabalho. Entre eles estão amigos, camaradas, colegas de trabalho e trabalhadores que passaram pela "sala da psicóloga" ou que encontrei pela vida e que, através de bons papos, nem imaginam o quanto contribuíram e contribuem para minha constituição como pessoa, profissional e militante. Entre tantos, vou citar alguns esperando que coletivamente todos se sintam contemplados com meu profundo agradecimento.

Aos meus pais, Carmem e Flávio, pelo esforço carinhoso de sempre tentar compreender o incompreensível e de sempre me apoiar em todas as minhas decisões de forma ativa, calorosa e parceira.

Aos meus amigos-irmãos-camaradas, sempre presentes, inclusive nas ausências que a vida impõe: Cássia, Diana, Mel e Vitor. Em especial para a Diana com quem dividi intensamente e sofridamente esta etapa.

Ao meu amor - companheiro Jules Ventura, que no meio do furacão decidiu dividir a vida comigo, dando todas as condições (amorosas, parceiras, práticas e até culinárias) pra que eu pudesse concluir essa dissertação e ainda pelo esforço intelectual (de um não-marxista) em contribuir com as minhas elaborações.

Ao meu orientador, João Henrique Rossler, pela liberdade de criação, pelas críticas certeiras e por estar sempre à disposição.

Às minhas colegas e amigas de trabalho que me apoiaram desde o princípio e entenderam as minhas ausências. Às colegas do CRAS Costeira (em especial Ana Sofia, Soraia, Edilma, Pollyanna, Terezinha e Adriana) e do COMSE (em especial Emanuela, Ana e Andrea) e do FOMTSUAS. Agradeço também a Claudete e a Miralva por viabilizarem meu afastamento do trabalho.

Aos camaradas da LS, ASS, OOV e Intersindical. Que esse trabalho contribua de alguma forma para nossa luta cotidiana.

Aos monitores do NEP 13 de maio, ao Emílio pelas elaborações do tema, e em especial ao velho capitão Scapi, que me deu a primeira cutucada certa pra começar esse estudo e que permanece hoje e sempre "no meu ombro esquerdo".

Aos meus amigos, alguns de longa jornada, outros de passagem rápida (mas importante) pela vida, Eduardo (pelo carinho de irmão), Rogério (por estar sempre presente), Irina (pelas revisões, estudos, conversas), Virgínia (pelas agulhadas - literalmente e metaforicamente), Luis Fernando (pelas revisões e papos), Karlla (pelas talitagens), Tiago (pela vivência compartilhada), Vinícius (pelas revisões), Dafne (pelos estudos, papos e elaborações), entre tantos outros.

À Juan Ortiz pela tradução.

À minha banca - Armenes, Graziela, Maria Tereza e Terezinha Martins, pelo interesse no tema e pela disposição a todo o momento em contribuir com a sua construção.

Por fim e sempre, à classe trabalhadora, cuja emancipação é o sentido desse trabalho e da minha vida.

O trabalhador exemplar

A poção Z não é uma novidade tecnológica na era da
globalização do trabalho.
É um antigo segredo das tradições do Haiti.
Explica-se assim:
De noite, as abelhas alimentadas com a poção Z cravam seus
dardos no corpo de alguém que dorme.
Ao amanhecer, o inoculado não consegue se levantar.
Ao meio-dia, apaga-se feito uma vela.
Ao entardecer, seus entes queridos o levam, em andor, ao
cemitério.
À meia-noite, o finado abre sua tumba e volta ao mundo.
O regressado, convertido em zumbi, perdeu a paixão e a
memória. Trabalha sem horário nem salário, moendo cana ou
erguendo paredes ou carregando lenha, os olhos idos, calada a
boca: não se queixa nunca, nem exige nada, nem mesmo
pede.

Eduardo Galeano (Bocas do Tempo).

*Primeiro, que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não
pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu
trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz,
que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre,
mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador
só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si
[quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho.
Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não
está em casa. O seu trabalho não é, portanto voluntário, mas
forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a
satisfação de uma carência, mas somente um meio para
satisfazer necessidades fora dele.*

Karl Marx (Trabalho Estranhado e Propriedade Privada).

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa teórico-conceitual que tem como objetivo encontrar elementos teórico-metodológicos na Psicologia Histórico-Cultural, em especial, na obra de A. N. Leontiev, que possam contribuir para o entendimento do sofrimento pelo trabalho na sociedade capitalista. Trata-se, portanto, de uma investigação sistemática da teoria psicológica de Leontiev e de autores contemporâneos que dialogam com o mesmo, a fim de buscar elementos que possibilitem a mediação entre o referencial filosófico, econômico-político marxista e o campo teórico-prático da Saúde do Trabalhador. Destacando-se, neste campo, a teoria da determinação social do processo saúde-doença formulada pela Medicina Social Latinoamericana que, por ser fundamentada no materialismo histórico-dialético, a consideramos a teoria mais avançada. Esta pesquisa se justifica pelos altos índices de transtorno mental relacionado ao trabalho e pelas poucas publicações na área que se utilizam do referencial teórico adotado. Entende-se que, por ter tido sua gênese fundada no materialismo histórico-dialético, a Psicologia Histórico-Cultural pode contribuir com o campo Saúde do Trabalhador; especialmente, ao considerar os fenômenos psíquicos como constituídos a partir da atividade do indivíduo em um modo de produção específico. Esta Psicologia fornece, portanto, elementos para pensar como os indivíduos internalizam as contradições do capitalismo, determinando certas formas de pensar, sentir e agir no mundo do trabalho. Verificamos que, por estar vinculado a uma atividade alienada, o sentido do trabalho para o trabalhador está dissociado do conteúdo e do significado da sua atividade principal, o que, por esse motivo, determina a constituição de uma personalidade também fragmentada. Ou seja, o sentido do trabalho para o trabalhador é seu salário e não o conteúdo da sua atividade ou sua significação social. Tal fato está ligado à essência das relações sociais no modo de produção capitalista que, por serem alienadas, são potencialmente fonte de sofrimento para o trabalhador. Por outro lado, a reestruturação produtiva em curso atualmente generaliza-se como forma de gestão do capital e modifica alguns elementos da atividade do trabalhador, por mais que mantenha a sua essência e as contradições fundamentais próprias do modo de produção capitalista. A gestão do trabalho sob a forma toyotista vincula emocionalmente o trabalhador ao seu trabalho pela ampliação de determinados motivos-estímulos no interior da atividade, ao trazer as necessidades do trabalhador, que antes eram externas, para o interior da atividade de trabalho. A flexibilização do trabalho nessa forma de gestão também exige “novas” formas de vinculação do trabalhador ao seu trabalho, com uma maior diversificação de ações no interior desta atividade, a qual demanda características próprias do psiquismo para atender as necessidades da produção, bem como determina uma maior vinculação da sua vida cotidiana às necessidades do capital. Desta forma, verificamos que o trabalho sob o capitalismo produz em sua essência determinadas contradições que se expressam em sofrimento no trabalhador, sendo que as características das novas formas de gestão de trabalho tendem a aprofundar esse sofrimento, aumentando as cargas de trabalho (em especial, as sobrecargas e subcargas psíquicas) e, conseqüentemente, o desgaste do trabalhador. Por isso, impactando no seu processo de saúde e doença.

Palavras chave: Sofrimento pelo trabalho. Psicologia Histórico-Cultural. Teoria da Atividade. Saúde do trabalhador.

RESUMEN

Este trabajo es fruto de una investigación teórico-conceptual que tiene como objetivo encontrar los elementos teórico-metodológicos en la Psicología Histórico-Cultural, en especial, en la obra de A. N. Leontiev, que puedan contribuir para el entendimiento del sufrimiento por el trabajo en la sociedad capitalista. Se trata, por lo tanto, de una investigación sistemática de la teoría psicológica de Leontiev y de otros autores contemporáneos que dialogan con la misma, a fin de buscar elementos que posibiliten la mediación entre la referencia filosófica, económico-política marxista y el campo teórico-práctico de la Salud del Trabajador. Destacándose en este campo la teoría de la determinación social del proceso salud-enfermedad formulada por la Medicina Social Latinoamericana que, por estar fundamentada en el materialismo histórico-dialéctico la consideramos la teoría más avanzada. Esta investigación se justifica por los altos índices de trastorno mental relacionados al trabajo y por las pocas publicaciones en el área que se utilizan de la referencia teórica adoptada. Se entiende que, por tener su génesis fundada en el materialismo histórico-dialéctico, la Psicología Histórico-Cultural puede contribuir con el campo de la salud del trabajador; especialmente, al considerar los fenómenos psíquicos como constituidos a partir de la actividad del individuo en un modo de producción específico. Esta psicología ofrece, por lo tanto, elementos para pensar como los individuos internalizan las contradicciones del capitalismo, determinando ciertas formas de pensar, sentir y actuar en el mundo del trabajo. Verificamos que, por estar vinculada a una actividad alienada, el sentido del trabajo para el trabajador está desasociado del contenido y el significado de su actividad principal, lo que, por ese motivo, determina la constitución de una personalidad también fragmentada o sea, el sentido del trabajo para el trabajador es su salario y no el contenido de su actividad o su significado social. Ese hecho está ligado a la esencia de las relaciones sociales en el modo de producción capitalista que, por ser alienadas, son potencialmente fuente de sufrimiento para el trabajador. Por otro lado, la restauración productiva en curso actualmente se generaliza como forma de gestión del capital y modifica algunos elementos de la actividad del trabajador, por más que mantenga su esencia y las contradicciones fundamentales propias del modo de producción capitalista. La gestión del trabajo sobre la forma toyotista vincula emocionalmente al trabajador a su trabajo por la ampliación de determinados motivos-estímulos en el interior de la actividad al traer las necesidades del trabajador, que antes eran externas, para el interior de la actividad del trabajo. La flexibilización del trabajo en esa forma de gestión también exige “nuevas” formas de vinculación del trabajador a su trabajo, con una mayor diversificación de acciones en el interior de esta actividad, la cual demanda características propias del psiquismo para atender las necesidades de la producción, bien como determina una mayor circulación de su vida cotidiana a las necesidades del capital. De esta forma, verificamos que el trabajo sobre el capitalismo produce en su esencia determinadas contradicciones que se expresan en sufrimiento en el trabajador, siendo que las características de las nuevas formas de gestión del trabajo tienden a profundizar ese sufrimiento, aumentando las cargas del trabajo (en especial, las sobrecargas e sub cargas psíquicas) y, consecuentemente, el desgaste del trabajador, por tanto, impactando en su proceso de salud y enfermedad.

Palabras clave: Sufrimiento por el trabajo, Psicología Histórico-Cultural. Teoría de la actividad. Salud del trabajador.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. O CAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR	25
1.1 A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR.....	25
1.1.1 A constituição da subárea saúde mental e trabalho.....	29
1.2 A DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE E DOENÇA	37
1.2.1 As cargas de trabalho e o processo de desgaste dos trabalhadores.....	44
CAPÍTULO 2. O TRABALHO E O SER HUMANO	49
2.1 O TRABALHO: ASPECTOS ONTOLÓGICOS.....	49
2.2 O TRABALHO SOB MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	57
2.2.1 O processo de alienação sob o capitalismo	64
2.2.2 Mais do mesmo: do taylorismo-fordismo à Reestruturação Produtiva.....	68
CAPÍTULO 3. O SER HUMANO E O TRABALHO PARA A. N. LEONTIEV	82
3.1 A ATIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO.....	83
3.2 A ATIVIDADE E A CONSCIÊNCIA.....	96
3.3 A ATIVIDADE E A PERSONALIDADE.....	100
CAPÍTULO 4. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA ATIVIDADE PARA O CAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR	114
4.1 O TRABALHO ALIENADO NO CAPITALISMO E O PROCESSO DE SOFRIMENTO DO TRABALHADOR	118
4.2 A ANÁLISE DA ATIVIDADE NA FORMA DE GESTÃO TOYOTISTA E O SOFRIMENTO DO TRABALHADOR.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	150

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o tema saúde mental tem sido pautado como nunca nos mais diversos campos da sociedade: na mídia, no meio acadêmico, na saúde pública e até em conversas informais. Nesse sentido, a cada dia são publicadas novas pesquisas sobre as “causas” dos adoecimentos psíquicos ou transtornos mentais. Além disso, “surtem” novos diagnósticos que transformam comportamentos tipicamente humanos como o luto, a revolta, a tristeza, a alegria, entre outros, em doença. Concomitantemente a isso, como não poderia deixar de ser, tanto para os “novos” diagnósticos, como para os “clássicos”, a indústria farmacêutica produz e vende, como nunca, psicotrópicos para todos os “males”. Nesse sentido, os ditos transtornos mentais têm sido um “bom negócio” para o capital.

Contudo, para além do senso comum, de fato, na última década temos observado um aumento substancial e crescente dos casos de afastamento de trabalhadores do seu trabalho em função de problemas relacionados ao adoecimento psíquico. Dados do INSS (2011) mostram que no Brasil os transtornos mentais e comportamentais são a terceira causa mais frequente de afastamento do trabalho por doença, posição que vem se repetindo ao longo dos anos acompanhada de um crescimento dos casos¹.

Dados de 2011 mostram que de cada dez pessoas que recebem o auxílio doença pelo INSS (2011), cinco são afastadas devido ao adoecimento psíquico. Entretanto, além dos dados oficiais existe um sério problema de subnotificação, já

¹ De 2009 a 2011, houve um aumento de 2% dos casos de concessão de benefício por transtorno mental, um crescimento que vem se mostrando constante nos últimos três anos, por exemplo: em 2009 foram 169.739 benefícios concedidos, em 2010 foram 180.986 já em 2011 o número subiu para 191.367. (INSS, 2009, 2010 e 2011) É importante dizer também que, a partir da entrada em vigor da Lei nº 11.430, de 26 de dezembro de 2006, do decreto nº 6.042, de 12 de fevereiro de 2007, o INSS passou a reconhecer doenças relacionadas ao trabalho mediante o estabelecimento de “nexo técnico epidemiológico” relacionado à atividade profissional exercida. Assim, “quando um trabalhador for afastado do trabalho por uma determinada doença que tenha significância estatística no ramo econômico a que pertence seu empregador, seu benefício será definido automaticamente pelo INSS como acidente de trabalho” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2008). Com isso, o número de registros de transtornos mentais relacionadas ao trabalho no INSS aumentou mais de 1000% de 2006 para 2007.

comprovado na literatura² e que observamos em nossa prática no serviço público³, em que estes números são bem menores do que a quantidade de trabalhadores que estão adoecidos. Tanto porque um número considerável destes trabalhadores não chegam a solicitar o benefício (por dificuldades de aceitar o sofrimento psíquico como doença, medo do desemprego, preconceito enfrentado devido ao perfil do adoecimento etc.), quanto porque inúmeras vezes a solicitação da concessão do auxílio doença é indeferida, ou seja, negada pelo perito do INSS. O que no caso de transtorno mental é muito comum quando o mesmo não chega a ser incapacitante. E, mais ainda, porque estes números desconsideram os trabalhadores sem registro formal.

Ao pesquisarmos os índices em plano mundial, eles se repetem. Segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2002), os transtornos mentais acometem cerca de 30% dos trabalhadores ocupados e os transtornos considerados graves (incapacitantes) de 5 a 10%. A depressão grave é a principal causa de incapacitação no mundo todo e está em 4º lugar entre as 10 principais causas de patologia. Outro dado alarmante é o número de suicídios, o relatório da OMS informa que um milhão de pessoas cometem suicídio por ano em todo mundo, estimando-se ainda que de 10 a 20 milhões tentam suicídio por ano. (WHO, Relatório Mundial da Saúde de 2002). Empresas como a FOXCONN⁴ e a FRANCE TELECON⁵ tem sido palco de uma grande onda de suicídios entre seus trabalhadores, inclusive dentro do local de trabalho, o que indica claramente, para nós, a vinculação deste fenômeno ao sofrimento enfrentado pelos trabalhadores⁶.

² Sobre o problema da subnotificação das doenças relacionadas ao trabalho ver publicações de Victor **Wünsch** Filho, Francisco Antonio de Castro **Lacaz**, entre outros autores do campo Saúde do Trabalhador.

³ Refiro-me a minha prática como psicóloga, nos oito anos em que estou formada, tanto em CAPS II, CAPS ad e no CRAS onde atendi (e ainda atendo) muitos casos de adoecimento pelo trabalho com e sem afastamento.

⁴ Uma grande reportagem sobre esse assunto pode ser encontrada no link: http://www.oarquivo.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2732:fabricao-da-foxconn-escravidaao-contratada-parte-1&catid=84:verdades-incoenientes-&Itemid=66. Acesso em: 03/05/2012.

⁵ O professor Álvaro Roberto Crespo Merlo elaborou um dossiê sobre a situação dos suicídios na France Telecom em 2009, que fornece um importante panorama do que aconteceu naquela empresa, esse dossiê pode ser encontrado no link:

<http://www.ufrgs.br/progesp/progesp-1/setores/dima/arquivos/estagio-probatorio/dossier%20suicidio%20na%20France%20Telecon%20Prof%20Alvaro.pdf> Acesso em: 03/05/2012.

⁶ Sobre o fenômeno do suicídio e sua vinculação com o modo de produção capitalista, ver NETTO, N. B. Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUC/SP. São Paulo-SP. 2007.

Concomitantemente com o crescimento dos índices de adoecimento, acompanhamos, também, um aumento dos estudos que intentam compreender esse fenômeno, por meio de diferentes referenciais teórico-metodológicos, os quais, necessariamente, implicam determinados posicionamentos ideológicos. Este é o caso das pesquisas em que o processo de adoecimento é relacionado a fatores extra-trabalho, como as relações cotidianas, familiares ou ainda à "personalidade" do trabalhador.

Segundo Silva Júnior (2012), médico perito do INSS, alguns fatores são associados ao afastamento do trabalho por adoecimento (em geral), entre eles estão: *aspectos sociodemográficos* (sexo feminino, idade avançada, ser solteiro, baixo nível de educação); *hábitos e estilos de vida* (consumo de álcool, tabagismo, obesidade etc.); *fatores adversos externos ao trabalho* (dificuldades financeiras e pouco apoio social doméstico); as *condições de trabalho* (condições ambientais desfavoráveis, fatores psicossociais como baixo controle sobre o ritmo, variabilidade e uso de habilidades no trabalho, apoio social, trabalho em turnos, tipo de emprego, mais de um vínculo de trabalho, carga física extenuante, ritmo acelerado etc.) e ainda; *condições de saúde* (autopercepção de saúde como ruim e pouco apoio social doméstico).

Segundo descrição acima, os fatores “extra-trabalho”, associados ao adoecimento, são mais mencionados do que os fatores diretamente vinculados ao trabalho (acreditamos que boa parte dos fatores considerados “não ligados ao trabalho” também tem vinculação com este, como veremos ao longo da dissertação). Tal fato, não é casual. Relacionar o processo de adoecimento a fatores “extra-trabalho” é parte da explicação ideológica vinculada e justificada pela ciência. Dados como estes são tanto criados quanto reforçados por teorias psicológicas e da saúde hegemônicas, que tentam com isso, desvincular o trabalho do processo de saúde e doença dos trabalhadores. Desta maneira, estas teorias acabam por individualizar o sofrimento e, por conseguinte, o adoecimento do trabalhador, além de culpabiliza-lo pela sua situação.

Em contrapartida, também verificamos um aumento das pesquisas que tentam estabelecer o vínculo entre o processo de trabalho e o processo de saúde e doença (nexo causal trabalho – adoecimento). Essas pesquisas tem uma importante contribuição ao explicitar a relação entre as condições de trabalho e o seu impacto

na saúde dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que realizam críticas às teorias hegemônicas.

Entretanto, verificamos que grande parte das pesquisas que estabelecem o nexos causal entre trabalho e adoecimento psíquico, ao situarem a relação entre a teoria do processo de trabalho e a teoria psicológica do sofrimento, em geral, procuram conciliar ideias, conceitos e pressupostos incongruentes. Como exemplo, podemos citar aquelas que se utilizam do marxismo para compreender a sociedade e o trabalho sob o capitalismo e, ao mesmo tempo, de teorias internalistas para compreender o psiquismo humano. Temos encontrado essa tendência, inclusive, no campo Saúde do Trabalhador, que teve influência do materialismo histórico-dialético no seu surgimento.

Ocorre que, com a frequente adoção de teorias psicológicas incongruentes a este universo teórico-metodológico, para embasar suas pesquisas sobre o psiquismo e o sofrimento do trabalhador (mesmo quando estes estudos preservam elementos do marxismo) eles fogem a sua orientação teórica central, a dizer: a de reconhecer a constituição do psiquismo a partir da realidade material, da atividade dos sujeitos no mundo. Um exemplo disto é a utilização da psicanálise e, em especial, da psicodinâmica do trabalho pelos marxistas do campo Saúde do Trabalhador. Esta junção parte de uma visão dicotômica do ser humano e do mundo e pressupõe as relações sociais e o psiquismo como objetos distintos. A adoção de teorias psicológicas incoerentes com o materialismo histórico-dialético, o qual acaba cumprindo, nestes estudos, somente a função de esboçar uma crítica social, implica em distorções que podem ter consequências importantes. A individualização do sofrimento do trabalhador é uma delas.

Com a intenção de se situar nesse campo diverso e desenvolver uma perspectiva que não traga em seu bojo as tendências acima reconhecidas, pretendemos neste estudo aproximar a Psicologia Histórico-Cultural e o campo Saúde do trabalhador. Entendemos que nossa pesquisa, fundamentada nessa abordagem teórico-metodológica (Psicologia Histórico-Cultural), se insere na área da Psicologia do Trabalho em sua interface com o campo da Saúde do Trabalhador.

Ao investigar o movimento histórico da psicologia e das ciências da saúde ligadas ao trabalho, observamos semelhanças no seu devir. Isso se deve ao fato de que a produção da ciência, como teoria e prática, está diretamente ligada às relações sociais estabelecidas em seu momento histórico. Do mesmo modo, as

concepções dos profissionais das áreas de atuação estão intrinsecamente ligadas à luta de classes, por mais que os mesmos não tenham plena consciência disso.

No decorrer do desenvolvimento do capitalismo a ciência foi e é utilizada, frequentemente, para modificar elementos da produção, os aperfeiçoando, produzindo tecnologia. Tecnologia entendida aqui também como técnica, que atua não só sobre máquinas, mas também sobre a força de trabalho. Como parte da ciência que “detém” a técnica para entender e lidar com a força de trabalho, os profissionais de saúde em geral e os psicólogos em particular foram sempre requisitados para esta finalidade. A Psicologia, em especial, é considerada especialista na compreensão da subjetividade da força de trabalho. Compreensão, obviamente, voltada a intervenção e utilização instrumental.

O início da psicologia ligada ao trabalho se dá associado ao início da própria psicologia como ciência, isto é, como campo de estudos e aplicação que tem sua gênese concomitante à crescente industrialização no fim do século XIX e início do século XX. Freitas (2002) apresenta e analisa três fases/faces da psicologia no contexto do trabalho: a Psicologia Industrial, a Psicologia Organizacional e a Psicologia do Trabalho. Fases, porque se sucedem historicamente relacionadas tanto com a atuação do psicólogo quanto com a teoria em que se baseia essa prática. Faces, porque estas fases não se reduzem a momentos estanques no desenvolvimento desta área de saber, já que comungam muitas vezes dos mesmos objetivos, pressupostos, instrumentos e práticas e, em geral, coexistem numa mesma atuação.

Segundo Freitas (2002), a Psicologia Industrial origina-se no final do século XIX tendo como papel principal a seleção e avaliação de trabalhadores para indústrias, atividades estas voltadas ao controle sobre o desempenho no trabalho e a eficiência organizacional. A contribuição da psicologia se encontra, neste momento, ligada principalmente ao uso de testes psicológicos com a finalidade de ajuste dos trabalhadores aos cargos de trabalho.

O surgimento das diferentes abordagens e práticas dos profissionais no contexto do trabalho está ligado ao modo da estruturação do trabalho, como necessidade do capital, em dada época histórica. No início do século XX, a tecnologia implantada no trabalho estava ligada à teoria de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que com seus estudos revolucionou o processo de trabalho (do ponto de vista do capital) ao investigar, segundo critérios de tempo e de movimento, a

forma como as pessoas executam a sua atividade. (FREITAS, 2002)

Palangana (2002) afirma que a produção na base técnico-científica taylorista converte a força de trabalho em capital com uma agilidade muito maior que a de tempos anteriores. Com sua técnica, os movimentos e tempos de trabalho são planejados com extremo rigor metodológico, o processo de trabalho é sistematicamente estudado e classificado para que, ao final, reste somente o modo mais rápido e eficaz de realizá-lo. Estas análises do comportamento e das características do trabalho têm como objetivo claro o aumento da eficiência organizacional, ou seja, da produtividade.

A concepção do humano subjacente à teoria taylorista é mecanicista e racionalista, pressupondo a noção de um trabalhador passivo. O ser humano era concebido nesta perspectiva como sendo avesso ao trabalho, decorrendo disto a necessidade de controlá-lo. Deste modo, o processo de trabalho e os próprios sentimentos do trabalhador deveriam ser neutralizados e controlados. Partindo-se desta concepção de ser humano, à psicologia caberia um importante papel, uma vez que, os cargos gerenciais é que devem exercer esse controle e o fazem baseando-se nos conhecimentos e nas técnicas desenvolvidas pela ciência psicológica. (FREITAS, 2002)

Ainda durante a fase da Psicologia Industrial, a partir da década de 1920 do século passado, iniciam-se algumas críticas à concepção taylorista de ser humano. Todavia, ainda restritas ao objetivo de desenvolver modos “mais eficientes” de aumento da produtividade. Neste contexto, desenvolve-se no campo da Administração a chamada Teoria das Relações Humanas, a qual se volta para a compreensão das e para a intervenção sobre as necessidades psicológicas e sociais e os relacionamentos interpessoais do trabalhador, com o intuito de produzir um maior envolvimento em seu trabalho. Partiam do pressuposto que o trabalhador, ao se sentir motivado, melhoraria seu desempenho e aumentaria sua produtividade. Portanto, neste momento, a subjetividade do trabalhador, em especial, seu domínio, torna-se um elemento central para o capital e a Psicologia consolida-se como braço direito da Administração. (FREITAS, 2002)

Ou seja, as teorias psicológicas surgidas nessa fase não denunciavam as relações de dominação e exploração existentes nas relações de produção. Pelo contrário, identificam-se com a gerência das organizações, para contribuir com a melhora no desempenho e o aumento da produtividade do trabalhador, propondo

técnicas capazes de superar situações de conflito, a fim de se conseguir o equilíbrio e a adaptação do indivíduo e de suas relações (relações interpessoais) ao sistema capitalista. (FREITAS, 2002)

De tal modo que, por volta de 1940-1950, a psicologia no contexto do trabalho entra numa nova fase - a Psicologia Organizacional - dando continuidade aos estudos e às práticas desenvolvidas no interior da teoria das relações humanas, porém se aprofundando nos efeitos da estrutura organizacional sobre o comportamento, a motivação, a satisfação, o desempenho e a eficiência do trabalhador em seu trabalho. Baseada, sobretudo, na abordagem sistêmica, esta Psicologia argumenta a favor de uma visão integrada e global do humano, considerando as diversas variáveis no trabalho. No entanto, permanece visando a harmonia nas organizações tendo como intuito estabelecer seu equilíbrio. Sem evidenciar os conflitos e as contradições nas relações de trabalho, continua, do mesmo modo que a Psicologia Industrial, a ter uma concepção do humano abstrata e a-histórica, voltada a atender as demandas postas pelo campo da Administração e, assim, do capital. (FREITAS, 2002)

A psicologia organizacional passa a levar em conta a necessidade do envolvimento subjetivo do trabalhador, o que é realizado de diversas maneiras, dentre elas, por meio dos sistemas de participação nas decisões e recompensas, aumentando sua entrega ao trabalho. É nesse contexto que tem origem e se desenvolvem estudos sobre cultura e clima organizacional, qualidade de vida no trabalho dentre outros. (FREITAS, 2002)

A partir da segunda metade do século XX, em especial a partir da década de 80, com o intenso desenvolvimento tecnológico da sociedade, foram desenvolvidas um conjunto de novas técnicas de organização da produção e de gestão da força de trabalho, como veremos no segundo capítulo. Por sua vez, neste contexto, a psicologia organizacional foi se sofisticando e incorporando novas técnicas para responder às demandas postas por estas mudanças no mundo do trabalho. O início das críticas estabelecidas à Psicologia Industrial e à Psicologia Organizacional, que neste momento coexistiam, advém especialmente da Psicologia Social. Estas críticas se localizam tanto em relação à preocupação com a técnica que visa o aumento da produtividade presente nestas teorias quanto na concepção de ser humano e de sociedade a elas subjacentes. Estas críticas produzem um ambiente favorável à gênese do que se denominou por Psicologia do Trabalho. (FREITAS,

2002)

De acordo com Freitas (2002), os estudos da Psicologia do Trabalho ampliam o foco deste campo da Psicologia e se direcionam para compreender e intervir sobre o sofrimento dos trabalhadores em seu trabalho. Fazem isso ao buscar estabelecer nexos causais entre sintomas psicológicos e as situações de trabalho, assim como, ao focar os direitos sociais dos trabalhadores, o adoecimento no trabalho, os impactos objetivos e subjetivos do desemprego, do trabalho informal, do afastamento do trabalho, enfim, das transformações econômico-político-sociais ocorridas no mundo do trabalho. Em síntese, a Psicologia passa a focar as relações entre trabalho e subjetividade, desviando seu olhar das demandas e dos objetivos das organizações, impregnados pela lógica da reprodução do capital, voltando-se para o trabalho e para o trabalhador.

É assim que os estudos no campo da Psicologia do Trabalho, desenvolvidos sob diferentes abordagens teórico-metodológicas, e o campo da Saúde do Trabalhador, também atravessado por diversas abordagens, irão se aproximar, como campo de saberes distintos, mas com uma característica em comum: a crítica à organização do trabalho capitalista, o que aponta para um compromisso com os trabalhadores.

Segundo Jacques (2003) a abertura formal do campo Saúde do Trabalhador para a Psicologia e, em especial, para a Psicologia do Trabalho, no Brasil se deu a partir da I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (1986) e da implantação do SUS (1988), uma vez que ambos provocaram alterações que rompem com o modelo centrado no médico para ações em um campo interdisciplinar, do qual a psicologia passa a fazer parte. Contribuíram também neste momento as novas leituras no interior da Psicologia, que reafirmam a importância do trabalho na constituição do sujeito.

Para a autora, no entanto, concomitante ao aumento crescente do interesse da Psicologia pelo campo Saúde do Trabalhador, acompanhou-se o desconhecimento do tema pelos profissionais da área, o que produziu, e ainda produz, imprecisões teóricas e metodológicas, manifestadas nas tentativas de combinar conceitos e técnicas com fundamentos epistemológicos, concepção de ser humano e de sociedade distintos, como veremos adiante.

Ao observarmos a inconsistência teórico-metodológica que se instaura no campo Saúde do Trabalhador, em que autores brasileiros se embasam no

materialismo histórico-dialético e ao mesmo tempo importam ideias, conceitos, método e práticas de abordagens teóricas distintas, nos perguntamos: não poderia a Psicologia Histórico-Cultural, como psicologia fundamentalmente marxista, contribuir para o referido campo, na compreensão e intervenção sobre os fenômenos psicológicos do ponto de vista epistemológico, metodológico, teórico e prático?

Partimos da hipótese que sim. Por ter sua gênese fundada no referencial teórico-metodológico marxista, a Psicologia Histórico-Cultural pode contribuir com o campo da Saúde do Trabalhador, de modo muito mais consistente e coerente com o materialismo histórico-dialético. Especialmente por esta abordagem considerar que os fenômenos psíquicos são constituídos a partir da atividade do indivíduo em um modo de produção específico, no caso, o capitalismo. Essa concepção fornece elementos para pensar como os indivíduos internalizam as contradições desta forma de sociabilidade, de modo a determinar certas formas de pensar, sentir e agir no mundo do trabalho e fora dele.

A Psicologia Histórico-Cultural teve origem na URSS, no início do século XX, no contexto histórico da Revolução Russa. Teve como principais expoentes os autores e pesquisadores: Lev Semionóvitch Vigotski (1896-1934), Aleksandre Romanovitch Luria (1902-1977) e Alexei Nikolaevich Leontiev (1903-1979). Estes autores (juntos com muitos outros) compunham o que se convencionou chamar Escola de Vigotski e realizaram críticas contundentes às concepções idealistas, individualizantes e naturalizantes do ser humano presentes na psicologia burguesa de sua época. Tentavam superar tanto o subjetivismo quanto o sociologismo, bem como o objetivismo mecanicista que imperava na psicologia. Para isso seus autores se fundamentaram no materialismo histórico-dialético, como teoria e método, a fim de construir uma psicologia essencialmente marxista. Esta abordagem se distingue de outras vertentes psicológicas que utilizam o marxismo como inspiração, mas não como fundamento. Para Vigotski, era necessário o desenvolvimento teórico mais abrangente da própria psicologia marxista, que fizesse uso do método de Marx, sem cair, no entanto, em uma "colcha de retalhos" de citações das obras de Marx e Engels.

A Psicologia Histórico-Cultural parte do princípio de que não há uma natureza humana *a priori*. O indivíduo não nasce humano, mas se torna humano ao longo do processo de humanização em que se apropria das objetivações humanas historicamente produzidas, isto é, das objetivações do gênero humano. Desta

maneira, os modos de pensar, sentir e agir do ser humano dependem do modo de produção da vida, do momento histórico em que vive, da posição de classe que ocupa nestas relações, da atividade que exerce e da forma particular como se apropria das relações que estabelece no mundo.

Os autores soviéticos que constituem a Psicologia Histórico-Cultural realizam a síntese entre o prático e o teórico, entre o metodológico e o experimental, o subjetivo e o objetivo, na construção da teoria psicológica. Consideramos essa concepção fundamental para o entendimento de qualquer fenômeno da psique humana, pois, sem tal unidade corre-se o risco de cair em concepções idealistas ou biologizantes.

Segundo Leontiev (1978b), a psicologia marxista não representa uma nova escola ou uma direção diferente da ciência psicológica, mas sim um novo estágio histórico que apresenta o início de uma psicologia autenticamente científica e consistentemente materialista.

No entanto, verificamos que, apesar da coerência com o materialismo histórico-dialético e da importância atribuída por esta abordagem psicológica à categoria trabalho, as pesquisas no campo Saúde do Trabalhador que se baseiam nesta abordagem para explicar e atuar sobre o psíquico ainda são muito escassas e incipientes. Apesar disso, acreditamos que uma investigação sistemática de determinadas categorias psicológicas desenvolvidas pelos principais estudiosos da Psicologia Histórico-Cultural poderia trazer importantes contribuições para a construção de uma teoria psicológica que, de fato, permita a mediação entre o referencial teórico-metodológico marxista e o campo teórico-prático da Saúde do Trabalhador.

Nesse sentido, nosso intuito com o presente trabalho é, em linhas gerais, localizar na Teoria da Atividade, desenvolvida Leontiev⁷ (1903-1979), categorias psicológicas que possam ser transpostas e aplicadas no campo da Saúde do

⁷ Alexei Nikolaevich Leontiev (1903-1979) foi doutor em ciências psicológicas, membro da Academia de Ciências Psicológicas da URSS, professor da Universidade de Moscou e criador da faculdade de Psicologia, desta mesma universidade. Trabalhou junto com Vigotski e Luria, com os quais estabeleceu os marcos iniciais da Psicologia Histórico-Cultural. Presenciando a Revolução Russa de 1917, começou a ter interesses filosóficos decorrentes da profunda transformação da sociedade e dos processos nela desencadeados. Tempos depois, concomitantemente com outros estudiosos, iniciou estudos sobre a psicologia com bases marxistas. Suas investigações o levaram a defender a natureza sócio-histórica do psiquismo humano e para tanto, a teoria marxista do desenvolvimento social foi indispensável.

Trabalhador marxista extraíndo-se delas suas implicações para o entendimento do sofrimento imposto ao trabalhador em e pelo seu trabalho, bem como de seu consequente adoecimento.

Entendemos que o processo de alienação na sociedade capitalista está ligado ao processo de sofrimento pelo trabalho. Assim, compreendemos que os estudos que relacionam a saúde mental e o trabalho devem necessariamente levar a alienação em consideração se quiserem sair da aparência do fenômeno e ir à raiz do processo de sofrimento. Deste modo, partimos do princípio de que a Psicologia Histórico-Cultural contém as categorias psicológicas coerentes com essa concepção de humano e de sociedade que possibilitam superar a aparência do fenômeno para entender as condições concretas de vida que o constituem e assim transformá-las.

Desta forma, como objetivo geral da pesquisa, pretendemos contribuir com o desenvolvimento de uma abordagem teórico-metodológica de compreensão do psíquico no campo da Saúde do Trabalhador, que permita a mediação entre a crítica econômico-política e social do capitalismo contemporâneo, a partir do materialismo histórico-dialético, e os fenômenos psicológicos abordados neste campo. De modo a garantir, assim, consistência e coerência entre seus fundamentos filosófico-metodológicos e a teoria psicológica adotada.

Para isso, partimos do campo Saúde do Trabalhador marxista, utilizando principalmente a Medicina Social Latinoamericana, entendendo que esta teoria faz um primeiro movimento de crítica e superação das concepções presentes no campo ao utilizar o método materialista histórico-dialético para compreender o processo de saúde e doença. Como um segundo movimento de crítica e superação, acreditamos que a Teoria da Atividade pode contribuir para a incorporação da especificidade psíquica no campo Saúde do Trabalhador.

Nesse sentido, propomo-nos a desenvolver, nesta pesquisa, um estudo teórico-conceitual tendo como fonte primária a obra de Alexis Leontiev (1978a, 1978b), subsidiado, ainda, por outros autores marxistas da Psicologia Histórico-Cultural que dão continuidade a sua obra ou que desenvolvem estudos correlatos e pertinentes a nossa problemática de pesquisa.

Como já dito, nosso estudo se orienta pelos pressupostos e princípios teórico-metodológicos delineados pelo materialismo histórico-dialético no que se refere à produção do conhecimento, método este que teve seus fundamentos

sistematizados pelo filósofo alemão Karl Marx a partir dos princípios da lógica dialética delineada por Hegel e do materialismo histórico. São eles:

1. A realidade material é o pressuposto de toda existência e do pensamento. Assim, o objetivo do método é captar e reproduzir esse real no pensamento. Deste modo, o conhecimento é concebido como a reprodução ideal de um processo real;
2. O reflexo psíquico primário não proporciona a compreensão das coisas em sua essência, mas sim retrata apenas a aparência ou a superfície do fenômeno. Para o método marxista, a realidade é percebida inicialmente como um todo caótico, com diferentes faces em que a aparência esconde a essência. O real revela a sua essência, mas de forma parcial. Ou seja, ao mesmo tempo em que a revela, esconde.

Por esse motivo o método deve sempre ir da pseudoconcreticidade em direção à concreticidade, isto é, partir do todo caótico, aparente, da dimensão empírica do real, em direção a sua essência. Isto só é possível no processo de conhecimento se partir do concreto (como concreto abstrato), realizando a análise da realidade (da parte do todo que está sendo conhecido) - reduzindo no/e pelo pensamento os traços essenciais do objeto -, prescindindo da sua particularidade, por meio de abstrações mais simples, em direção a sua síntese - a combinação das abstrações em teoria (concreto pensado). (GERMER, 2003; PASQUALINI, 2010)

Para o materialismo histórico-dialético este é o único modo de revelar as relações dinâmico-causais subjacentes ao objeto real, captando as mediações que o determinam e constituem. (PASQUALINI, 2010). Por esse motivo, o método preconiza a análise explicativa do fenômeno, como parte organizada de uma totalidade, e não meramente a sua descrição, como particularidade. Algo que se verifica hoje na maioria dos trabalhos da subárea Saúde Mental e Trabalho, como veremos.

O movimento de superação da aparência é um movimento em espiral na produção de conhecimento que segue a lei da negação da negação. Inicialmente ao abstrair a realidade concreta se realiza a primeira negação (o abstrato como negação do sensorial concreto); já o concreto no pensamento, como concreto pensado, é a negação da própria abstração, a negação da negação, resultado da ascensão a um novo concreto, a síntese do processo de conhecimento. (GERMER, 2003; PASQUALINI, 2010)

Sendo assim, baseados neste método, adotaremos como procedimento a análise da dinâmica entre a atividade, a consciência e a personalidade, como proposto por Leontiev, na tentativa de elaborar sínteses explicativas do fenômeno do sofrimento pelo trabalho na sociedade capitalista. Como autor constrói sua teoria com base no método materialista histórico-dialético, entendemos que as categorias elaboradas por Leontiev, como síntese do processo de conhecimento, não explicam toda a realidade, mas fornecem fundamento teórico para a explicação de uma realidade particular. Todo conceito é uma síntese provisória que não esgota o real, pois não é possível que um conceito dê conta de seu devir. Muito embora, ao mesmo tempo, todo conceito seja uma síntese da explicação do humano, que ao ser aplicado a diferentes realidades, pode permitir melhor compreendê-la com a mediação do teórico.

Deste modo, pretendemos realizar um estudo conceitual em que o conceito (as elaborações teórico-metodológicas do autor) é nosso ponto de partida e também nosso ponto de chegada, embora não coincidentes. A partir da análise dos conceitos, pretendemos retirar deles determinados aspectos que possam ser transpostos, aplicados na compreensão do processo de sofrimento do trabalhador sob o modo de produção capitalista. Ou seja, pretendemos realizar uma análise de conceitos para chegarmos a novos conceitos, a novas sínteses explicativas.

Por outro lado, pretendemos superar os estudos que se centram apenas na aparência do fenômeno e se aproximar da essência deste. Ou seja, o quarto capítulo se divide em duas partes: a primeira explicita como as características que constituem a essência do modo de produção capitalista produzem qualidades próprias ao psiquismo dos trabalhadores e, a segunda parte, pretende explicitar como as particularidades da sua forma histórica, expressa pela forma de gestão toyotista, também produz ou aprofunda características próprias no psiquismo dos trabalhadores. Tentamos, com isso, superar os estudos que centram sua análise somente nas formas históricas de trabalho, captando, deste modo, somente sua aparência. Fazemos isso com a intenção de aproximar nossa análise da totalidade do processo, utilizando diferentes graus de abstração para sua compreensão.

Acreditamos que estas sínteses possam contribuir para o estudo do sofrimento pelo trabalho, entendendo que esse exercício de produção do conhecimento é só um momento do movimento da práxis, que deve ser seguido por pesquisas futuras que coloquem estas categorias em relação com o empírico, para

então ser possível a consolidação de uma teoria psicológica histórico-cultural acerca do sofrimento humano relacionado ao trabalho na sociedade capitalista.

Com este intuito, a presente dissertação foi organizada da seguinte forma:

No capítulo 1, faremos uma revisão do estado da arte do campo Saúde do Trabalhador, com o intuito de compreender como este se constitui como campo marxista. No mesmo sentido, faremos uma revisão rápida da constituição e das principais teorias que formam a subárea Saúde Mental e Trabalho, explicitando algumas críticas a esta subárea. Após essa primeira revisão, abordaremos algumas das principais categorias e elementos teórico-metodológicos do campo Saúde do Trabalhador baseados na Medicina Social Latinoamericana, por entendermos que essa teoria fornece as bases das formulações do campo Saúde do Trabalhador marxista, coerentes com o método, para, a partir dela, realizar a aproximação com a Psicologia Histórico-Cultural.

No capítulo 2, abordaremos a base material que constitui a subjetividade dos trabalhadores, o trabalho. Em especial, o aspecto ontológico do trabalho e a forma específica que este adquire no modo de produção capitalista, o processo de alienação dos trabalhadores, bem como o modo como se organiza o trabalho no período atual – a reestruturação produtiva.

No capítulo 3, abordaremos a teoria da atividade de Alexis Leontiev, bem como estudos de autores contemporâneos baseados nesta teoria, estruturando o capítulo a partir das suas categorias centrais: atividade, consciência e personalidade. Este capítulo tem o intuito de levantar as principais categorias para posteriormente lançarmos hipóteses sobre o objeto de estudo.

Finalmente, no capítulo 4, a partir do entendimento do trabalho no capitalismo e das contribuições do campo Saúde do Trabalhador marxista, utilizaremos elementos da Psicologia Histórico-Cultural para levantar hipóteses e elementos de mediação que contribuam com o entendimento do sofrimento e adoecimento no trabalho pelos indivíduos trabalhadores.

CAPÍTULO 1 – O CAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR.

1.1. A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR.

A luta pela melhoria e manutenção da sua saúde é uma demanda para a classe trabalhadora desde as suas primeiras organizações de classe, ganhando expressão na forma de reivindicações como, por exemplo, na luta pela diminuição da jornada de trabalho e pela regulamentação do trabalho infantil e feminino. O campo da Saúde do Trabalhador é fruto destas demandas concretas dos trabalhadores, por um lado, e da necessidade de superação das abordagens hegemônicas que estão em conflito direto com seus interesses, por outro. Entretanto, dentro da área da saúde no trabalho existe um 'corte de classe' entre as abordagens teóricas e práticas que tratam da saúde dos trabalhadores, pois, ao serem empregadas no processo de trabalho, estas ou reforçam a exploração dos trabalhadores pelo capital ou a desvelam.

Como nos alerta Ramos Junior. (2007) conceitos de saúde ocupacional, medicina do trabalho, higiene do trabalho, engenharia de segurança e saúde do trabalhador representam interesses divergentes na luta de classes, que nem sempre são explicitados.

Abaixo buscaremos demonstrar como algumas dessas abordagens implicam interesses que, em ultima instância, contrariam as demandas por saúde da classe trabalhadora. Vejamos.

Embasada na teoria positivista e a serviço do capital, a medicina do trabalho, como especialidade médica, surgiu na primeira metade do século XIX concomitantemente com a Revolução Industrial. Seu centro de interesses partiu da demanda por maior controle dos riscos de acidentes de trabalho e do absenteísmo que ocorriam nas fábricas e causavam prejuízos ao capital. (MENDES COSTA & DIAS, 1991). Isto, em uma época na qual a situação de saúde dos trabalhadores era tão grave que colocava em perigo a própria reprodução da força de trabalho, com as taxas de mortalidade superando as de natalidade.

Neste contexto, o modelo médico surge, então, considerando as doenças como resultantes apenas da ação de agentes específicos (os riscos do trabalho) e a

sua solução por meio da ação curativa. Esta visão obscurece a relação entre o processo de trabalho e a saúde, ao colocar uma parte importante das doenças dos trabalhadores fora do trabalho, descritas apenas como “doença geral ou natural”, e outra parte decorrente do trabalho, restrita aos riscos químicos, biológicos e mecânicos presentes no ambiente laboral. Deste modo, pela ausência da teoria do trabalho como atividade humana, o trabalho passa a ser considerado apenas como ambiente e não como processo de produção da vida. (LAURELL & NORIEGA, 1989).

Em decorrência da complexificação do processo produtivo, pós 2ª Guerra Mundial, a medicina do trabalho se demonstra, por conta de sua orientação teórica e metodológica, impotente para intervir sobre os problemas da saúde dos trabalhadores. Concomitante a isso, cresce a insatisfação e o questionamento dos trabalhadores em relação às suas condições de trabalho, os quais, então, fortalecem a sua organização para lutar contra estas condições. Neste mesmo período, aumenta também a insatisfação dos capitalistas, que são onerados pelos custos diretos e indiretos dos agravos à saúde de seus trabalhadores empregados. A resposta racional, “científica”, e aparentemente inquestionável traduziu-se na ampliação da atuação médica direcionada ao trabalhador, por meio da intervenção sobre o ambiente com o instrumental oferecido por outras disciplinas e outras profissões. Desenvolve-se, então, a Saúde Ocupacional, sobretudo, dentro das grandes empresas, com a organização de equipes progressivamente multi-profissionais e com a ênfase na higiene industrial, refletindo a origem histórica dos serviços médicos e o lugar de destaque da indústria nos países desenvolvidos. (RAMOS JUNIOR, 2007).

Nesse sentido, a Saúde Ocupacional desenvolve-se e se caracteriza, principalmente, por uma abordagem clínica, biológica, individualizada, que trata da doença como um processo evolutivo natural e sobre a qual é possível realizar intervenções curativas. Da mesma forma que a Medicina do Trabalho, a Saúde Ocupacional tem como objetivo a adaptação do ser humano ao trabalho e em menor número a adaptação do trabalho ao trabalhador. O conceito de risco probabilístico da relação entre o corpo e os agentes nocivos, atuando individualmente no trabalhador, é central nesta abordagem. Deste modo, seu principal objetivo é o controle da força de trabalho com o monitoramento da sua saúde, por meio de uma abordagem tecnicista e a-histórica e, portanto, longe de perceber os

desencadeantes dos problemas de saúde. (RAMOS JUNIOR, 2007)

Além disso, a concepção de saúde e de intervenção na saúde da Saúde Ocupacional acaba por 'imputar culpa à vítima', já que determina que o trabalhador assuma a responsabilidade sobre sua saúde por meio de programas de educação para saúde. Sua função se resume a "adaptar/adequar o ambiente e as condições de trabalho dentro dos parâmetros preconizados para a média dos trabalhadores 'normais' em termos de suscetibilidade individual a tais agentes e fatores de risco" (LACAZ, 1996, p. 22 *apud* RAMOS JUNIOR, 2007, p. 70). Nesse sentido, cabe à equipe de saúde ocupacional, no processo de seleção e de demissão, selecionar os trabalhadores "mais aptos" para resistirem ao desgaste, ou seja, monitorar a força de trabalho para que esta sirva melhor ao capital.

Porém, paralelamente a esse movimento, a partir das lutas dos trabalhadores, principalmente do movimento sindical no fim dos anos 1960, tem origem e se desenvolve o campo Saúde do Trabalhador (campo ST), como teoria e método a ser utilizado pelos trabalhadores na luta pela sua saúde. Simultaneamente, nesse período, desenvolvem-se reflexões críticas sobre as práticas sociais dominantes, como é o caso da prática médica.

Com o surgimento deste campo, ganha corpo um novo modo de compreender o processo saúde-doença e o papel exercido pelo trabalho na sua determinação; uma compreensão que revela os motivos do processo de adoecimento e mesmo de morte dos trabalhadores. Isto, em um período no qual as doenças dos trabalhadores chegam a ser consideradas epidêmicas, tanto por conta de doenças profissionais "clássicas" (intoxicação por chumbo, mercúrio, benzeno e silicose), quanto por "novas" doenças relacionadas ao trabalho, como a LER (lesões por esforços repetitivos), por exemplo.

A Saúde do Trabalhador incorpora uma visão do trabalhador como agente de mudança que tem conhecimentos acumulados sobre seu trabalho e, por isso, a capacidade de transformar a realidade, por meio da reivindicação de direitos e da definição de uma metodologia de intervenção sobre o real. (RAMOS JUNIOR, 2007). Um dos movimentos mais importantes e que influenciou o campo ST, como teoria e prática, foi o Modelo Operário Italiano (MOI). Segundo Laurell e Noriega (1989), este modelo foi formulado por um grupo de operários e profissionais em Turim, no final da década de 1960, em um contexto de crise do capital, que havia gerado um grande aumento do desemprego e a diminuição dos salários. Processo este que acontece

concomitante ao auge da luta dos trabalhadores neste período, que vai de 1968 a 1974.

O MOI se apresentou como um método de produção de conhecimento para a ação operária, em um campo reconhecido de forma explícita como de conflito de classe. Um exemplo disso é a maneira como conceituam “ambiente” na produção do processo saúde e doença: “[...] o conjunto das condições de produção, nas quais a força de trabalho e o capital se transformam em mercadoria e lucro” (LAURELL & NORIEGA, 1989, p. 84). De acordo com este modelo, há quatro grandes grupos de elementos presentes no ambiente de trabalho, nocivos à saúde do trabalhador: 1) fatores de fora e de dentro da fábrica como: temperatura, ruído, umidade etc.; 2) fatores internos à fábrica característicos desta como: substâncias químicas, poeira, vapores etc.; 3) fadiga derivada do esforço físico e 4) fatores da organização do trabalho: ritmos, posições incômodas, responsabilidade etc.

Além destes fatores de risco, o MOI elaborou quatro conceitos que lhe dão sustentação. 1) a *experiência ou subjetividade operária*: organizada a partir da experiência empírica do trabalhador com o processo de trabalho; 2) o *princípio da não-delegação*: a saúde não pode ser delegada ou tutelada e por isso pressupõe a participação direta do trabalhador; 3) *grupo operário homogêneo*: os próprios trabalhadores expostos a condições específicas de trabalho que devem avaliar a sua exposição e seus riscos e realizar um inventário; 4) *validação consensual*: este inventário deve ser sistematizado e consensualizado entre os trabalhadores, a fim de que reflitam a experiência coletiva. Através deste inventário, sobre as condições de saúde e da pesquisa sobre as condições de trabalho (utilizando registros, medições, dados estatísticos) é construído um mapa de risco que fundamenta a luta dos trabalhadores por sua saúde. (LAURELL & NORIEGA, 1989)

A partir das suas elaborações e da prática operária, o MOI trouxe grande contribuição para o campo ST e para a luta dos trabalhadores como, por exemplo, ao colocar em pauta a luta pela saúde explicitando a relação desta com o modo de produção; ao sistematizar e socializar a vida da fábrica, que com isso deixa de ser uma experiência sofrida individualmente; e principalmente ao conferir o caráter de centralidade à experiência e a ação operária. (LAURELL & NORIEGA, 1989)

O Modelo Operário Italiano como prática foi um dos principais inspiradores do campo ST no Brasil. Assim como a Medicina Social Latino-Americana foi a principal influência teórica do campo, principalmente no que tange a teoria da

determinação social do processo saúde e doença. (MINAYO-GOMEZ E THEDIM-COSTA, 2012) Laurell e Noriega, importantes autores da Medicina Social Latino-Americana (MSLA), utilizam a experiência e a sistematização do Modelo Operário Italiano, realizando a síntese desta prática com a teoria, recorrendo para isso ao método do materialismo histórico-dialético.

A principal crítica de Laurell e Noriega (1989) a MOI foi a falta de um aparato teórico-metodológico que fundamentasse o modelo, problema este que procuraram superar. Para estes autores, as principais fragilidades do modelo seriam: a concepção de saúde e sua relação com o trabalho, o particular (grupo homogêneo) tomado como equivalente do geral (classe trabalhadora) e a concepção de que somente a experiência operária é reveladora da essência da realidade. De modo geral, a crítica se concentra no fato de que o Modelo Operário parte de uma concepção empirista, apresentando falta de precisão teórica nas suas formulações. Além do fato desta experiência não ter sido sistematizada e teorizada, ficando na memória da classe apenas no momento vivido, impossibilitando uma apreensão da classe trabalhadora para além daquele momento histórico. Fragilidades estas que dificultam que o método seja generalizado para outras realidades.

Descrevemos acima, brevemente, a constituição do campo Saúde do Trabalhador. Iremos abaixo, esboçar a chamada subárea de estudos relacionados à saúde mental e o trabalho no intuito de localizar nosso estudo.

1.1.1 A constituição da subárea Saúde Mental e Trabalho no campo Saúde do Trabalhador.

Como vimos na introdução, para compreender o aumento dos índices de transtorno mental, como fenômeno, surgem diversas teorias que tentam explicar os *motivos* desse crescimento. Dentre a variedade de teorias, destacamos aquelas que estabelecem o nexos causal entre o processo de adoecimento psíquico e o trabalho, ou seja, que consideram o processo de trabalho como *causa* do aumento dos índices de transtornos mentais. Por estabelecer esse nexos causal, estas teorias se concentram no interior do campo Saúde do Trabalhador.

Sob a designação “Saúde Mental e Trabalho” existem diversas linhas de pesquisa, estudos, teorias e atividades de intervenção no Brasil e no mundo, conformando o que Sato e Bernardo (2005) denominam de *subárea do campo Saúde do Trabalhador*. Segundo esses autores, esta subárea, no Brasil, congrega estudos desde o início da década de 1980.

A necessidade de se organizar como uma subárea dentro do campo ST advém da diferenciação das teorias hegemônicas que também buscam explicar o fenômeno do aumento dos índices de transtorno mental. Essas teorias hegemônicas se fundamentam, principalmente, na saúde mental ocupacional e nas ciências do comportamento e explicam a gênese dos problemas de saúde mental dos trabalhadores como problemas intra-individuais, em que, quando o trabalho aparece nas explicações ocupa mero pano de fundo e por isso é negado como “causa” do adoecimento. (SATO & BERNARDO, 2005)

Por esse motivo, a característica principal das diversas abordagens que compõe a subárea Saúde Mental e Trabalho é a necessidade de se diferenciar das teorias hegemônicas que atribuem a “causa” do adoecimento ao próprio indivíduo que adoece. Acarretando, com isso, na culpabilização do trabalhador pelo seu adoecimento. Porém, para estabelecer o nexos causal entre trabalho e adoecimento psíquico, cada grupo que compõe esta subárea utiliza diferentes teorias (muitas vezes na mesma pesquisa) para explicar como se dá essa relação.

Deste modo, essa subárea tem se estruturado a partir de diversas correntes teóricas e com diferentes objetos de investigação. Como acontece na psicologia, também vão entender o “mundo psicológico” a partir de distintos objetos como o comportamento, sofrimento, subjetividade, doença mental, entre outros. Além das teorias psicológicas, várias abordagens da subárea estabelecem diálogo com a biologia e com a sociologia. Decorre disso que cada corrente teórica irá utilizar “nomes” diferentes para se referir à saúde mental e trabalho, como por exemplo, a psicodinâmica do trabalho. (SATO & BERNARDO, 2005)

Para Sato e Bernardo (2005), os estudos/pesquisas/intervenções desta subárea podem ser reunidos em cinco grupos: 1) estudos que estabelecem a relação entre saúde mental e organização do processo de trabalho; 2) estudos sobre os efeitos neuropsicológicos decorrentes da exposição a solventes e metais pesados; 3) estudos voltados ao entendimento das repercussões psicossociais decorrentes dos acidentes de trabalho e de doenças do trabalho, como por exemplo,

os estudos sobre as Lesões por Esforços Repetitivos; 4) estudos voltados à compreensão do impacto subjetivo do trabalho em trabalhadores que estão sob risco de vida cotidiano como: trabalho em altura ou em locais de risco e, por fim, 5) estudos sobre as situações de desemprego prolongado em suas repercussões psicossociais. (SATO & BERNARDO, 2005)

Jacques (2003) propõe outra classificação, focando as abordagens teórico-metodológicas que lhe dão sustentação. Assim, divide as pesquisas da subárea Saúde Mental e Trabalho em quatro grandes grupos, tomando como referência a sua relação com a psicologia, bem como os seguintes critérios: referencial teórico, metodologia proposta e o entendimento da inter-relação entre trabalho e o processo saúde/doença mental. São elas: as teorias sobre o estresse; a psicodinâmica do trabalho; as abordagens de base epidemiológica e/ou diagnóstica e os estudos e pesquisas em subjetividade e trabalho.

Sobre a teoria do *estresse*, a autora ressalta que o termo vem sendo utilizado em pesquisas acadêmicas, mas também em órgãos de comunicação e na linguagem cotidiana. O lado positivo dessa utilização é que vem explicitando o vínculo entre o trabalho e o processo de adoecimento, já que nas teorias clássicas este vínculo não é reconhecido em função da prioridade dada aos fatores hereditários e às relações familiares em sua etiologia. Porém, estresse é um conceito polissêmico, com vários significados diferentes e com pouca clareza em relação a quais seriam os fatores estressores.

As diversas definições e conceitos utilizados na teoria do estresse apontam para o referencial teórico cognitivo-comportamental como a teoria que embasa o amplo campo das teorias sobre o estresse psicológico e que sustentam os modelos de prevenção, diagnóstico e intervenção proposta. A importância dada ao trabalho se refere à relevância deste no cotidiano, uma vez que, o conceito de estresse diz respeito a uma tentativa de adaptação em diversas esferas da vida. Como as pesquisas estão voltadas para a avaliação de fatores estressores, o trabalho é visto como fonte de tensão experimentada individualmente pelo trabalhador, tendo assim, pouca ênfase nas condições de trabalho. (JACQUES, 2003)

A abordagem denominada *psicodinâmica do trabalho* tem como principal

autor o francês Christopher Dejours⁸ e embasa grande parte dos trabalhos de pesquisadores brasileiros. Segundo Jacques (2003), a ênfase dos estudos deste autor está na investigação da normalidade em detrimento da patologia. Seu campo é o do sofrimento e do conteúdo no âmbito pré-patológico. O sofrimento para esta abordagem seria a vivência subjetiva intermediária entre a doença mental descompensada e o conforto psíquico.

Para evitar este sofrimento, os indivíduos se utilizariam de estratégias defensivas, tanto individuais quanto coletivas de enfrentamento. Nesta abordagem, o conceito de sublimação é central para compreender as situações de trabalho. Seus autores e estudiosos investigam, também, os aspectos do trabalho prescrito e do trabalho real, priorizando as relações dos trabalhadores com a organização do trabalho e as intervenções propostas se voltam para a coletividade de trabalho e para os aspectos da organização do trabalho a que os trabalhadores estão submetidos.

Dejours se filia à abordagem teórica da psicanálise, apesar de se distanciar um pouco da teoria freudiana no que tange a compreensão de que a única fonte de distúrbios é a dinâmica que se trava entre a repressão social e a sexualidade emergente na infância. No entanto, segundo Jacques (2003), vários estudiosos de Dejours confirmam que seu objeto continua sendo a subjetividade e não o trabalho. Lima (2003) pontua que as críticas a Dejours também incluem o fato de que, nas suas obras, o trabalho se apresentaria como um fator que interage com uma constituição psíquica pré-estabelecida.

Segundo Jacques (2003), as abordagens incluídas no *modelo epidemiológico e/ou diagnóstico* têm aproximação com a perspectiva marxista do campo Saúde do Trabalhador. Dentro da epidemiologia há duas grandes escolas: a russo/anglo-saxã e a franco/latino-americana. A franco/latino-americana utiliza o modelo da determinação social da saúde e doença, se baseando na Medicina Social Latinoamericana, teoria que veremos com maior profundidade no próximo tópico. Ao se basear nessa teoria, esses autores visam à comprovação do caráter social do processo saúde e doença com relação à produção da vida, à sociedade e à classe social em que os indivíduos estão submetidos, levando em consideração a grande

⁸ Christophe Dejours é psiquiatra, psicanalista e professor do Conservatoire Nationale Dês Arts et Métiers (CNAM), uma instituição pública ligada ao Ministério da Educação francês. É o principal autor da teoria intitulada por ele de Psicodinâmica do Trabalho.

importância do trabalho nesse processo.

Dentro do modelo epidemiológico e/ou diagnóstico, como o próprio nome já diz, os estudiosos realizam pesquisas identificando quadros psicopatológicos associados a determinadas categorias profissionais. Como fundamento teórico, os autores dessa abordagem utilizam a teoria marxista de sociedade e a psicologia social histórico-crítica⁹. Por este motivo consideram o trabalho como constitutivo do psiquismo e do processo de saúde/doença psíquica. Apesar de se utilizarem do referencial marxista, entendendo o trabalho como fundamento do psiquismo humano, estas pesquisas se restringem à epidemiologia, isto é, a comprovação do nexos causal entre o trabalho e o adoecimento psíquico. Por esse motivo, no que se refere a dinâmica psíquica dessa relação, não encontramos nestes autores a produção de uma teoria psicológica explicativa. Ou seja, apesar de serem próximos ao nosso objeto de estudo, estas teorias apenas descrevem em termos epidemiológicos o nexos causal, mas não o explicam.

Além disso, alguns autores fazem uma apropriação parcial da teoria da Medicina Social Latinoamericana, algumas vezes modificando conceitos importantes dessa teoria para “encaixá-los” nos estudos ligados a saúde mental. Um exemplo disso é a apropriação do conceito de *desgaste* como “*desgaste mental*”, termo formulado por Edith Seligman-Silva, que na nossa concepção, fragmenta o conceito que antes exprimia totalidade (biopsíquica), como aprofundaremos no próximo item.

Por último, Jacques (2003) afirma que os estudos e pesquisas em *subjetividade e trabalho* se preocupam em analisar o sujeito trabalhador a partir de suas experiências e vivências adquiridas no mundo do trabalho. Este grupo reúne variados estudos e pesquisas desde os anos 1980. O trabalho é tomado como eixo norteador que perpassa a estrutura econômica, social, a cultura, os valores e a subjetividade dos trabalhadores. Além do marxismo, estes autores encontram respaldo teórico em diversas teorias, como a de Canguilhem, a psicanálise, teorias das ciências sociais, a psicologia social histórico-crítica, o método etnográfico de Thompson, entre outras. São produzidos estudos variados que, em comum, privilegiam a dimensão da experiência e das vivências dos trabalhadores no cotidiano da vida e do trabalho, investigando diferentes modos de subjetivação

⁹ Essa nomenclatura é utilizada por Jacques (2003), pelo que conhecemos desses estudos eles se baseiam principalmente nas teorias ligadas à psicologia social brasileira e não nos autores clássicos da Psicologia Histórico-Cultural.

relacionados a este. Ou seja, esses estudos têm uma ênfase subjetivista, apesar de estabelecerem a relação com o trabalho ao compreender a subjetividade.

Para Jacques (2003), junto com o aumento crescente do interesse da Psicologia pelo campo Saúde do Trabalhador, visto o desconhecimento do tema, o que se verifica é uma imprecisão teórica e metodológica que ocorre na tentativa de combinar conceitos e técnicas com fundamentos epistemológicos diferentes. Assim as pesquisas têm emprestado diferentes conceitos teóricos sem uma maior reflexão da concepção de ser humano, sociedade e método que lhes fundamentam.

Acreditamos que esse ecletismo está expresso em quase todas as abordagens descritas da subárea. Tanto que aqui utilizamos uma classificação elaborada por Jacques, para definir os diferentes grupos que compõe a subárea, mas existem vários autores que propõe classificações distintas¹⁰, o que, mais uma vez, nos mostra a diversificação e a heterogeneidade teórico-metodológica que cada grupo de pesquisa utiliza nos seus estudos.

Além disso, verificamos que, outro elemento que a maior parte dessas abordagens têm em comum é a segmentação do ‘psicológico’ e do ‘físico/biológico’, ou seja, recaem em um dualismo descartiano¹¹ entre corpo e mente. Acreditamos que ao utilizarem as teorias psicológicas para compreender *somente* o fenômeno do adoecimento psíquico em sua relação com o trabalho, estas teorias acabam fragmentando o próprio objeto de estudo – o trabalhador. De forma que, o objeto de estudo não é a totalidade do trabalhador em relação com o trabalho, mas somente sua subjetividade. Acreditamos que é esse entendimento que justifica a criação de uma subárea só para agrupar estudos com este enfoque. Ou seja, como se fosse possível uma separação formal de elementos do processo de trabalho que fossem

¹⁰ Essas diferentes classificações por vezes consideram a Saúde Mental e Trabalho como um campo separado do campo Saúde do Trabalhador e, ainda, utilizam outra nomenclatura para denominar estes estudos como “clínicas do trabalho”. Algumas dessas outras classificações podem ser vistas seguintes trabalhos: CODO, W. & SAMPAIO, J. (orgs). Sofrimento Psíquico nas Organizações. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995; GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E. Saúde mental no trabalho. São Paulo: VK/CIPA, 2000. BENDASSOLLI, P. & SOBOLL, L. A. Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. Editora ATLAS. 2000. SELIGMANN SILVA, E. (2010). Saúde Mental no Trabalho Contemporâneo. Plano Global de Ação em Saúde do Trabalhador (2008-2017).

¹¹ Refiro-me aqui ao dualismo corpo e mente proposto por Descartes que aparece na Psicologia desde o seu surgimento, ou seja, as teorias psicológicas se dividem em as que são dualistas e as monistas (consideram a unidade mente e corpo), acreditamos que o dualismo não seja a característica de todas as teorias citadas que compõe a subárea, mas que a existência de uma subárea acaba representando uma visão dualista.

causa de problemas psíquicos e outras que ocasionassem problemas físico-corporais.

Essa constatação fica mais evidente nas pesquisas dessa subárea. Grande parte delas faz a correlação entre a Reestruturação Produtiva e o adoecimento psíquico, ou seja, utilizam elementos do processo de trabalho nessa forma de gestão do trabalho e fazem uma ligação direta com o adoecimento psíquico.

Ao fazer isso, estes estudos recaem em uma análise meramente formal do fenômeno, ao estudar as *aptidões psíquicas* que as *técnicas* do trabalho estão requerendo e, com isso, fazer uma ligação direta com o adoecimento psíquico. Ou seja, ao analisar esse fenômeno separado de todos os aspectos que lhe configuram - o trabalho no capitalismo, a forma mercadoria, a alienação, a luta de classes, a mais-valia, dentre outros - recaem em análises explicativas que revelam apenas *parte* do problema, como é o caso das formas do trabalho organizado sob gestão toyotista.

Tomemos como exemplo, a ênfase dada nos estudos sobre as metas e assédio moral. Os quais, obviamente, são aspectos importantes a serem analisados, mas que, separados da análise da base material que lhe dão origem, se tornam incompreensíveis, ou ainda, reduzidos a análises de fundo moral.

Ao analisar o fenômeno do assédio moral desligado das condições materiais que lhe dão origem, a “culpa” do assédio recai sobre o assediador e não no modo de produção que possibilita e, inclusive, instiga este assédio. Como consequência, a solução para o problema se reduz a denúncias ou a processos judiciais contra o indivíduo que assediou ou no máximo a empresa. Em outras palavras, a solução passa a ser individual e judicial e não coletiva, isto é, contra as condições que lhe dão origem. O mesmo acontece quando se analisam somente as metas isoladamente, ou ainda, questões pontuais como os quadros de ranking das empresas (com o nome dos trabalhadores que alcançaram as metas). Em todos esses casos, a produção do valor e a extração de mais-valia permanecem ocultos, ao analisarem somente a aparência e não a essência do fenômeno.

Compreendemos que, ao realizar uma análise da aparência do fenômeno, essas teorias recaem em erros teóricos que podem ter como consequências práticas (que elas mesmas criticam), a culpabilização do indivíduo trabalhador e a constatação de que mudanças nos processos de trabalho dentro do capitalismo podem trazer saúde e satisfação aos trabalhadores, já que o problema é só a *forma*

de organização do trabalho. Nesse sentido, estas teorias podem ser consideradas ideológicas.

É por entender a constituição do psiquismo como totalidade (biológico, psíquico e formado socialmente) que utilizamos o termo sofrimento nessa pesquisa. Não pretendemos estudar apenas aspectos do trabalho que causem adoecimento psíquico, mas sim compreender como o trabalho do modo como está estruturado pode gerar sofrimento no trabalhador, que pode, ou não, se expressar em diversas formas de adoecimento.

Além disso, o trabalho tem que ser compreendido na sua essência (modo de produção capitalista) e nas formas de organização do trabalho em que o trabalhador está submetido. Ou seja, na análise da essência e da aparência para captar o fenômeno em sua totalidade. Como já dissemos grande parte das pesquisas da subárea não consideram os aspectos da essência do trabalho no capitalismo nas suas análises, como a forma mercadoria e o processo de alienação do trabalhador, e, nesse sentido, reduzem suas análises à aparência do fenômeno.

Para isso, nesse trabalho partimos do acúmulo da Medicina Social Latinoamericana (MSLA), teoria fundamentada no materialismo histórico-dialético, para compreender como essa teoria entende o processo saúde e doença e o processo de desgaste do trabalhador. Iremos, no próximo item, revisar a teoria de Asa Cristina Laurell¹², uma das principais autoras da Medicina Social Latinoamericana (entre outros como Jaime Breilh), pela importância teórica da mesma no campo Saúde do Trabalhador, na medida em que, elaborou elementos teórico-metodológicos do processo saúde e doença coerentes com o método materialismo histórico-dialético (MHD).

Entendemos que a MSLA é a teoria mais avançada dentro do campo ST ao realizar uma primeira aproximação para compreender o fenômeno saúde e doença coerente com o método e, desse modo, compreendendo o trabalhador como

¹²Asa Cristina Laurell é médica, docente e pesquisadora da Universidade Autônoma do México, é reconhecida como uma das principais teóricas da Medicina Social Latinoamericana. Suas formulações têm enfoque na determinação social do processo de saúde-doença e, em conjunto com outros teóricos e pesquisadores, a saúde dos trabalhadores como um objeto de estudo específico. Teve grande contribuição no final dos anos 70 e início dos anos 80 na produção teórica que fundamentou o campo Saúde do Trabalhador, porém, nos anos 90 ela mudou o foco de suas pesquisas e começou a participar de movimentos pela democracia no México, chegando a participar do Estado ocupando cargo de secretária de saúde no ano 2000. Até onde sabemos essa participação na gestão dos serviços pelo Estado impactou em sua produção, a qual não teve continuidade, nem prática, nem teórica.

totalidade em relação com o processo de trabalho. O processo de trabalho no capitalismo é compreendido por essa teoria como essência e aparência, ou seja, como processo de produzir valor e como a forma que assume historicamente. Porém, apesar de considerar o psíquico na totalidade do trabalhador, não têm uma ênfase na dinâmica psíquica, pois esse não era seu objeto de estudo. Por esse motivo acreditamos que a Psicologia Histórico-Cultural pode contribuir para uma segunda aproximação, incorporando o aspecto psíquico sem segmentá-lo da totalidade do processo de saúde e doença.

1.2. A MEDICINA SOCIAL LATINOAMERICANA: A DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE E DOENÇA.

Segundo Laurell (1982), para compreender o processo de saúde e doença é necessário considerar, analisar e definir três aspectos centrais: demonstrar o caráter histórico e social do processo saúde-doença, definir seu objeto de estudo e o modo de conceituar a determinação.

Para a autora, existem na literatura epidemiológica dois conceitos principais de doença - o conceito médico clínico e o ecológico¹³. O primeiro entende a doença como um processo biológico que ocorre internamente no indivíduo (como vimos no histórico sobre a Medicina do Trabalho); o segundo considera a doença como resultado de um desequilíbrio entre o hospedeiro (indivíduo) e seu ambiente (como vimos na Saúde Ocupacional). Apesar dos conceitos médico clínico e ecológico parecerem divergentes, isso não é real, devido ao fato que ambos individualizam o processo de adoecimento. No caso do conceito ecológico, o desequilíbrio se expressa como doença no indivíduo. O conceito de saúde e doença hegemônico na sociedade capitalista está, portanto, centrado na biologia individual, o que lhe retira seu caráter social.

Para entender o processo social do fenômeno e construir um novo objeto, diverso da medicina clínica e da epidemiologia, temos que ir além dos conceitos acima esboçados. Por isso, para compreender o conceito de saúde e doença é

¹³ O conceito ecológico se fundamenta no Modelo da História Natural da Doença, sistematizado por Leavell & Clarck.

necessário entender como se dá o caráter histórico e social desse processo. (LAURELL, 1982)

O primeiro elemento é que o caráter social da doença se torna mais claro quando analisado na coletividade humana e não, simplesmente, no indivíduo isolado, isto é, quando compreendidas suas características sociais. Para isso, é também necessária uma teoria que explique o que seja este “social”, o qual não pode ser analisado espontaneamente somente pela observação. (LAURELL & NORIEGA, 1989)

A MSLA (Medicina Social Latinoamericana) entende que o social não é externo ao biológico¹⁴. Pelo contrário, nosso corpo biológico está submetido ao social, adquirindo formas históricas específicas e diversas. Além disso, entende que a inserção social dos indivíduos, que será determinada pelas suas condições de vida, se dá pelo processo de trabalho.

Em termos muito gerais, o processo saúde doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio de processo de trabalho baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção. Em nossa opinião, as categorias sociais adotadas do materialismo histórico, que nos permitem desenvolver esta proposição geral e aprofundar e enriquecer a compreensão da problemática da essência do processo saúde-doença e sua determinação, são a classe social, tal como propõe Breilh e o processo de trabalho [...]. (LAURELL, 1982, p. 157-158).

É neste processo que surgem as condições ambientais das coletividades, através das quais são determinados os ‘modos de andar a vida’. Portanto, nesta teoria, o “social” é entendido como o processo social de produção da vida, impulsionado pela peculiar atividade humana, ou seja, o trabalho. Segundo a teoria marxista, o trabalho é entendido como modo de produzir e reproduzir a vida e, assim, como a forma de organização da sociedade, da qual outras relações derivam. Por isso, o trabalho é o ponto de chegada e a categoria central da análise do nexo biopsíquico em um tempo histórico determinado. (LAURELL & NORIEGA, 1989)

Ao analisar a saúde no âmbito da coletividade, é preciso entender que esta não se trata de um grupo qualquer, mas sim de um grupo que tem características

¹⁴ A autora dá ênfase ao termo biológico nos seus textos por estar dialogando com a medicina a-histórica e não por considerar que há uma segmentação entre o biológico e o psíquico, pelo contrário, ela afirma a unidade quando utiliza o termo “nexo biopsíquico humano”.

sociais comuns. Neste sentido, partindo da visão marxista da análise do processo de produção, como constituinte de todas as outras esferas da vida humana, entender a coletividade é compreender os grupos humanos da forma como estão organizados e se dividem nessa sociedade, por exemplo, sua organização em classes sociais. Na coletividade, este processo saúde e doença vai se manifestar empiricamente em aspectos como: a expectativa de vida, condições nutricionais, constituição somática, no perfil patológico¹⁵ do grupo, que vai se expressar em um modo específico de adoecer e morrer. (LAURELL, 1982)

Outro elemento fundamental para MSLA é o conceito de historicidade do nexo biopsíquico humano. O processo saúde e doença de um grupo adquire historicidade por estar socialmente determinado, isto é, em cada sociedade as formas de expressão do processo saúde e doença são diferentes. Além disso, a própria realidade social é histórica, ou seja, além de cada sociedade se expressar de maneira diferente, em cada época histórica de uma mesma sociedade o processo também se expressa de maneira diversa. Por outro lado, o próprio biológico é social, pois não há como determinar uma normalidade biológica humana a margem do momento histórico em que este está inserido. (LAURELL, 1982) Para a autora:

O especificamente novo, que surgiu da problematização da saúde-doença enquanto processo social, é colocar o nexo biopsíquico como a expressão concreta na corporeidade humana do processo histórico num momento determinado. Essa concepção tem como pedra angular a identificação da historicidade dos processos biológicos e psíquicos humanos. Ou seja, coloca uma ruptura profunda com o pensamento médico, cujo postulado fundamental é o caráter a-histórico da biologia humana e, ainda que mais ambigualmente e com menor capacidade de se tornar hegemônico no pensamento científico, dos processos psíquicos. (LAURELL & NORIEGA, 1989, p. 100).

Portanto, o processo saúde e doença é, simultaneamente, um processo social, histórico e biopsíquico, ocorrendo na realidade como um processo único que, ao mesmo tempo, envolve a realidade social e o indivíduo. Todos em movimento. Ao estar socialmente determinado, o processo saúde e doença adquire historicidade, isto é, em cada época histórica o modo de produção da vida será diferente e então, os processos biológicos ocorrerão dependentes de quando este sujeito a vivência, a

¹⁵ O perfil patológico se constitui considerando o tipo de patologia e a frequência que determinado grupo apresenta em um dado momento. (LAURELL, 1982)

sua situação de classe e o modo de produção da vida correspondente a ela. (LAURELL, 1982)

Por esse motivo não há como estabelecer uma “normalidade” biológica à margem do momento histórico. Um exemplo disso é que não é possível determinar a duração normal do ciclo vital humano, já que ele é diferente em distintas épocas sociais, em diferentes locais. Como ilustração, temos indícios de que a expectativa de vida no império romano era de 30 anos, já em 1900 a média era de 45 anos e hoje é de aproximadamente 80 anos. É claro que se trata de uma média e de um dado abstrato, pois, se analisadas as diferentes classes sociais nestas épocas históricas teremos expectativas de vida totalmente distintas. Por tudo isso, devemos pensar em padrões distintos de desgaste e de reprodução da vida, dependendo das características da relação entre o ser humano e a natureza em cada tempo histórico e em cada sociedade. (LAURELL, 1982)

Para Laurell (1982), a relação entre o processo coletivo saúde e doença é que determinará as características básicas sobre as quais se assentam a variação biopsíquica individual. Isto significa que, ao observarmos o indivíduo isolado, sua história social adquire importância, porque vai condicionar o seu nexos biopsíquico, determinando certa probabilidade de que adoça de forma particular.

Em relação à determinação do processo saúde e doença, Laurell (1982) afirma que devem ser superadas as concepções médicas hegemônicas, tanto a monocausal (um agente atuando no indivíduo), quanto às multicausais (vários agentes):

A limitação mais imediata do modelo multicausal, sem dúvida reside em sua redução da realidade complexa a uma série de fatores que não se distinguem em qualidade e cujo peso no aparecimento da doença é dado por sua distância dela. Assim conceituada a causalidade, o social e o biológico não se colocam como instâncias distintas, pois ambos são reduzidos a “fatores de risco”, que atuam de maneira igual. (LAURELL, 1982, p. 154)

Deste modo, como essas teorias não partem da essência do fenômeno, consideram todos os elementos que atuam sobre o organismo reduzidos a fatores de risco. Nesse caso, o trabalho seria mais um fator de risco, que qualitativamente não se diferencia dos demais fatores.

Entretanto, para os autores da MSLA, para compreender a determinação

desse processo deve-se levar em conta a *unidade do processo* e seu *caráter duplo biopsíquico e social*: “Isso significa reconhecer a especificidade de cada um e, ao mesmo tempo, analisar a relação que conservam entre si [...]” (LAURELL, 1982, p. 155)

Sob essa perspectiva, o processo saúde e doença, dicotomizado pelo pensamento médico, não aparece separado, mas unido ao biopsíquico e a sua determinação social, como momentos de um mesmo processo. Por isso o processo saúde e doença é um processo unitário que tem um caráter duplo – biopsíquico e social. Ou seja, se pensarmos no modo concreto de trabalhar, seu caráter social é o mais evidente, pois o indivíduo trabalha sob determinado processo social de produção para manutenção da sua vida. Ao mesmo tempo, o trabalho é biológico, pois implica em atividade neuro-muscular, psíquica, metabólica, envolvendo gasto de energia etc., da mesma forma, o ato de comer é uma necessidade biológica evidente, mas, o modo como comemos, o que comemos, quando comemos é determinado socialmente, segundo a época histórica e a posição de classe dos indivíduos particulares.

Por fim, ainda sobre a determinação:

Este modo de entender a relação entre o processo social e o processo saúde doença aponta, por um lado, o fato de que o social tem uma hierarquia distinta do biológico na determinação do processo saúde-doença e, por outro lado, opõe-se à concepção de que o social unicamente desencadeia processos biológicos imutáveis e a-históricos e permite explicar o caráter social do próprio processo biológico. Esta conceituação nos faz compreender como cada formação social cria determinado padrão de desgaste e reprodução e sugere um modo concreto de desenvolver a investigação a este respeito. (LAURELL, 1982, p. 156)

Demonstrado o caráter histórico e social do processo saúde e doença, podemos definir o que é esse processo para os autores da MSLA:

Por processo saúde-doença da coletividade, entendemos o modo específico pelo qual ocorre no grupo o processo biológico de desgaste e reprodução, destacando como momentos particulares a presença de um funcionamento biológico diferente como consequência para o desenvolvimento regular das atividades cotidianas, isto é, o surgimento da doença. (LAURELL, 1982, p. 151)

Para a MSLA, o *objeto* de conhecimento é o nexos biopsíquico humano, que é definido como a expressão concreta, na corporeidade humana, do processo histórico em um momento determinado. Em outras palavras, o nexos biopsíquico se expressa no biológico, mas é produzido histórico e socialmente, ele é a síntese do biopsíquico e do social. O processo biopsíquico humano pode ter na sua expressão particular momentos identificáveis como doença. (LAURELL & NORIEGA, 1989)

Ao entendermos que o nexos biopsíquico é uma construção histórica e social, precisamos compreender como estas características são determinadas. Para isso, Laurell e Noriega (1989) vão recuperar o conceito de estereótipos de adaptação. Segundo estes autores, as características do nexos biopsíquico são determinadas pelos processos de adaptação que cada ser humano deve enfrentar em cada tempo histórico. Importante ressaltar, que a noção de adaptação dessa abordagem não tem ligação com a ideia de equilíbrio ou de um estado fisiologicamente normal, como no conceito ecológico, mas sim refere-se a resposta corporal frente a situações enfrentadas. O processo de adaptação para essa abordagem teórica é entendido como:

[...] a capacidade do corpo de responder com plasticidade diante de suas condições específicas de desenvolvimento, o que se traduz em mudanças específicas nos processos corporais, que se expressam como formas biológicas características. (LAURELL & NORIEGA, 1989, p. 101).

Deste modo, o corpo biológico vai “respondendo” às condições sociais. É esta plasticidade do organismo diante de situações específicas que trará mudanças nos processos corporais. Como já dito, esse conceito não se refere à adaptação para um patamar de saúde ideal ou uma “normalidade” corporal, pois não é entendido somente como sobrevivência em condições corporais precárias. Tanto que esta adaptação pode se tornar o seu contrário, destruindo a integridade corporal. Um exemplo dado por Laurell e Noriega (1989), é o processo de estresse no capitalismo. O estresse é uma adaptação do corpo visando sua sobrevivência, porém, a exposição repetida a um estado de estresse (como ocorre cotidianamente no processo de trabalho na sociedade atual), leva a uma destruição da integridade corpórea, que se expressa em adoecimento. Como afirmam os autores: “sua repetição frequente ou sua conversão em estresse crônico transforma-se num processo destrutivo de uma série de estruturas e processos corporais” (p.101).

Portanto, o processo particular de adaptação determinará as características do nexo biopsíquico, que é a substância do que os autores conceituarão como desgaste e perfil patológico. Importante ressaltar novamente que, para a MSLA, mesmo que ocorram processos de adaptação individuais, as condições que os produzem são sociais, ocorrendo assim a subsunção do biopsíquico ao social, ou seja, uma produção social das formas biológicas humanas.

Nesse sentido, ressaltamos novamente que não há como entender o caráter histórico da doença a partir de um caso clínico, de um indivíduo isolado, mas sim focando o processo que ocorre nas coletividades humanas, pois, segundo Laurell (1982), a natureza social da doença se verifica no modo característico de adoecer e morrer dos grupos humanos, que formará os perfis patológicos que estes grupos sociais apresentam. Deste modo, existem diversos perfis patológicos, resultantes de transformações de sociedades que apresentam diferentes graus de desenvolvimento e de organização social. E, ainda, dentro de uma mesma sociedade as diferentes classes que a compõe, mostrarão condições de saúde distintas.

Segundo Laurell e Noriega (1989), para compreender a relação saúde-doença como processo social é necessário penetrar e explorar a relação trabalho e saúde, exatamente por compreender a centralidade do trabalho na vida humana e na sua forma histórica capitalista. De acordo com os autores, quando se estuda a condição operária, descobre-se que a questão da saúde é central, pois esta é a expressão concreta do conjunto das relações e contradições em que vive a classe operária.

Como já dito, a MSLA entende a categoria trabalho de acordo com o conceito marxiano, ou seja, como atividade especificamente humana de transformação da natureza, que é, por esse motivo, criativo, pois ao criar intencionalmente novos objetos, cria também novas relações humanas e novos processos psíquicos, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento do gênero humano. Entretanto, entende-se, também, que em sua forma histórica capitalista o processo de trabalho nega a criatividade humana ao assumir uma forma explorada e alienada, transformando o que era potencializador da criatividade e do gênero humano, em destrutivo dessas capacidades. Por esse motivo, o processo de trabalho é utilizado como categoria analítica principal ao entender que é ele que organiza toda a vida social.

Assim, o processo de trabalho é analisado pela MSLA em duplo sentido:

como modo específico de trabalhar e se desgastar, e ainda, como enfrentamento e resistência de classe contra as estratégias de sua exploração. Esses dois sentidos são os que determinam os padrões específicos de reprodução do trabalhador, dependendo da luta de classes.

Entendemos que a teoria da MSLA é de grande importância na compreensão do processo saúde e doença, por oferecer a problemática da saúde uma abordagem diferente, que permite uma nova apreensão da essência da questão, isto é, compreender o processo saúde e doença como fenômeno coletivo e como fato social. Isso permite novas leituras da realidade, mas, sobretudo novas práticas, principalmente no que tange à luta dos trabalhadores pela sua saúde.

1.2.1. As cargas de trabalho e o processo de desgaste dos trabalhadores.

A MSLA reelabora conceitos e define outros que são incorporados ao campo Saúde do Trabalhador como, por exemplo, os conceitos de nexos biopsíquico e perfil patológico. Fazem isso, a partir da crítica aos conceitos hegemônicos, utilizando, para tanto, do materialismo histórico-dialético. Algumas dessas elaborações incorporam-superando, conceitos que são hegemonicamente utilizados e que apresentam significados diversos ou mesmo ideológicos. Um dos conceitos incorporados e superados é o de risco.

Como vimos, no início do capítulo, o Modelo Operário Italiano utiliza a categoria de grupos de risco, mas o faz como elementos isolados entre si e da dinâmica global do processo de trabalho, sendo este conceito, por esse motivo, insuficiente para entender o processo de desgaste do trabalhador.

Para superar esse problema, Laurell e Noriega (1989), utilizam o conceito de carga de trabalho. Carga de trabalho corresponde aos elementos do processo de trabalho que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador¹⁶, gerando processos de adaptação que se traduzem em desgaste. As cargas caracterizam o movimento dinâmico do trabalho e não elementos estáticos dos “postos de trabalho”, o que as diferencia qualitativamente do conceito de risco. Para

¹⁶ Ressaltamos novamente que “corpo” é entendido pela MSLA como totalidade biopsíquica, ou seja, cérebro, músculos, fisiologia, psiquismo, que conformam uma unidade corporal.

a análise das cargas de trabalho, os autores as dividem didaticamente no interior do processo de trabalho. São elas, as cargas físicas (químicas, físicas, biológicas e mecânicas), bem como as cargas fisiológicas e psíquicas. Todavia, os autores advertem que esta divisão só adquire significado em sua síntese com a dinâmica global do processo de trabalho e com sua interação na corporeidade do trabalhador.

As cargas físicas possuem uma materialidade externa ao corpo, mas interagindo com ele transformam sua materialidade interna, ou seja, mudam de qualidade se tornando processos intracorporais complexos (ex. ruído – atua sobre as células do ouvido e sobre o sistema nervoso e provoca mudanças em processos fisiológicos). Já as cargas fisiológicas e psíquicas adquirem materialidade no corpo ao se expressarem em transformações em seus processos internos como, por exemplo, esforço físico, posição incômoda, turnos de trabalho etc. Não dá para pensar nas cargas fisiológicas e psíquicas senão interagindo com o corpo, já que o esforço físico e a posição incômoda só existem através do corpo do trabalhador, assim como, a pressão no trabalho. As cargas são, portanto, processos corporais transformados e a diferença entre elas é a existência material, exterior, independente do ser humano ou não. (LAURELL & NORIEGA, 1989)

Outro elemento importante para nosso estudo consiste na divisão das cargas psíquicas em dois grandes grupos: a sobrecarga psíquica – como a tensão prolongada, atenção permanente, supervisão com tensão, consciência da periculosidade do trabalho, altos ritmos de trabalho etc.; e a subcarga psíquica – como impossibilidade de desenvolver e fazer uso da capacidade psíquica (por exemplo, a perda do controle sobre o trabalho ao estar subordinado ao movimento da máquina, a desqualificação do trabalho, a separação entre a concepção e execução do trabalho, a parcialização e empobrecimento das tarefas, a monotonia e a repetitividade etc.). (LAURELL & NORIEGA, 1989)

Um componente fundamental relacionado ao conceito de carga consiste no entendimento de que, no local de trabalho concreto, estas cargas se somam incrementando seu efeito sob o corpo do trabalhador. Ou seja, ao estarem presentes ao mesmo tempo no local de trabalho, diferentes cargas interatuam e se potencializam, o que não é visível ao analisá-las em separado. O exemplo dado pelos autores é a realização de um trabalho pesado em uma posição incômoda. O resultado no corpo *não* é somente a *soma* dos efeitos desgastantes sobre o sistema músculo-esqueleto e do gasto calórico derivado de cada um deles, mas o aumento

de ambos, isto é, o desgaste no sistema músculo-esquelético irá aumentar o gasto calórico e vice versa, pois eles se *potencializam* ao ocorrerem ao mesmo tempo. Outro exemplo. Um trabalhador pode suportar um alto ritmo de trabalho quando esta tarefa tem sentido para ele, mas quando se juntam alto ritmo de trabalho e falta de sentido na tarefa, o desgaste pode se expressar em estresse.

A interação das cargas de diferentes tipos é percebida quando se analisa, por exemplo, os acidentes de trabalho. Deste modo, a combinação das cargas tem, em cada caso, em cada local e posto de trabalho, uma conformação singular. (LAURELL & NORIEGA, 1989)

As cargas de trabalho também são a expressão particular da forma específica de produzir na sociedade e estão ligadas às relações de força entre capital e trabalho, tanto num local de trabalho específico, quanto na sociedade como um todo (por exemplo, a luta pela diminuição da jornada de trabalho e os acordos coletivos de trabalho). E ainda, elas são elementos que sintetizam a mediação entre o trabalho e o desgaste do trabalhador. Ao unir estes conceitos é possível perceber o nexos biopsíquico de uma coletividade e é por isso que os autores fazem esse caminho teórico de análise. (LAURELL & NORIEGA, 1989)

Dito isso, é possível re-conceituar o *desgaste*. Este se refere ao conjunto da interação dinâmica das cargas na corporeidade do trabalhador, ou seja, da interação das cargas aos processos biopsíquicos. O conceito de desgaste como “perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica”, aponta que este processo pode ou não ser reversível, mostrando os processos biopsíquicos como mutantes e não estáticos e, por isso, históricos. O processo de desgaste pode ser tanto uma destruição abrupta como lenta dos órgãos, bem como uma impossibilidade de desenvolver uma potencialidade psíquica ou biológica, podendo assim se expressar como adoecimento. (LAURELL & NORIEGA, 1989)

Pela possibilidade de reversão do desgaste é impossível pensar neste fenômeno sem o seu contrário: o processo de reprodução. Reprodução é entendida pelos autores como o processo de reposição e desenvolvimento das capacidades biopsíquicas. E é a relação desgaste–reprodução que determina a constituição das formas históricas do nexos biopsíquico humano e a variedade de doenças particulares, ou seja, dos perfis patológicos de um grupo social. (LAURELL & NORIEGA, 1989)

Importante enfatizar que, ao realizar qualquer atividade, o ser humano se

desgasta (gasto de energia física, metabólica, psíquica, etc.). O desgaste faz, portanto, parte da vida humana concomitantemente com momentos de recuperação desse desgaste ou a sua reprodução. Todavia, dentro desse processo, devido ao desgaste, há momentos particulares em que, ocorre, no organismo, um funcionamento biológico e psíquico diferente, do qual não se consegue recuperar. O que terá consequências para o desenvolvimento regular das atividades cotidianas, desencadeando o surgimento da doença.

Em síntese, ao entender o processo de desgaste como uma totalidade de cargas físicas/psíquicas/fisiológicas, interagindo no processo corporal, também pensado como um processo complexo e total, não faz sentido pensar em cargas psíquicas isoladas (a não ser de forma didática para entender o processo), como fazem a maioria dos autores da sub-área Saúde Mental e Trabalho. Mas sim, como um processo único de que fazem parte todos os tipos de carga, que podem potencializar mais umas do que outras, dentro da totalidade do processo de trabalho que causa o desgaste.

Como já dissemos, consideramos que a MSLA faz um movimento de crítica e superação dentro do campo ST, buscando superar as limitações (tanto, em relação a posições teóricas discrepantes quanto, em relação a problemas não resolvidos) no seu interior (como o conceito de risco). Faz isso ao reformular a teoria com base no materialismo histórico-dialético, realizando uma crítica sociológica ao campo.

Porém, acreditamos que pela necessidade de dialogar e criticar a medicina a-histórica, os autores da MSLA não dão tanto destaque ao psíquico ao relacioná-lo a dinâmica biopsíquica, apesar de considerar o psíquico como parte integrante da dinâmica corporal, como já dissemos. Isso porque não era o objetivo dos autores darem conta, naquele momento, de toda a dinâmica psíquica envolvida nestes processos. Mesmo quando abordam as cargas psíquicas, os autores ressaltam: “As cargas psíquicas, pensadas sobretudo em função de suas manifestações *somáticas* e não tanto *psicodinâmicas*, podem provisoriamente ser agrupada em dois grandes grupos [...]” (LAURELL & NORIEGA, 1989, p. 112, destaque nosso). E ainda, em nota de rodapé:

[...] extrapola as possibilidades desse trabalho fazer uma exploração profunda da dimensão psíquica do nexos biopsíquico do trabalhador;

portanto, aqui só são abordadas as cargas psíquicas, especialmente em função de suas repercussões somáticas. (LAURELL & NORIEGA, 1989, p. 140, nota 39).

Por esse motivo, acreditamos que a Psicologia Histórico-Cultural pode contribuir com o campo ST (principalmente com sua 'parte' mais avançada). Isso porque em seu arcabouço teórico possui categorias psicológicas que permitem um aprofundamento no entendimento da dinâmica psíquica do trabalhador. Sem, no entanto, deixar de lado às contribuições da Medicina Social Latinoamericana.

Para tanto, se faz necessário um maior aprofundamento do processo de trabalho, tanto no seu caráter ontológico como histórico – o trabalho alienado no capitalismo. Pois, como vimos, o modo de produção da vida é a base material a partir da qual se constituem tanto o psiquismo quanto o processo saúde e doença dos trabalhadores em cada momento histórico.

CAPÍTULO 2 – O TRABALHO E O SER HUMANO.

Para a Psicologia Histórico-Cultural, consistentemente com o materialismo histórico-dialético, que lhe dá sustentação, só é possível entender o ser humano e seu psiquismo por meio da compreensão do processo histórico que o constitui e que fornece as bases materiais para que, por intermédio de sua atividade no mundo, este ser construa sua subjetividade ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento do gênero humano. Para isso, é fundamental realizar a análise das relações sociais de produção e das forças produtivas materiais referentes a esta, para apreensão da forma determinada de organização psíquica que elas engendram.

Nesse sentido, para a compreensão do fenômeno do sofrimento pelo trabalho no capitalismo, trataremos o trabalho em seus aspectos ontológico e histórico. Isto é, o trabalho como categoria fundante do gênero humano bem como em sua conformação histórica atual: o trabalho alienado do modo de produção capitalista.

2.1. O TRABALHO: ASPECTOS ONTOLÓGICOS.

A compreensão do trabalho de um ponto de vista ontológico é importante por demonstrar o grau da sua determinação objetiva na constituição do ser humano. Pois, é a partir do trabalho que se tem início a história humana e as formas de sociedade. Ou seja, a partir do trabalho o ser humano inaugura outra dimensão não existente no mundo animal: a história. O ser humano ao se constituir historicamente a partir do trabalho supera as amarras biológicas que caracteriza os animais e dá início a sua constituição como gênero humano. Veremos de maneira simplificada os principais elementos desse processo.

De acordo com Marx e Engels (1982), o primeiro ato histórico humano se dá na produção dos meios de existência dos seres humanos. Para se manter vivo, os seres humanos têm que suprir suas necessidades vitais como: alimentar-se, aquecer-se (habitação), se defender de predadores e reproduzir sua espécie. Em

um primeiro momento histórico, nossos ancestrais hominídeos, por meio do intercâmbio material com a natureza, supriam suas necessidades vitais retirando imediatamente dela o que era necessário para sua sobrevivência. (KLEIN & KLEIN, 2011)

Para Marx:

[...] temos de começar por constatar a primeira premissa de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, ou seja, a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem "fazer história". Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro acto histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um acto histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (MARX & ENGELS, 1982, p. 19-20).

Para satisfação dessa primeira necessidade humana, é preciso a produção dos meios, isto é, dos instrumentos, dos meios de trabalho. Assim, estes instrumentos surgem como uma segunda necessidade humana.

O ser humano depende da natureza para a sua sobrevivência. Ou seja, ele faz parte da natureza e depende dela para sobreviver, mas distingue-se dela transformando-a em seu *corpo inorgânico*. (MARX, 2004) Para tanto, no decorrer da sua história, a humanidade foi criando cada vez mais mediações entre a natureza e si mesmo. Estas mediações são os recursos naturais utilizados pelo ser humano como seus instrumentos, que propiciam que este produza os meios através dos quais irá satisfazer suas necessidades. (KLEIN & KLEIN, 2011)

Os meios de trabalho ou os instrumentos de trabalho são, portanto, a mediação entre o ser humano e o objeto de trabalho (natureza), e para criá-los (os instrumentos de trabalho) é necessário que o fim do processo de trabalho e o objeto sobre o qual este trabalho irá incidir sejam conscientes. Por esse motivo, o instrumento é portador da primeira abstração e generalização humana consciente e racional. (MARX, 1989)

Além disso, é a produção de instrumentos pelo ser humano que permite a constituição da história. Ao se apropriar de instrumentos produzidos pelas gerações passadas, o ser humano se apropria também de seus usos sociais, dos saberes e das práticas coletivas acumuladas nestes instrumentos, modificando o objeto para

satisfazer novas necessidades e convertendo o próprio instrumento em uma necessidade. (LEONTIEV, 1978a)

Ao produzir a vida, o ser humano se depara com uma terceira necessidade fundamental: a relação dos seres humanos com outros seres humanos, ou seja, a necessidade de estabelecer relações sociais.

A terceira relação, que logo desde o início entra no desenvolvimento histórico, é esta: os homens que, dia a dia, renovam a sua própria vida começam a fazer outros homens, a reproduzir-se — a relação entre homem e mulher, pais e filhos, a *família*.

Esta família, que a princípio é a única relação social, torna-se mais tarde, quando o aumento das necessidades cria novas relações sociais e o aumento do número dos homens cria novas necessidades, uma relação subordinada [...]. De resto, estas três facetas da actividade social não devem ser entendidas como três fases diferentes, mas apenas como três facetas ou, para escrever claro para os alemães, três “momentos” que, desde o começo da história e desde os primeiros homens, existiram simultaneamente, e que ainda hoje se afirmam na história. (MARX & ENGELS, 1982, p. 20-21).

Como o trabalho é caracterizado por estes dois aspectos interdependentes, a dizer, o uso e a fabricação de instrumentos e ser realizado em uma atividade comum coletiva, ele é, desde o início, mediado pelo instrumento e pela sociedade. Esta mediação é o elemento central que qualifica o trabalho humano. Assim, o uso de instrumentos realizado coletivamente determina as relações de comunicação entre os seres que o utilizam e, deste modo, o trabalho liga entre si os participantes mediando sua comunicação. Por esse motivo, historicamente, em função do trabalho, junto com ele e por exigência deste, e ainda, concomitante ao seu desenvolvimento, foi possível ao ser humano desenvolver a linguagem e sua consciência. (LEONTIEV, 1978a)

Com a utilização dos recursos naturais, como instrumentos e meios de produção da vida, a espécie humana amplia sua própria organização física e cunha as relações sociais de produção que são compatíveis com o desenvolvimento desses meios. Deste modo surge o trabalho, como atividade vital, prática, especificamente humana, na origem da própria humanidade. Com a união desses elementos, quais sejam, os novos meios de produção da vida e a organização cooperativa para produzir a vida, o ser humano tem ampliada suas forças produtivas e se constitui como gênero humano. (KLEIN & KLEIN, 2011)

Só agora, depois de já termos considerado quatro momentos, quatro facetas das relações históricas primordiais, verificamos que o homem também tem “consciência”. [...]. A linguagem é tão velha como a consciência — a linguagem é a consciência real prática que existe também para outros homens e que, portanto, só assim existe também para mim, e a linguagem só nasce, como a consciência, da necessidade, da carência física do intercâmbio com outros homens. Onde existe uma relação, ela existe para mim, o animal com nada se “relaciona”, nem sequer se “relaciona”. Para o animal, a sua relação com outros não existe como relação. A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens. A consciência, naturalmente, começa por ser apenas consciência acerca do ambiente sensível imediato e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo que se vai tornando consciente de si; [...]. (MARX & ENGELS, 1982, p. 21-22).

No processo de trabalho o ser humano precisa antever em sua consciência o produto do seu trabalho, antes mesmo da sua realização, o que torna o trabalho, portanto, teleológico, pois, para realizá-lo, o indivíduo necessita de um planejamento para sua execução. Dentro desta dinâmica criativa, ao final do processo de trabalho aparece, então, o resultado de algo que já existia idealmente na imaginação do trabalhador.

Porém, existe outro elemento que influencia determinantemente esse processo de humanização. Para realizar a atividade laboral, as condições materiais de vida tornam necessária a divisão do trabalho. Isso porque logo início da humanidade ocorre um aumento da produção e das necessidades humanas, bem como um aumento da população. (MARX & ENGELS, 1982) Esta divisão no início da humanidade é ainda embrionária e se apresenta como uma atividade de cooperação entre indivíduos, na qual as operações de trabalho são divididas entre a coletividade e fixadas entre seus membros. Fato este que terá uma implicação direta no desenvolvimento da capacidade de abstração e, por conseguinte, no desenvolvimento da consciência. (LEONTIEV, 1978a)

Já nos primórdios do processo de trabalho, as atividades, em sua particularidade, podem não atender imediatamente às necessidades biológicas individuais de cada pessoa envolvida na tarefa. Por este motivo, o sujeito que age deve necessariamente refletir em sua consciência a relação entre o motivo da sua ação e o seu objeto imediato, para que a ação faça sentido para ele. Portanto, na atividade coletiva, as ações podem ser divididas entre seus membros, que ao ter

consciência da finalidade da atividade do grupo, vê sentido na sua ação individual e, deste modo, pode separar a finalidade da sua ação individual da atividade integral do grupo. O exemplo dado por Leontiev é o da caça: pode caber a uma pessoa a ação de espantar a caça para que outro possa matá-la, porém, por mais que a ação de espantar a caça possa parecer divergente da atividade (alimentação) esta faz sentido ao se ter consciência da finalidade da atividade do grupo. Ou seja, a relação que o indivíduo tem com o objeto da sua ação passa a ser consciente, ou seja, conscientemente orientada. (LEONTIEV, 1978a)

Este fato histórico possibilita que a atividade não seja somente prática, mas também teórica, isto é, que apareça (se apresente) na consciência como ideia. Para Leontiev (1978a), a divisão do trabalho entre os membros da coletividade é um dos fatores que possibilita ao ser humano individualmente e coletivamente tenha consciência do fim da sua ação (teleologia), o que possibilita o salto histórico do psiquismo humano para o reflexo consciente da realidade.

Outro elemento que permite esse salto histórico é que a matéria ou o objeto de trabalho existem independentes da vontade humana e para transformá-los e dominá-los é necessário conhecê-los. Isto é, se apropriar da causalidade do objeto para refleti-los na consciência. O ser humano atua sobre os objetos de trabalho por meio do reflexo da realidade e, ao se apropriar deles, acaba desenvolvendo, cada vez mais, formas superiores de reflexo consciente da realidade. (LEONTIEV, 1978a)

Em síntese, historicamente é a partir do trabalho, da sua capacidade teleológica e da comunicação, que o ser humano se torna qualitativamente diferente dos outros animais, ele se torna humano ao se transformar em um ser consciente. Ou seja, na medida em que transforma a natureza, o ser humano dela se apropria e nela se objetiva, constituindo a consciência por meio desse processo. No processo de objetivação e apropriação são geradas no ser humano novas necessidades que conduzem a novas formas de ação, num constante movimento de superação por incorporação. (MARX, 1989)

Portanto, para o materialismo histórico-dialético, o trabalho é social (e a sociedade só é possível pelo trabalho) desde o princípio, devido a dois fatores: o trabalho coletivo e, principalmente, porque os objetos produzidos por essa atividade são exteriores ao ser humano, são objetivações humanas que constituem seu ser social e sua vida genérica como radicalmente distintos da esfera biológica. Ou seja,

o ser humano a partir do trabalho social constrói a sua própria natureza. Esses elementos estão sintetizados na definição de trabalho para Marx:

Trabalho é um processo em que participam homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 1989, p. 202).

A partir dessa concepção Marx identifica, então, aquilo que seriam os três componentes do processo de trabalho: “1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”. (MARX, 1989, p. 202)

Como já vimos para realizar a atividade adequada a um fim - o trabalho - o ser humano coloca seu corpo em relação com a natureza com a finalidade de se apropriar dos seus recursos, empregando sua força de trabalho para a criação de produtos úteis a vida humana. A natureza é por isso, para Marx (1989), o objeto universal do trabalho humano e os objetos que colocamos diante dela para transformá-la são os meios de trabalho. O processo de trabalho é, portanto a atividade em que o ser humano opera uma transformação no seu objeto de trabalho, com um fim determinado, que é realizado assim que termina o produto do seu trabalho. Além disso, todo produto de trabalho é um valor-de-uso, ou seja, um objeto que atende a necessidades humanas.

Os meios de trabalho são todas as condições materiais necessárias a um processo de produção. Com o desenvolvimento do processo de trabalho este irá exigir meios de trabalho cada vez mais elaborados, como a maquinaria e o desenvolvimento da tecnologia. Isso, para Marx (1989), tem grande importância, já que o que vai distinguir as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como e com que meios de trabalho se faz. Por esse motivo, os meios de trabalho irão servir para medir o desenvolvimento da força de trabalho e ainda, em que condições sociais se realizam o trabalho. Em termos de *conceituação*, para Marx (1989), o meio de trabalho e o objeto de trabalho são *meios de produção*.

Por fim, voltamos ao conceito de processo de trabalho que é fundamental aos nossos estudos, para Marx:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1989, p. 208).

Desse modo, compreendemos o trabalho como a atividade vital humana, criadora do ser humano como gênero e fundamento do desenvolvimento de todas as formas de sociabilidade, ou seja, da história humana. Assim sendo, o processo de trabalho vai adquirir formas diversas de acordo com o desenvolvimento da sociedade e do próprio trabalho.

Ao longo da história humana, os seres humanos desenvolvem relações de produção correspondentes às forças produtivas materiais¹⁷ de cada época, que constituem um *modo de produção*. Segundo Marx (1982), o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e as relações sociais de produção de uma determinada época histórica formam a *estrutura econômica* a ela correspondente, a partir da qual surge determinada *superestrutura política e jurídica* correspondente à determinada *consciência social*.

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1982, p. 25).

Neste sentido, os indivíduos nascem em uma sociedade com relações de produção já estabelecidas, correspondentes a certa etapa de desenvolvimento das

¹⁷ Para Marx (1989), as forças produtivas materiais são constituídas por: meios de produção, métodos e técnicas empregados e pelos trabalhadores.

forças produtivas materiais. Ao se inserir no mundo a partir da sua atividade, os indivíduos se constituem como ser humano, um ser social de sua época, com um psiquismo, ou seja, uma consciência (individual) congruente com a consciência social¹⁸ de seu tempo, a qual, por sua vez, é determinada pelas relações sociais de produção desta mesma época histórica.

O capitalismo é um modo de produção que os seres humanos estabeleceram para produzir socialmente suas condições de existência. O capitalismo não se desenvolve por um ato de *vontade* humana, mas pelo necessário desenvolvimento histórico das forças produtivas. Marx (1982), em “*18 Brumário de Louis Bonaparte*”, afirma que os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, segundo a sua livre vontade, mas sim através das circunstâncias que encontram dadas. São as relações entre os seres humanos, através da sua atividade vital – o trabalho – e, mais ainda, não enquanto indivíduos, mas enquanto gênero humano, que irão estabelecer relações sociais necessárias à manutenção de sua vida. Sendo o capitalismo uma dessas relações que determinará o modo de vida dos indivíduos e a sua consciência.

Para Marx (1982), a divisão do trabalho entre os membros de uma sociedade possibilitaram que em determinada fase histórica a “atividade espiritual e a atividade material, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo caberem a indivíduos diferentes” (MARX, 1982, p. 21). Para o autor a divisão do trabalho e a propriedade privada são expressões idênticas, em que a primeira se refere a uma separação em relação à atividade e a segunda em relação ao produto desta.

Não cabe aqui, pelo objetivo do nosso trabalho, esboçar como se deu o processo histórico que culminou na propriedade privada, mas é fundamental ressaltar que a partir do momento que passou a existir a propriedade privada surge com ela outro fenômeno: o processo de *alienação* entre produtores e proprietários. Ou seja, a alienação tem seu fundamento na divisão entre classes sociais, na apropriação do fruto do trabalho de uma classe por outra.

Portanto, a divisão em classes sociais não surge com o capitalismo, pelo contrário, sua existência a priori é que permitiu o surgimento do modo de produção capitalista. Para Marx e Engels (2008), a história de todas as sociedades que existiram até os dias atuais tem sido a história da luta de classes. O que caracteriza

¹⁸ As relações entre a formação da consciência individual a partir da consciência social serão aprofundadas no capítulo 3.

a época histórica da burguesia é ter simplificado os antagonismos de classe em duas classes opostas, a burguesia e o proletariado.

Além disso, o próprio surgimento da burguesia é fruto de um longo processo de desenvolvimento e de uma série de revoluções no modo de produção e de troca, acompanhado de mudanças na superestrutura, os quais culminam em sua hegemonia como classe dominante. (MARX & ENGELS, 2008)

Compreendendo, conforme citação de Marx, que a estrutura econômica é a base real da qual se erguem a superestrutura (política e jurídica) e da qual irá corresponder determinadas formas de consciência social, iremos realizar uma rápida explanação sobre o modo de produção capitalista e as formas que assumem o processo produtivo na atualidade. Com isso, no próximo item, pretendemos realizar uma primeira aproximação tanto para entender o psiquismo da classe trabalhadora, como os elementos que impactam na sua relação do processo de saúde. Afinal, segundo Marx e Engels (1982) não se pode explicar uma época histórica a partir da consciência, mas sim se deve explicar a consciência a partir das contradições da vida material e do conflito existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

2.2. O TRABALHO SOB O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.

Como vimos, para o trabalhador realizar seu trabalho é necessária a operação sobre os objetos do trabalho com a mediação dos instrumentos. Contudo, no capitalismo, essa unidade é cindida já que existe uma dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o seu trabalho. Isso por que, com o advento da propriedade privada dos meios de produção e a divisão técnica do trabalho, bem como as relações de assalariamento, o acesso à riqueza produzida pela humanidade passa a ser privilégio de uma minoria, ficando restrita aos proprietários dos meios de produção.

No processo de produção capitalista, os donos dos meios de produção compram todos os elementos do trabalho necessários à produção, os quais tomam a forma de mercadoria. O trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista durante um período do dia e, deste modo, também ela se torna uma mercadoria que

pertence ao capitalista como valor-de-uso. Desta maneira, o trabalho vivo do trabalhador, a partir da venda da sua força de trabalho, se incorpora aos elementos mortos constitutivos do processo de trabalho (máquinas, instrumentos, matéria-prima, etc.) e produz novas mercadorias. Portanto, o produto do trabalho é propriedade do capitalista e não do seu produtor imediato que é o trabalhador. (MARX, 1989)

Disso decorre que o produto do trabalho está alienado do trabalhador, pois é propriedade do capitalista. Assim como o processo de trabalho, do qual o trabalhador não tem controle. Iremos aprofundar como se dá o processo de alienação pelo trabalhador no próximo item.

Para Marx (1989), o processo de produção capitalista tem o objetivo de produzir *valores-de-uso*, mas somente se forem detentores também de *valor-de-troca*, isto é, possuam valor-de-uso para outro e assim possam ser trocados ou vendidos. O valor-de-troca é apenas meio de expressão da sua substância – o *valor*. A *mercadoria* é, portanto, unidade de valor-de-uso e valor. (MARX, 1989)

O trabalhador, durante o processo produtivo, acrescenta ao objeto de trabalho um novo valor, por meio do acréscimo de determinada quantidade de trabalho. O valor é, assim, medido pela quantidade de trabalho humano abstrato, socialmente necessário para a sua produção. Dentro desse processo, o valor-de-uso específico da força de trabalho é produzir valor excedente, uma vez que ela é a única mercadoria que produz mais valor do que vale. A quantidade de trabalho necessária para a manutenção da força de trabalho¹⁹ corresponde apenas uma parte da jornada total de trabalho, enquanto a outra parte é apropriada pelo capitalista. A jornada de trabalho é, portanto, constituída pela soma do trabalho necessário à manutenção do trabalhador e do trabalho excedente - o tempo de produção da *mais-valia*. (MARX, 1989)

Outro importante aspecto é que o trabalho acrescenta valor apenas por ser *trabalho abstrato, social*, ou seja, sua concretude é abstraída por ser determinada pelo tempo e não pela função social desempenhada pelo trabalhador, isto é, por seu conteúdo socialmente útil (não importa se produz tecido ou cadeiras, mas sim o

¹⁹ O valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e, por consequência, a sua reprodução. Ou seja, consiste na sua manutenção ou reprodução do trabalhador é, portanto, o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor, ou seja, as necessidades de alimentação, roupa, habitação etc. No trabalhador qualificado entra ainda no valor da força de trabalho os custos com sua qualificação. (MARX, 1989, p. 193)

tempo que leva para produzir). De tal modo que, para Marx (1989), o trabalho no capitalismo tem uma dupla natureza: a de ser produtor de valores-de-uso, portanto *trabalho concreto*, e de ser produtor de valor, o *trabalho abstrato*.

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais valia, é o processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 1989, p. 222).

A forma capitalista de produção não é a única a produzir mercadorias, que já elas existiam antes dessa forma de sociabilidade. A característica principal do capitalismo é o processo de produção de mais valia. Deste modo os principais objetivos dos capitalistas são sempre aumentar a produtividade do trabalho e aumentar a taxa de mais-valia. Para isso, explora ao máximo a força de trabalho:

O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade. (MARX, 1989, p. 301).

Para obter maior quantidade de mais valia e evitar perda ou ociosidade do capital constante (máquinas, instalações etc.), o capitalista utiliza estratégias necessárias a sua reprodução como capital. Para isto, aumenta a jornada de trabalho e intensifica o trabalho na jornada já existente.

Na intensificação do trabalho, o trabalhador produz mais com os mesmos meios de trabalho e no mesmo tempo de trabalho. São diversas as estratégias utilizadas pelo capitalista para conseguir intensificar o trabalho, dentre elas: diminuição do que é considerada “porosidade do trabalho”, como as lacunas entre os diferentes momentos do processo de produção, o tempo de uso de sanitário, descanso, alimentação etc.; o estabelecimento de metas e principalmente o aumento da velocidade das máquinas e do número delas sob a vigilância do trabalhador. (MARX, 1989)

Para conseguir sua continuidade em meio à concorrência intercapitalista, é necessário que os capitalistas façam transformações contínuas no processo de produção com o objetivo produzir mercadorias mais baratas e em maior quantidade.

Para isso, investem constantemente na introdução de novas tecnologias com a finalidade de maior produtividade. De acordo Marx (1989), para ter maior produtividade, o processo de trabalho é modificado de modo que possibilite um encurtamento do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, conseguindo com isso produzir, com a mesma quantidade de trabalho, quantidade maior de valores-de-uso.

Das diferentes formas de exploração do trabalho (intensificação e produtividade) decorre a extração de diferentes formas de mais valia, que Marx define como *mais valia absoluta* e *mais valia relativa*:

[...] chamo de *mais valia absoluta* a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de *mais valia relativa* a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho. Para diminuir o valor da força de trabalho, tem o aumento da produtividade de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, pertencendo ao conjunto dos meios de subsistência costumeiros ou podendo substituir esses meios. (MARX, 1989, p. 363).

A mais valia absoluta é extraída, portanto, por meio do prolongamento da jornada de trabalho ou da intensificação do trabalho, isto é, maior quantidade de trabalho, maior quantidade de valor, maior trabalho excedente ou não pago ao trabalhador.

Já a mais valia relativa é extraída a partir do aumento da produtividade do trabalho, do uso e desenvolvimento de instrumentais de trabalho, principalmente máquinas, tecnologia. Com o aumento da produtividade, o trabalhador deve operar uma ou mais máquinas e a mais valia produzida por ele é distribuída no valor das mercadorias produzidas, isto é, quanto maior a produtividade, menor a taxa de mais valia contida em cada mercadoria individual, menor o preço individual de cada mercadoria. Como o valor da força de trabalho deriva da sobrevivência do trabalhador, diminuindo o valor individual das mercadorias na sociedade em geral, também diminui o valor da força de trabalho, conseguindo o capitalista com isso extrair a mais valia relativa. (MARX, 1989) Essas formas de extração de mais valia são, comumente, combinadas pelo capital e, dependendo da época histórica, os capitalistas são obrigados a aplicar, predominantemente, uma forma ou outra forma, a fim de garantir maior lucro.

Tais mudanças no processo de trabalho têm importância fundamental para o campo saúde do trabalhador, já que ao extrair da força de trabalho o máximo da produção de valores-de-uso, produz também o máximo desgaste dessa força de trabalho.

O trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jôgo variado dos músculos e confisca tôda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual. Até as medidas destinadas a facilitar o trabalho se tornam meio de tortura, pois a máquina em vez de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo o interesse. (MARX, 1989, p. 483).

Assim, ao ser consumida pelo processo do trabalho, a força de trabalho é desgastada junto com os outros elementos deste processo. Para Marx (1989, p. 263), “O capital é trabalho morto que como um vampiro se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais suga mais forte se torna”. Entretanto, quando se trata da força de trabalho, não falamos de uma mercadoria qualquer e sim de seres humanos, trabalhadores que tem diariamente desgastados seu corpo e seu espírito, isto é, seus membros, seu psiquismo. Homens e mulheres que, mesmo assim, continuam tendo que se sujeitar às tarefas definidas pelo patrão para manter seu meio de vida.

O grau de exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, do seu desgaste, dependem da correlação de forças entre capital e trabalho em dado momento histórico. Na história do capitalismo temos inúmeros exemplos de como a saúde do sistema está acima da saúde dos trabalhadores, como, por exemplo, a exploração do trabalho de mulheres e crianças que chegavam a 22 horas de trabalho diárias.

O capital não tem por isso a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las. À queixa sobre a degradação física e mental, morte prematura, suplício de trabalho levado até a completa exaustão responde: Porque nos atormentamos com esses sofrimentos, se aumentam nossos lucros? (MARX, 1989, p. 306).

O que Marx quis dizer com a frase ‘quando a sociedade o compele a respeitá-las’, é que o nível de exploração do trabalhador depende do estágio da luta de classes, ou seja, que a luta dos trabalhadores é um importante elemento para

determinar seu grau de exploração. Uma das principais lutas dos trabalhadores na história do capitalismo é a luta pela diminuição da jornada de trabalho. Sendo assim, uma das formas de avaliar o desgaste do trabalhador é analisar este elemento primordial do processo de trabalho, pois, como vimos, quanto maior a jornada, maior o tempo de trabalho excedente, maior a taxa de mais valia e o lucro do capitalista, e, para o trabalhador, maior o desgaste.

Marx reproduz um suposto e irônico diálogo entre um trabalhador e o capitalista, que elucida o que tentamos aqui demonstrar.

A mercadoria que te vendo se distingue da multidão das outras porque seu consumo cria valor e valor maior que seu custo. Esse foi o motivo por que a compraste. O que de teu lado aparece como aumento de valor do capital, é do meu lado dispêndio excedente de força de trabalho. Tu e eu só conhecemos, no mercado, uma lei, a da troca de mercadorias. E o consumo da mercadoria não pertence ao vendedor que a aliena, mas ao comprador que a adquire. Pertence-te assim a utilização da minha força diária de trabalho. Mas, por meio de seu preço diário de venda, tenho que reproduzi-la diariamente para poder vendê-la de novo. Pondo de lado o desgaste natural da idade etc., preciso ter amanhã, para trabalhar, a força, saúde e disposição normais que possuo hoje. Estais continuamente a pregar-me o evangelho da parcimônia e da abstinência. Muito bem. Quero gerir meu único patrimônio, a força de trabalho, como um administrador racional, parcimonioso, abstendo-me de qualquer dispêndio desarrazoado. Só quero gastar diariamente, converter em movimento, em trabalho, a quantidade dessa força que se ajuste com sua duração normal e seu desenvolvimento sadio. Quando prolongas desmesuradamente o dia de trabalho, podes num dia gastar, de minha força de trabalho, uma quantidade maior do que a que posso recuperar em três dias. O que ganhas em trabalho, perco em substância. (MARX, 1989, p. 263-264).

Como vimos, produzir valor-de-uso e valor é uma característica das sociedades produtoras de mercadorias, mas a forma social e econômica de produzir mais valia é exclusiva da forma capitalista de produção. Aumentar as taxas de mais valia para aumentar seu lucro e ainda sobreviver em meio à concorrência intercapitalista são os principais objetivos dos donos dos meios de produção e, por isso, as formas históricas que o processo produtivo capitalista assume dependem do desenvolvimento desses dois fatores. Para Marx:

[...] o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho

excedente. (MARX, 1989, p. 263).

Como dissemos anteriormente, consideramos que a forma do processo de saúde e doença vai ser constituída a partir do modo como se produz a vida. Assim, as considerações sobre como se constitui o processo de produção (sua técnica, gestão, tecnologia, forma de exploração, etc.) em cada período histórico, se tornam fundamentais.

Laurell e Noriega (1989) vão diferenciar o impacto dos processos que envolvem a extração de mais valia absoluta e a mais valia relativa²⁰ na saúde do trabalhador. Já que, como vimos, no seu desenvolvimento histórico e social o capital privilegia formas de extração de mais valia para continuar sua sobrevivência enquanto capital.

De fato, a tendência ao aumento da produtividade é historicamente progressiva, por ser uma exigência do próprio capital (da concorrência intercapitalista). Para a saúde do trabalhador o mais importante é que, nos locais onde predomina a produção de mais valia relativa, dele tem sido requerido uma menor quantidade de força muscular, já que a maquinaria geralmente faz o trabalho mais pesado, exigindo-lhe, contudo, um aumento de movimentos para operar as máquinas ao mesmo tempo em que deve estar mais atento. Em razão do que ocorre uma maior exigência psíquica.

Laurell e Noriega (1989) afirmam que, quando há um predomínio da mais valia absoluta no processo produtivo, ocorre uma subsunção formal do trabalhador no processo de trabalho; e que quando há o predomínio da mais valia relativa, ocorre uma subsunção real do trabalho ao capital. Para Tumolo (2003), isso ocorre, pois a mais valia absoluta é decorrente apenas do aumento da jornada de trabalho e por isso significa uma subsunção formal do trabalhador, entretanto, na extração de mais valia relativa ela atinge todas as esferas da vida do trabalhador por incluir a produtividade para uma diminuição do valor da força de trabalho e por isso sua subsunção é real.

Portanto, cada etapa histórica do capitalismo determina um modo específico de extração de mais valia, de valorização, que vai diferenciar a base técnica, a organização e a divisão do trabalho, bem como as formas de gestão empregadas. Como ocorre, por exemplo, em relação aos modelos taylorista-fordista e toyotista de

²⁰ Ver mais em O Capital, Marx, capítulo IX e X, Livro 1, volume 1.

organização do trabalho (dos processos de trabalho e da força humana que trabalha). Como já dito, para Laurell e Noriega (1989), os dois “motores” da transformação capitalista são a concorrência intercapitalista e a luta entre capital e trabalho. Por este motivo, estes fatores irão determinar mudanças progressivas na forma como se organiza o capital. Cada sociedade, cada país, apresentará simultaneamente, vários processos produtivos articulados com o dominante. Assim, segundo esses autores, para compreender o processo de trabalho é necessário entender esses dois parâmetros: os matizes do confronto cotidiano entre capital e trabalho e a heterogeneidade técnica de seu interior.

2.2.1. O processo de alienação sob o capitalismo.

Neste momento achamos fundamental retomar o conceito marxista de alienação muitas vezes esquecidos pelos autores do campo Saúde do Trabalhador e mesmo da Psicologia do Trabalho. Para além da aparência, vamos entender esse conceito para Marx, que será retomado no último capítulo.

Com o desenvolvimento do gênero humano e o acirramento da divisão social do trabalho sob o capital, a produção se torna cada vez mais socializada, não sendo mais possível, a partir de um determinado momento histórico, sobreviver individualmente sem o trabalho realizado por todos os trabalhadores. Entretanto, a divisão social do trabalho, que foi historicamente necessária ao desenvolvimento do gênero humano, na sociedade capitalista se converte em fragmentação, se torna divisão técnica do trabalho, na qual cada indivíduo faz um movimento para a produção total, tornando-se cada vez mais inábil ao mesmo tempo em que é superespecializado, alienado do produto do seu trabalho.

Vázquez (2007) afirma que para Marx, a alienação não é constitutiva do ser humano, mas em determinadas relações sociais de produção (não é exclusiva do capitalismo) ela aparece como característica da atividade produtiva, em que o *trabalhador* e o *não trabalhador* estão em uma relação social antagônica na qual o domínio dos produtos sobre o produtor expressa o domínio do não trabalhador sobre o trabalhador. Para o autor, a alienação é um conceito histórico em que o

trabalhador vê negada sua essência humana – o trabalho, pelo qual este produz a si mesmo e no qual criam as condições para sua própria desalienação.

Na sociedade capitalista, o ser humano é alienado do produto do seu trabalho, da relação entre ele e o processo de produção, na relação entre indivíduo e gênero humano e na relação entre indivíduos. (MARX, 2004) Ao vender sua força de trabalho para o capitalista, este determina em que condições o trabalhador irá trabalhar. Tal fato tem consequências objetivas e subjetivas tanto para o trabalhador individual quanto para o gênero humano.

Como já vimos, é a natureza que fornece a matéria que será objeto de trabalho e de sobrevivência do trabalhador ativo e é com a apropriação daquela que o trabalhador confirma sua humanidade e exerce sua atividade vital. Mas sob o capital, na medida em que o trabalhador se apropria da natureza, ele se priva dela, ele é desapropriado e destituído em duplo sentido: 1) o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto que pertence ao seu trabalho já que é propriedade privada de outro, 2) a natureza cessa de ser um meio para a subsistência física do trabalhador.

Na medida em que, o trabalhador efetiva o trabalho, se objetivando na mercadoria, este cria objetos que se tornam estranho a ele, e mais que isso, que tem um poder independente dele. (MARX, 2004) Ou seja, o processo de apropriação da sua objetivação se dá como alienação. Deste modo, quando o trabalhador efetiva seu trabalho ele é desfativado pelos objetos do seu trabalho e pelos objetos que são necessários à reprodução da sua vida.

Quanto mais mercadorias o trabalhador produz, mais elas ficam sob a propriedade do capitalista e menos ele pode possuir, pois mais lhe é expropriado. Além disso, quanto mais se desgasta como força de trabalho, mais gera mercadorias para outro. Por meio do processo de exteriorização da sua atividade vital, o trabalho, o objeto produzido tem uma existência externa (objetivação), que existe fora dele. E, sob relações sociais de dominação e exploração, uma existência estranha a ele. Assim, a pobreza material e espiritual do trabalhador contrasta com a riqueza material e espiritual que este produz. (MARX, 2004)

A alienação não se dá somente no resultado da produção, mas também no ato da produção, no interior da atividade produtiva. Pois se o produto é exteriorização, a produção é a exteriorização ativa.

Primeiro, que o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence a seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mais infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. (MARX, 2004, p. 82-83).

Desde modo, o trabalho não é um lugar onde o trabalhador encontra sentido, muito menos uma atividade que lhe gere satisfação e lhe realize. Pelo contrário, ele é obrigatório, trabalho imposto, forçado, labuta; apenas um meio para satisfazer necessidades que estão fora dele. Assim, seu sentido é exterior ao trabalhador e em nada lhe enriquece, apenas esvazia. O trabalho alienado é, portanto, o negativo da sua essência – ele é, nas palavras de Marx (2004), auto-sacrifício e mortificação.

Essa alienação do processo de trabalho aparece para o trabalhador como se o trabalho não fosse dele próprio, mas sim como se pertencesse a outro. Pertencendo a outro, seu próprio trabalho é a perda de si mesmo. Como resultado disto, o trabalhador se sente humano, livre e ativo, em suas funções animais (comer, beber, procriar) e, ao contrário, nas funções que o fazem humano (no trabalho) se sente como um animal²¹. (MARX, 2004)

A terceira determinação do trabalho estranhado é o resultado dos dois estranhamentos anteriores: a alienação do produto do trabalho e do próprio trabalho. Já vimos que o ser humano é um ser genérico, que constrói sua vida genérica com a apropriação da natureza, que nesse processo se torna o corpo inorgânico do ser humano, já que ela é tanto meio de vida imediato quanto objeto, matéria e instrumento de sua atividade vital. Além disso, e por isso, o ser humano está ligado à natureza por ser parte integrante dela. Para Marx (2004), o que ocorre é que o trabalho estranhado: 1) estranha do ser humano a natureza; 2) estranha o ser humano de si mesmo – de sua função ativa, da sua atividade vital, e deste modo, 3) estranha do ser humano, o gênero humano, ao transformar a vida genérica apenas em meio de vida individual. (MARX, 2004)

Neste sentido, em decorrência do processo de alienação, o ser humano estranha a vida genérica assim como sua vida individual. Como vimos, o ser

²¹É claro que essas funções ditas “animais” também são humanas e são humanizadas, mas tê-las como finalidade última e exclusiva é uma característica dos animais.

humano tem uma relação consciente com a sua atividade vital e com a sua vida e é por isso que ele é um ser genérico. Para o animal, a sobrevivência depende de sua atividade vital; para o ser humano, o trabalho é sua atividade vital. No entanto, na medida em que o trabalho se torna somente um meio de vida e não vida genérica, o ser humano faz da sua essência apenas um meio de existência, um meio para se manter vivo. Portanto, faz da vida individual em sua abstração um fim da vida genérica, que por isso também é estranhada. O objeto de trabalho é a objetivação da vida genérica do ser humano. Assim, objetivação genérica. Se lhe tiram sua objetivação, também lhe é arrancada sua vida genérica, a sua objetividade genérica. (MARX, 2004)

Temos inúmeros exemplos de como a produção capitalista prioriza seus lucros e não o enriquecimento do gênero humano, pelo contrário, o barrando. Como: a indústria farmacêutica não produz para curar doenças, mas sim para vender remédios e para isso pode inclusive criar novas doenças; a tecnologia é utilizada para a obsolescência da mercadoria, que deve ter uma vida curta para aumentar o consumo, enquanto já temos tecnologia para produzir mercadorias que não estragariam nunca; entre muitos outros exemplos. Por isso a produção capitalista, não contribui para o desenvolvimento do gênero humano, mas sim, barra este desenvolvimento. Mesmo considerando que a produção capitalista (com os limites do lucro) enriquece o gênero humano, ao trabalhar o trabalhador enriquece o gênero ao mesmo tempo em que empobrece sua genericidade já não tem acesso ao que a classe trabalhadora produziu.

Por último, por estar estranhado do produto da sua atividade, da sua atividade vital e do ser genérico, é que se produz a alienação do ser humano pelo próprio ser humano. Isso ocorre porque o que deveria ser uma relação consigo mesmo torna-se uma relação com o outro; o meu trabalho pertence a outro que não sou eu. (MARX, 2004)

Como vimos, a alienação está na essência do trabalho sob o modo de produção capitalista, pois sob a relação de assalariamento, como produtor de mercadorias, o trabalhador sempre se encontrará numa situação em que: quanto mais produz, menos possui, pois mais seu produto será dele expropriado; quanto mais valor cria, mais sem valor se torna; quanto mais se desgasta, mais produz para outro. Diz Marx (2004) sobre essa contradição: produz palácios para o capitalista e cavernas para o trabalhador.

Segundo Vasquez (2007), em *O Capital*, Marx vai demonstrar de que maneira, na essência da forma mercadoria, é materialmente constituído o processo de alienação do trabalhador. O que Marx sintetiza como o fetiche da mercadoria.

A mercadoria, à primeira vista, é valor-de-uso, algo que é fruto do trabalho humano e se destina a satisfazer necessidades humanas, mas, como já dito, ela é também valor e é nisso que reside o seu caráter oculto. Como diria Marx, misterioso. O valor é criado na produção da mercadoria, mas só aparece no momento da sua troca entre produtores, que na forma capitalista desenvolvida, é generalizado. Por isso permanece ainda mais oculta a essência do seu valor – o trabalho humano. (MARX, 1989)

Na relação de troca, o que é uma relação social entre produtores aparece como uma relação social entre produtos do trabalho. Ou seja, as características da produção, do trabalho, aparecem como se fossem propriedades naturais das mercadorias e não fruto do trabalho humano. Isso ocorre porque o valor fica oculto e, na aparência, as proporções de troca das mercadorias, naturalizadas pelo costume, parecem derivar da própria natureza dos produtos do trabalho, como se o seu valor fosse uma característica inerente às mercadorias. Desta forma, algo que é abstrato parece ser uma propriedade física colada à mercadoria. (MARX, 1989)

Como a mercadoria, a coisa, se torna sujeito, aparece para os indivíduos só a relação coisificada. A forma mercadoria se mostra (se apresenta) à consciência como uma relação invertida, na qual, como já foi dito, o produto aparece estranho ao produtor. A decorrência do fetiche da mercadoria (de sua forma) é que o trabalhador existe para satisfazer as necessidades da mercadoria, isto é, o trabalhador vira objeto e a mercadoria sujeito. Como as pessoas se relacionam por meio da coisa, ficam ocultos os trabalhadores que a produziram. (MARX, 1989)

Assim, como o ser humano está subordinado à mercadoria, todas as relações no modo de produção capitalista se tornam coisificadas, relações entre coisas. Observamos que na forma capitalista contemporânea o conceito marxista de fetiche da mercadoria e de alienação faz ainda mais sentido e o seu caráter material ainda mais oculto.

2.2.2. Mais do mesmo: do taylorismo-fordismo à reestruturação produtiva.

Como já dito, a burguesia só existe se constantemente revolucionar os meios de produção. Tal revolução faz parte da estrutura do capitalismo que, devido à concorrência intercapitalista, deve incansavelmente usar mecanismos de diminuição do valor das mercadorias e aumento da exploração da força de trabalho para conseguir vencer a concorrência e sobreviver ao mercado. Tais revoluções levam ao fenômeno que Marx (1989) caracteriza como *queda tendencial da taxa de lucro*. Com o aumento da produtividade causado pela introdução de novas tecnologias, a taxa de mais-valia diminui tendencialmente levando à seguinte equação: quanto maior a produtividade menor a taxa de mais-valia contida em cada mercadoria, que diminui progressivamente. Tal fenômeno é o que desencadeia as crises do capital, crises cíclicas e periódicas, inerentes ao próprio movimento do modo capitalista de produção. Para solucionar suas crises com a queda do lucro, o capital se obriga a reestruturar o processo de trabalho, entre outras saídas.

O modo de gestão predominante nos início e meio do século XX foi o taylorismo/fordismo. Essa organização do processo produtivo teve início nos Estados Unidos e logo foi generalizada mundialmente. Surge durante a chamada 2ª Revolução Industrial, que tem como característica a fase monopolista do capital, com grande concentração técnica e financeira e novos padrões tecnológicos. Necessitava, em razão disso, de uma nova gestão de trabalho.

Como ilustrado no consagrado filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin, as características dessa forma de organização do capital foram derivadas de dois fundamentos: o controle dos gestos dos trabalhadores (idealizado por Taylor²²) e a produção em série (idealizada pelo fordismo²³).

Para o controle e a racionalização da fábrica, o modo de gestão taylorista/fordista (como todos os modos de gestão hegemônicos) expandiu-se para além dos muros da fábrica, para controle da vida do trabalhador²⁴. Ou seja, para produzir a força de trabalho de acordo as necessidades desse modo de gestão, o

²² Frederick W. Taylor (1856-1915) foi um engenheiro americano que criou o que chamou de método científico de organização do trabalho conhecido como taylorismo. Sua principal publicação data de 1911 com o título “Princípios da Administração científica” em que expôs seu método.

²³ Fordismo refere-se aos sistemas de produção em massa e gestão idealizadas em 1913 pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947) fundador da Ford Motor Company. Trata-se de uma forma de racionalização da produção capitalista baseada em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista, de um lado a produção em massa e, do outro, o consumo em massa.

²⁴ Sobre isso ver GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Americanismo e Fordismo. 1934.

domínio do trabalhador vai para além do seu trabalho, impactando na produção e reprodução da vida. (SOUZA, 2006)

A principal característica da indústria taylorista/fordista é a linha de produção. É ela que dita e organiza o tempo dos trabalhadores, primeiro com o cronômetro taylorista e depois através da homogeneização fordista. Essa organização têm como resultado a intensificação do trabalho, a produção em massa e homogênea, o trabalhador como apêndice da ferramenta e uma separação da execução e formulação do produto e do processo de trabalho de forma nítida. (SOUZA, 2006)

Com a produção em massa através das linhas de produção (com o uso da esteira mecanizada, que dita o ritmo) e do controle do tempo do trabalhador, o capital consegue inúmeras vantagens, que explicam a importância que essa forma de gestão teve para o desenvolvimento capitalista. O trabalho em linha de produção se caracteriza por uma diminuição do 'tempo morto', isto é, da porosidade do trabalho, o tempo em que o trabalhador não produz valor. Tal fato é conseguido com o parcelamento das tarefas entre os trabalhadores. O que antes um trabalhador fazia de modo integral (montar um motor, por exemplo), foi parcializado entre vários trabalhadores. Com isso, ocorre uma intensificação e um aumento da produtividade do trabalho. As taxas de mais-valia aumentam significativamente, principalmente, a mais-valia relativa, já que o aumento da produtividade, generalizada para todos os ramos da produção, diminui os custos de reprodução do trabalhador. (SOUZA, 2006)

Neste contexto, o capitalista também diminui o custo com a qualificação do trabalhador, já que este fica limitado a executar gestos e movimentos bem definidos e bastante simples, podendo assim ser treinado em poucas horas. Ao ser menos *especializado* o trabalhador pode ser facilmente substituído, aumentando o exército industrial de reserva²⁵ e, através disso, diminuindo o preço pago pelo capital pela força humana de trabalho. Com a nova organização também se obtêm uma diminuição dos gastos com matéria-prima e demais custos de produção, por meio da padronização das peças utilizadas. Tendo maior produtividade e com a consequente diminuição do valor unitário das mercadorias, o ciclo da valorização do valor, através

²⁵ O exército industrial de reserva é um conceito formulado por Karl Marx para designar o que corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção, isto é, o número de trabalhadores que oscilam entre o emprego e o desemprego. A existência de um exército industrial de reserva é importante para o capital por contribuir para um rebaixamento dos salários, além de inibirem as reivindicações da parte da classe empregada. Ver mais em O Capital de Karl Marx.

da circulação e o aumento do consumo, são ampliados enormemente, gerando grandes lucros. (SOUZA, 2006)

Todavia, ao contrário do que ocorreu para os capitalistas, para os trabalhadores, o taylorismo/fordismo significou uma grande perda. Primeiro, porque cada trabalhador se torna “peça descartável”, com um grande risco de demissão; segundo, porque tem seu trabalho imensamente parcializado, fragmentado. (SOUZA, 2006) Assim, a partir dos anos 1960, inicia-se uma série de contestações ao taylorismo-fordismo, que passa a ser visto como símbolo da exploração capitalista. Para Iasi (2007), as alterações da forma de produzir capitalista são sempre decorrentes de dois elementos: a resposta do capital para barrar a queda da sua taxa de lucro, e, por outro lado, a luta dos trabalhadores contra as condições de trabalho impostas pelo capital. Foram esses dois elementos que impulsionaram a superação da hegemonia do modelo taylorista/fordista como necessidade do modo de produção capitalista.

De fato, nas últimas décadas vivenciamos uma mudança na organização do processo produtivo que vem trazendo grande impacto objetivo e subjetivo na produção da vida. Segundo Antunes (2002), a crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, nos fins dos anos 1960 e início dos 1970, foi expressão de uma crise que teve como consequência a reestruturação do processo produtivo.

O chamado Toyotismo (termo este muitas vezes utilizado como sinônimo dos termos “produção flexível”, “acumulação flexível”, “reestruturação produtiva”) originado no Japão após 1945, como resposta à crise do pós-guerra, nesse país, teve como objetivo aumentar a produtividade com o mesmo quadro de trabalhadores e nas condições objetivas que lhes eram peculiar (falta de espaço, problemas de estoque, escassez de mão de obra etc.)²⁶. Ao apresentar bons resultados, inclusive internacionalmente, a reestruturação do modo de produção japonês é trazida como modelo para o resto do mundo. Especialmente, em função da necessidade do capitalismo se integrar à economia global para conseguir valorizar o valor, bem como por ser considerada uma solução para a crise mundial. (ANTUNES & ALVES, 2004)

²⁶ Para um aprofundamento nas origens da reestruturação produtiva japonesa e em sua difusão na sociedade capitalista, ver GOUNET, T. Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel. São Paulo, Boitempo, 1999.

Esse modo de gestão surge, portanto, em um momento em que as taxas de lucro estão decrescentes, em que ocorre uma crise de superprodução do capital, ao mesmo tempo em que no mundo há uma intensificação das lutas sociais. Inclusive, em alguns países, ocorrendo um aumento do preço da força de trabalho, decorrente do Welfare State. Todos esses elementos juntos determinarão uma grande crise do capital, a qual precisará ser superada para garantir sua própria continuidade como modo de produção hegemônico. (SOUZA, 2006)

E é sempre importante ressaltar que a reestruturação produtiva não altera a substância da produção capitalista nem, muito menos, seu caráter de classe, pelo contrário, todos os elementos do capital que viemos discutindo são, neste contexto, ampliados e desenvolvidos, a fim de que o capital possa superar sua crise. A gestão toyotista, de fato, é o resultado de inovações tecnológicas somadas a novas formas de organização e gestão do trabalho. Estas transformações trazem um grande impacto na subjetividade dos sujeitos trabalhadores envolvidos nesse processo, como veremos.

Uma das metas da gestão toyotista é diminuir o trabalho improdutivo, isto é, que não produz valor, e potencializar o trabalho produtivo²⁷, que produz valor. O faz eliminando trabalhadores ligados ao ‘controle da força de trabalho’ e da produção como controle de qualidade, gerência, fiscalização. Consegue tal fato ao atribuir essas funções aos próprios trabalhadores produtivos que se tornam ‘polivalentes’ e terceirizando funções que eram improdutivas naquele contexto industrial como logística, manutenção, limpeza, ou seja, trabalhadores que eram improdutivos ao serem contratados por empresas terceirizadas se tornam produtivos para estas. (IASI, 2007)

As empresas passam deste modo, a ter uma estrutura horizontalizada em que somente o essencial é produzido em seu espaço produtivo e o restante é produzido pelas empresas terceirizadas que também aplicam o mesmo modo de gestão e produção. (ANTUNES, 2002) Um exemplo disso são as montadoras de automóveis: nelas apenas são montados os carros, sendo que todas as suas peças são produzidas por outras indústrias vinculadas à principal.

Segundo Antunes (2002), outra característica importante da gestão toyotista é que ela se fundamenta no trabalho em equipe, em que cada trabalhador tem uma

²⁷ Para aprofundamento do conceito de trabalho produtivo e improdutivo, ver MARX, K. Capítulo VI Inédito de O Capital.

multiplicidade de funções, rompendo, assim, com o caráter parcelado do fordismo. Isso ocorre porque a produção passa a se estruturar de modo que um trabalhador possa operar simultaneamente várias máquinas (cinco, em média), diminuindo com isso o número de trabalhadores em um mesmo espaço produtivo. Além disso, os trabalhadores são instigados pelo capital a discutir e avaliar seu trabalho e seu desempenho, com vistas a melhorar a produtividade da empresa. Deste modo, o capital se apropria do saber operário e pode usá-lo para aperfeiçoar a produção, a fim de obter melhor desempenho e maior produtividade.

Outras maneiras do Toyotismo aumentar a taxa de lucro são diminuindo os custos com capital constante e equacionando melhor os tempos e quantidades. Desde a matéria-prima, processo de produção, estoques, tempo de circulação e venda etc. (IASI, 2007) Por outro lado, a produção é vinculada à demanda, a qual atende as exigências mais individualizadas do mercado consumidor, ou seja, por meio de uma produção variada e heterogênea, ao contrário da homogeneidade fordista. Para isso, o Toyotismo adota o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção. (ANTUNES, 2002) A isso corresponde outra forma se referir ao Toyotismo, qual seja, a *gestão flexível*. Flexibilidade, neste caso, referente ao controle da demanda, ou da produção conforme a demanda, bem como ao processo de trabalho necessário a atender essa demanda e, como consequência desta, o trabalhador também deve ser flexível.

Com a utilização da metodologia científica taylorista-fordista, implantada após a primeira guerra mundial, o tempo de giro do capital foi reorganizado. Como já dito, o taylorismo-fordismo controlava o tempo da produção por meio de uma verdadeira "batalha por minutos". Os hábitos, habilidades, valores e conceitos passam a envolver diretamente o tempo e os indivíduos levados a agir e reagir, no trabalho e fora dele, conforme o tempo do capital. Na gestão toyotista, essa relação com o tempo se intensifica. Há uma metamorfose em relação ao espaço e ao tempo, acelerando ainda mais o tempo de giro do capital. Para possibilitar esse giro rápido, ocorre uma alteração do tempo necessário para a produção, a venda e o consumo, que afetam o ambiente de trabalho e a vida dos indivíduos como um todo. (PALANGANA, 2002)

Para o giro do capital se dar com maior velocidade, há necessidade da produção, circulação e consumo rápido de mercadorias. Ou seja, a necessidade do capital de realização da mais-valia, por meio do consumo de mercadorias, é

generalizada para todas as esferas da vida humana (tecnologia, informação, tempo de duração das mercadorias cada vez menor e a criação constante de novas necessidades etc.). O espaço-tempo da produção é o gerador central que orienta e determina a forma e o conteúdo dos demais âmbitos de espaço e tempo. (PALANGANA, 2002)

Deste modo, as mercadorias são mais voláteis e efêmeras assim como todo o conjunto da vida humana - conceitos, valores, formas de relacionamento, estilos de vida. Junto com a obsolescência da mercadoria, que cada vez mais tem uma taxa decrescente de valor-de-uso, o indivíduo tem que lidar com sua própria obsolescência, quase instantânea, tendo que constantemente se adaptar e se readaptar (re-qualificar) no trabalho e na sua vida cotidiana. Assim, o capital, ao revolucionar o modo de produção, revoluciona com ele o modo de vida dos indivíduos. (PALANGANA, 2002)

Neste mesmo contexto, a propriedade dos meios de produção se aprofunda, ocorrendo um maior processo de centralização e concentração da produção, nas mãos de poucas empresas, em plano mundial. (IASI, 2007) O espaço da produção também se altera profundamente. A produção do capital se torna universal, já que um mesmo carro que tem suas peças fabricadas na China, na Índia, é montado aqui no Brasil, por exemplo. Essas mudanças têm como finalidade a redução do tempo de trabalho e do contingente da força de trabalho, bem como um maior índice de produtividade e lucratividade. (PALANGANA, 2002)

As relações de trabalho são precarizadas, cortando-se direitos, revertendo conquistas dos trabalhadores e desmontando o patamar organizativo da classe que com isso tem-se completado a subordinação real do trabalho ao capital. (IASI, 2007) Dentro deste mesmo raciocínio, para Kuenzer (2004), a reestruturação produtiva se caracteriza por ter complexificado o aparato tecnológico generalizando-o, o que possibilita uma redução da força de trabalho onde que esta tecnologia é implantada. Os postos de trabalho se dividem entre trabalhadores altamente qualificados e mais estáveis e um grande contingente de trabalhadores desqualificados, que tem seu trabalho precarizado por meio de subcontratações com grande rotatividade. Como já fora dito acima, para reduzir seus custos o capital utiliza mecanismos para descentralizar a produção e terceirizar tanto parte desta quanto a circulação das mercadorias produzidas. Além disso, ao separar os locais onde se produz, o capital

também consegue separar e fragmentar os trabalhadores, que encontram dificuldades para se organizar e lutar por melhores condições de trabalho.

O taylorismo/fordismo, como vimos, já atuava fortemente sobre a subjetividade operária na vida dentro e fora da fábrica²⁸, porém, o Toyotismo amplia esse uso da subjetividade fazendo o uso pragmático das emoções do trabalhador para aumentar a produção. Em relação à apreensão da subjetividade a diferença do modo de gestão anterior é que o Toyotismo não atua (preponderantemente) com a repressão explícita, ele utiliza o mecanismo de internalização das regras pelos trabalhadores. O controle é exercido por cada trabalhador sobre si mesmo e sobre o outro (seu parceiro de tarefas), muitas vezes dispensando a necessidade de um supervisor. (SOUZA, 2006)

Palangana (2002) também afirma que o controle no trabalho é reajustado. Ele passa a ser indireto, ampliado e embutido no próprio instrumental de trabalho, que para ser negado, exigiria a negação da própria interação indivíduo/máquina. A vigilância e o controle explícitos vão sendo substituídos por outras formas de coerção. O trabalhador desenvolve o aprendizado do autocontrole e o capital e, em alguns casos, se exime de despesas com vigilantes e inspetores. A coerção no ambiente de trabalho também passa por persuadir os trabalhadores sobre o caráter necessário das inovações, com o falso argumento dado pelo capitalista e reforçado pela ideologia que sem tais mudanças não seria possível a sobrevivência da empresa e do seu emprego. Deste modo, é construída uma estrutura ideológica com a finalidade de conseguir a confiança, a lealdade, a cooperação e a disposição voluntária dos trabalhadores para colocar suas capacidades a serviço do capital.

Para Antunes e Alves (2004), o termo subsunção caracteriza a relação entre capital e o trabalho, já que o trabalho não é submetido ao capital, ele constitui o capital. O trabalho constitui o capital negativamente, pois, ao ser comprada pelo capitalista, a força de trabalho é usada pelo capital e este uso constitui o processo capitalista de produção. Como a força de trabalho é trabalho vivo que faz parte do processo de produção capitalista ele é subsumido, porém, em constante mediação de forças, pois nega essa relação, que tem que ser sucessivamente afirmada pelo capital. Por isso, desde a sua origem o capital pressupõe o envolvimento operário como forma de atenuar a luta de classes. Faz isso com a captura de sua

²⁸ Sobre isso ver GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Americanismo e Fordismo. 1934.

subjetividade, para que a subsunção capital–trabalho seja sempre reafirmada. O que muda com a reestruturação produtiva do capital é que, antes, no taylorismo/fordismo, a implicação do elemento subjetivo dos trabalhadores era formal e agora tende a ser real, com o capital buscando capturar a subjetividade operária de modo integral. (ANTUNES & ALVES, 2004)

Vários elementos se somam para a criação de formas refinadas de cooptação do trabalhador, que não surgem apenas como elemento ideológico, mas também material, da forma como é organizada a produção. O trabalho em equipe é um exemplo de como isso ocorre materialmente. Ao realizar um trabalho em equipe o trabalhador aparece integrado a um grupo, ao contrário da “fria” linha de produção fordista. O que aparece subjetivamente é que o trabalhador está produzindo para o seu grupo e não para alguém que não se conhece. Além disso, os indivíduos se sentem responsáveis tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso da sua equipe. (SOUZA, 2006) Portanto, o trabalho em equipe, os círculos de controle, os grupo de trabalho, a produtividade por metas, a apropriação das sugestões advindas do chão de fábrica produzem um envolvimento participativo dos trabalhadores e ao mesmo tempo geram a maximização da competitividade entre os trabalhadores (grupos dentro da própria empresa) e o aumento da fragmentação no interior da classe.

A flexibilidade do processo de trabalho, exigida para dar conta de uma demanda variável, determina que o trabalhador também seja flexível, o que tem muitas consequências subjetivas. O trabalhador tem que se tornar ‘polivalente’, ou seja, operar várias máquinas em seu trabalho e ainda ajudar os colegas (substituir o trabalho de um colega que faltou ou até mesmo dar conta de uma meta que o colega não conseguiu cumprir). Como a demanda é variável, o espaço produtivo utiliza um número mínimo de trabalhadores, os quais devem ser flexíveis para fazer horas extras quando existe aumento da demanda e ainda ficar disponível para a empresa em seu tempo de não-trabalho, pois a qualquer tempo a demanda pode aumentar e ser necessária sua força de trabalho. Deste modo, o capital vai subsumindo o trabalhador não só durante o seu trabalho, mas em toda a vida social. Assim, ele deve estar, psíquica e fisicamente, sempre à disposição do capital, o qual, então, delinea todos os demais espaços da vida desse trabalhador. (SOUZA, 2006)

De acordo com Palangana (2002), ao pensar a formação do trabalhador, verifica-se que esta se dá nos limites do trabalho, ou seja, é o trabalho (alienado) que fixa os parâmetros de pensamento e ação do trabalhador. A autonomia dada

pelo capital é a autonomia para regular e conduzir um pacote de funções, cujas circunscrições não competem ao trabalhador. O planejamento, o controle, o domínio do processo de trabalho, de uma ponta à outra, assim como o seu produto, continuam fatos alheios e estranhos à consciência de quem realmente produz.

Por outro lado, o conhecimento do trabalhador é apropriado pela produção e dele expropriado, sendo transferido para as máquinas informatizadas o que, segundo Antunes e Alves (2004), correspondem a formas modernas do fetichismo da mercadoria. Para estes autores, o envolvimento interativo do trabalhador com a máquina aumenta ainda mais a alienação do trabalho.

Palangana (2002) afirma que a qualificação existente nas empresas hoje não é voltada para a técnica, mas sim, prioritariamente, para o treinamento comportamental e motivacional. A intenção é criar nos trabalhadores um espírito cooperativo com relação às estratégias gerenciais e contribuir com a cooptação do trabalhador. A busca por um trabalhador que saiba cooperar, que se relacione com desenvoltura, com capacidade de iniciativa e autocontrole psíquico, com habilidades psíquicas e sociabilidade definida segundo a lógica capitalista.

Deste modo, o capital faz com que os trabalhadores assimilem subjetivamente as regras de funcionamento da empresa, incorporando-as. O Toyotismo expõe as regras como valores da própria empresa, que são internalizadas pelos trabalhadores. Essa forma de 'apresentação' tem o objetivo de criar uma identificação do trabalhador com estes valores e, conseqüentemente, com a empresa. Consegue isso, também, combinando vantagens com restrições, ou seja, o trabalhador tem como 'vantagens' promoções, benefícios ao mesmo tempo em que exigências de subordinação e dedicação à empresa. (SOUZA, 2006)

Por outro lado, a exigência constante de formação e qualificação técnico/profissional do trabalhador voltada para o mercado de trabalho, é deslocada para o indivíduo, sendo dele a responsabilidade pela sua formação e não da empresa. Como consequência, por medo de demissão, estes trabalhadores, muitas vezes, destinam parte do seu tempo livre para se atualizar. E como as mudanças tecnológicas são constantes, a exigência de qualificação se torna uma pressão diária para o trabalhador. Geralmente essas mudanças se processam tão rapidamente que o envelhecimento da técnica se dá antes do envelhecimento do técnico. (PALANGANA, 2002)

Apesar de generalizado, o modelo Toyotista de administração não é único. Ele complementa a exploração combinado com outros métodos gerenciais e organizacionais, como o taylorista-fordista. O capital tem necessidade de explorar a força de trabalho mais barata para extração de mais valia, então, toda esta tecnologia é combinada com a desconcentração produtiva, com a redistribuição geográfica do processo de trabalho, que se distribuem entre condições de trabalho mais e menos precarizadas.

Assim, segundo Palangana (2002), nos núcleos industriais, se estabelece uma “aristocracia operária”, qualificada tecnicamente, ao redor dos quais gravitam trabalhadores diversos com menor qualificação e com emprego desregulamentado e precarizado. Deste modo, o trabalho mais penoso e insalubre é realizado por empresas terceirizadas ou até quarteirizadas, sendo realizado por trabalhadores provisórios e indefinidamente substituíveis. Logo, a característica do trabalho de um grande contingente de trabalhadores é a precarização e desregulamentação, o que implica grande rotatividade da força de trabalho nas empresas. Enfim, a ordem do capital é reduzir ao máximo o número de trabalhadores, exigir horas-extras e/ou lançar mão de contratos temporários, de subcontratações e aumento da jornada de trabalho.

De fato, de acordo com Seligmann-Silva (2010), a principal “flexibilização” dessa etapa do capital é a terceirização. Por este meio, o capitalista se libera dos encargos trabalhistas diminuindo o valor da força de trabalho. Conforme a autora, as formas assumidas pela terceirização são: o trabalho domiciliar, a subcontratação de serviços de apoio e periféricos, a contratação de trabalhadores autônomos, as cooperativas, que muitas vezes são formadas por trabalhadores da própria empresa, os quais, por meio deste mecanismo, continuam com o mesmo trabalho, mas sem garantias trabalhistas.

Em relação à precarização do trabalho, hoje, segundo a autora, se daria em relação a quatro aspectos: 1) ao vínculo com o trabalho e às relações contratuais; 2) à organização e às condições de trabalho; 3) ao seu grande impacto na saúde desses trabalhadores e 4) à fragilização do reconhecimento social do trabalho com grande impacto na identidade individual e coletiva, dificultando a organização coletiva por parte desses trabalhadores. (SELIGMANN-SILVA, 2010)

De acordo com Seligmann-Silva (2010), a exigência de excelência em todos os sentidos também acarreta grande sofrimento para os trabalhadores. Sob o véu da

excelência, são exigidas metas inalcançáveis, sendo o trabalhador obrigado a fingir até para si mesmo que é possível alcançá-las. A autonomia do trabalhador é uma “autonomia controlada” já que é criada no ambiente de trabalho uma falsa liberdade que se restringe ao limite de cumprir as metas empresariais. O trabalho por metas e a falsa autonomia do trabalhador oculta às relações de exploração existentes no ambiente de trabalho e favorece o surgimento do assédio moral, criando um ambiente de grande pressão e dificuldade de entender o sofrimento já que essas relações não são explícitas.

Portanto, o assédio moral tem terreno fértil em um modo de gestão que utiliza a emoção dos trabalhadores como forma de cooptação, estratégia esta, como já dissemos acima, uma das marcas principais da gestão de pessoas em tempos de reestruturação produtiva. A internalização das regras é resultado de um refinamento do processo simbólico em que a coerção não surge, principalmente, de forma explícita. Para Souza (2008), ao usar as relações afetivas como modo de cooptação dos trabalhadores, ou seja, para atrair o trabalhador, para envolvê-lo emocionalmente, é criado um ambiente de sentimento de pertencimento, de família. Porém, o contrário também é verdadeiro. Para expulsar um trabalhador que não corresponde mais as necessidades do capital (porque está doente, não está mais produtivo, ou porque está se organizando contra as relações de trabalho, entre outros motivos), este utiliza o mesmo envolvimento afetivo para criar o sentimento de que esta pessoa atrapalha sua equipe ou que é um peso para o grupo. O assédio moral surge, portanto, como uma “síntese desse modo de gerir o trabalho” (SOUZA, 2008, p.06).

O assédio moral²⁹ é definido pela literatura como uma exposição dos trabalhadores a situações de humilhações repetitivas e prolongadas durante a sua jornada de trabalho ou no exercício de suas funções de trabalho, praticadas por profissionais de maior nível hierárquico com a intencionalidade de fazer a vítima desistir do emprego. As características do assédio moral são: repetição sistemática, intencionalidade, direcionalidade (uma pessoa é a escolhida), temporalidade e uma degradação deliberada das condições de trabalho. (BARRETO, 2000)

Deste modo, para Souza (2008), pela importância do trabalho na constituição da subjetividade humana, o assédio moral vai atuar subjetivamente

²⁹ Ver Margarida Barreto, Marie France Hirigoyen, Terezinha Martins Santos Souza, entre outras. Diversos materiais estão publicados no site: <http://assediomoral.org/>.

impactando profundamente nas emoções do trabalhador, fazendo com que este se sinta indeciso, confuso, inseguro etc. Ao retirar os meios de trabalho do trabalhador, ou trocá-lo de local de trabalho, é construído o sentido de incompetência deste trabalhador, que acaba por aparecer para os outros e para ele mesmo como uma não execução do trabalho. Deste modo, o trabalhador não consegue perceber que é vítima e internaliza sua sensação de incompetência, provocando medo, angústia, sentimento de inferioridade, que podem se expressar em adoecimento.

Como vimos, várias formas de gestão do capital coexistem hoje. O processo produtivo do tipo toyotista, flexível e enxuto, se generaliza, juntamente com sua forma específica de gestão e com o uso de tecnologia microeletroeletrônica de ponta. E, junto com ele, complementando-o, generalizam-se formas de flexibilização do trabalho, retirada de direitos, terceirizações, subcontratações, informalidade, desemprego. Neste cenário, vivenciamos um processo de descenso da luta de classes, o que faz com que piore, já que os trabalhadores não estão organizados para lutar contra o seu desgaste, que acaba sendo sentido individualmente e, por isso, naturalizado e não problematizado.

Além disso, o trabalho em tempos de reestruturação produtiva mantém e acentua a alienação e o sofrimento da classe trabalhadora. Neste contexto, o trabalho permanece alienado e a subjetividade estranhada em relação ao que se produz e para quem se produz. Afinal de contas é outra forma de organizar o mesmo modo de produção. Para Antunes e Alves (2004), as dimensões da alienação e do fetichismo capitalista continuam as mesmas e têm uma concretude particularizada, mais complexificada devido às formas de envolvimento e interação entre trabalho vivo e a maquinaria informatizada. Por sua vez, a alienação torna-se mais intensa quanto mais precarizado é o trabalho.

Com a tecnologia existente atualmente, teríamos a possibilidade de produção dos meios necessários para a sobrevivência de toda a humanidade e de sua emancipação como gênero humano. Porém, com a apropriação privada dos meios de produção pelo capital, a humanidade está expropriada de seus meios de produção da vida. Sem a superação dessa sociedade, restam à classe trabalhadora somente a vivência alienada e a exploração do seu trabalho.

Com a finalidade de compreender melhor a constituição do psiquismo humano, iremos no próximo capítulo fazer um explanação da Teoria da Atividade de Leontiev. Para, a partir dessa teoria, lançar hipóteses no último capítulo sobre como

o modo de produção capitalista e a forma de gestão Toyotista impactam no psiquismo dos trabalhadores trazendo sofrimento.

CAPÍTULO 3. O SER HUMANO E O TRABALHO PARA A. N. LEONTIEV.

Alexei Nikolaevich Leontiev teve uma importante contribuição no estudo do desenvolvimento do psiquismo humano ao aprofundar o estudo histórico do desenvolvimento da consciência humana ligada à atividade. Por meio destas investigações, desenvolve uma teoria geral do desenvolvimento psíquico. As principais categorias estudadas pelo autor e que compõe sua teoria geral do desenvolvimento do psiquismo são: a atividade, a consciência e a personalidade. Segundo o autor (1978b), estas categorias são as mais importantes para o entendimento do sistema psicológico, sendo a atividade a categoria primária e fundamental.

Como discutiremos a seguir, é por meio da atividade que se desenvolve o reflexo psíquico da realidade, entendida como a capacidade psíquica de captar, registrar e re-apresentar internamente, por meio da atividade nervosa, aspectos da realidade exterior ao ser humano ou ao animal. No ser humano o reflexo psíquico apresenta uma qualidade diferente, pois é consciente. Portanto, por meio da atividade humana desenvolve o reflexo psíquico *consciente* da realidade.

Para Leontiev, assim como para os autores marxistas, o aparecimento e desenvolvimento do trabalho é a condição primária e fundamental da existência do ser humano. E junto com o trabalho (depois dele e ao mesmo tempo em que ele) a linguagem. Deste modo, como vimos no segundo capítulo, a atividade e a linguagem consistem nos dois principais elementos que possibilitaram o processo de humanização e o desenvolvimento da consciência, como forma especificamente humana do reflexo psíquico da realidade. Por esse motivo o trabalho, para Leontiev, é a principal atividade humana, sua atividade vital. Da mesma forma, a consciência é a forma humana concreta do psiquismo e adquire particularidades diversas segundo as condições de vida dos homens, transformando-se na medida em que se modificam as relações econômicas da sociedade, isto é, o seu modo de vida concreto. Deste modo, a consciência individual só existe nas condições em que existe a consciência social. (Leontiev, 1978a)

Como desdobramento das categorias de atividade e consciência, o conceito de personalidade, apresentado por Leontiev (1978b), se contrapõe à psicologia organicista que atribui a aspectos biológicos hereditários as características da

personalidade. Leontiev (1978b) adota a posição marxista de que a personalidade é uma qualidade particular que um indivíduo comanda dentro de um sistema de relações sociais. Nesse sentido, parte da suposição de que a base real para a personalidade humana é a síntese de suas relações com o mundo, sociais por natureza e realizadas por intermédio de sua atividade consciente. Assumindo essa perspectiva, para estudar o psiquismo humano, segundo Leontiev, do mesmo modo que para os outros autores da escola russa, devemos entender o modo de vida humano em seu tempo histórico. Afinal, os conteúdos, sentidos e significados presentes na consciência humana, estão ligados diretamente ao modo como a atividade humana é desenvolvida de acordo com as relações sociais concretas.

É a partir da análise destas categorias e dos elementos teórico-metodológicos elaborados por Leontiev que delas derivam que nossa investigação pretende buscar contribuições para o campo da Saúde do Trabalhador, especificamente, para o entendimento do processo de sofrimento pelo trabalho no capitalismo.

3.1. A ATIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO.

Segundo Duarte (2004), para desenvolver a teoria do desenvolvimento do psiquismo, Leontiev teve como ponto de partida a diferença entre a ontogênese animal e a humana. Reiteramos que o imenso salto qualitativo que diferencia os homens dos animais foi à passagem das necessidades biológicas para a produção histórica e social por meio do trabalho.

Para Leontiev (1978a), a atividade animal se assenta na capacidade destes de também refletirem a realidade objetiva que habitam (reflexo psíquico animal). Todavia, ao contrário dos homens, estes seres ficam restritos aos limites das relações biológicas. Deste modo, os animais não desenvolvem e manifestam a cada geração (ou gerações) novas necessidades, isto é, necessidades qualitativamente distintas, reproduzindo sempre um conjunto fechado de necessidades biológicas vitais. A passagem à consciência humana (reflexo psíquico consciente) significa um salto qualitativo nas leis gerais do psiquismo, uma vez que as leis gerais que governam o psiquismo dos animais são as leis da evolução biológica, enquanto que

as que governam o psiquismo humano são as leis do desenvolvimento sócio-histórico. Tal salto qualitativo é devido ao fato de que a passagem à consciência humana está ligada à atividade trabalho, que é social por natureza.

O indivíduo se desenvolve a partir das relações sociais estabelecidas, agindo ativamente no mundo através de sua atividade, mediada por outras pessoas, através do processo dialético de apropriação / objetivação.

De acordo com Duarte (2004), o processo de objetivação é aquele no qual a atividade humana é transferida para os produtos dessa atividade (atividade objetivadora), isto é, são corporificados no produto. Este objeto (tanto material como ideal, como por exemplo, a palavra) tem um significado socialmente estabelecido, uma função social compartilhada ligada a prática social. O processo de objetivação é o processo de produção e reprodução da cultura humana e, portanto, da vida em sociedade. Porém, o processo de objetivação não existe sem seu par dialético, isto é, sem seu oposto e complemento: o processo de apropriação. Duarte levanta três características do processo de apropriação: 1) é um processo sempre ativo; 2) por meio dele são reproduzidas nos indivíduos as aptidões, capacidades, habilidades e funções humanas historicamente formadas, já que, em um objeto, está acumulada a experiência histórica de muitas gerações; 3) é sempre mediatizada pelas relações entre seres humanos.

Deste modo, para a Psicologia Histórico-Cultural, o indivíduo humano se forma ao se apropriar dos resultados da história social, isto é, da atividade das gerações passadas encarnadas nos objetos produzidos por esta atividade, ao mesmo tempo em que se objetiva, por meio de sua atividade, no interior dessa história. O indivíduo realiza-se, portanto, por meio da relação entre os processos de objetivação e apropriação. Esta dinâmica se efetiva no interior da relação com outros indivíduos que atuam como mediadores entre eles e o mundo humano, o mundo da atividade humana objetivada³⁰. Leontiev, citando Marx e Engels sobre o texto *A ideologia Alemã*, descreve esse processo:

Porém o que é a vida humana? É o conjunto, mais precisamente, o sistema, de atividades que se substituem umas a outras. É na atividade onde se produz a transição do objeto a sua forma subjetiva, a imagem; por sua vez, na atividade se opera também a transição da atividade a seus resultados objetivos, a seus produtos. Tomada

30 Como veremos toda atividade prescinde de um objeto, portanto, toda atividade é objetivada.

deste ângulo a atividade aparece como um processo no qual se concretizam as transições recíprocas entre os pólos 'sujeito-objeto'. 'Na produção se objetiva a personalidade; em consumo se subjetiviza o objeto', aponta Marx. (Leontiev, 1978b, p.66, tradução nossa³¹).

Portanto, para Leontiev (1978b), a categoria atividade é central, pois é a unidade molecular da vida do sujeito corporal e material, sendo a condição do reflexo psíquico e uma expressão sua. Por isso, entendendo a atividade, suas transformações, estrutura e desenvolvimento, compreendemos como se formam as transformações que constituem o psiquismo, como momento necessário da atividade e de seu desenvolvimento. Por esse motivo, o reflexo consciente da realidade é formado a partir desse processo dinâmico da atividade de objetivação e apropriação, os quais, por sua vez, desenvolvem-se qualitativamente, conforme se aprimora a qualidade deste reflexo.

Nos processos de apreensão do mundo sempre estão incluídos os vínculos vitais e práticos do ser humano com o mundo, estando subordinados de forma direta ou indireta às propriedades dos próprios objetos. É essa ligação com a objetividade, que vai determinar o produto subjetivo do reflexo – a imagem psíquica da realidade. (LEONTIEV, 1978b) Para Martins (2001), conforme a tese materialista, o psiquismo pode ser explicado a partir da unidade corporal e psíquica, isto é, ele é estrutura orgânica/cerebral e reflexo psíquico da realidade. Por isso, o psiquismo, para além de material, é também ideal, pois é a imagem do fenômeno e não o fenômeno em si mesmo.

É fundamental destacar que, para Leontiev (1978b), a imagem ideal formada não é o resultado de uma projeção direta no cérebro das propriedades materiais das coisas ou a reprodução imediata neste cérebro das representações e conceitos elaborados pelo gênero humano. Isto porque a consciência é também um produto da atividade no mundo objetivo, se realiza a partir dessa, se apropriando das riquezas espirituais acumuladas pela humanidade que são encarnadas em forma objetiva sensorial. Deste modo, o psiquismo é ativo, já que a imagem subjetiva da realidade

³¹ Trecho original: "¿Pero qué es la vida humana? Es el conjunto, más precisamente, el sistema, de actividades que se sustituyen unas a otras. Es en la actividad donde se produce la transición del objeto a su forma subjetiva, a la imagen; a la vez, en la actividad se opera también la transición de la actividad a sus resultados objetivos, a sus productos. Tomada desde este ángulo la actividad aparece como un proceso en el cual se concretan las transiciones recíprocas entre los polos 'sujeto-objeto'. 'En la producción se objetiva la personalidad; en el consumo se subjetiviza el objeto', acota Marx." (Leontiev, 1978b, p. 66)

é produto da atividade do sujeito neste mundo. Lembrando que, ao agir nele, o sujeito não entra em contato somente com a sua prática individual, mas sim com a prática coletiva humana acumulada pelo gênero humano. Por esse motivo, a riqueza da percepção do ser humano, supera a pobreza da sua experiência individual, pois ao agir praticamente no mundo se apropria de parte da criação do ser humano como gênero e a modifica. Para o autor: “em uma palavra, que a sociedade produz a atividade dos indivíduos que a formam.” (LEONTIEV, p. 68, tradução nossa³²)

É importante diferenciarmos o reflexo psíquico do reflexo psíquico consciente. O desenvolvimento dos organismos vivos dotados de sensibilidade está ligado a complexificação da sua atividade vital. A partir desse desenvolvimento estes organismos passam a refletir as ações da realidade de forma crescente, quanto mais desenvolvido é o ser vivo. Os animais superiores possuem um reflexo psíquico, os quais, a partir da sua atividade no mundo, formam a imagem psíquica desse mundo. Porém, essa imagem está determinada por uma ligação real entre o animal e o objeto considerado, no processo de adaptação desse animal ao meio e na sua atividade. Por isso o que possibilita o reflexo é a unidade deste com sua atividade, que é o que o liga praticamente à realidade objetiva. (LEONTIEV, 1978a)

O que quer dizer que os animais têm um reflexo da sua atividade que está ligada diretamente a sua sobrevivência, mas os seres humanos, além da sua atividade prática no mundo, têm também refletida a significação desta atividade. O ser humano se diferencia dos demais animais por possuir um reflexo consciente da realidade, qualitativamente superior.

O reflexo consciente é assim definido pelo autor: “[...] é o reflexo da realidade concreta destacada das relações que existem entre ela e o sujeito, ou seja, um reflexo que distingue as propriedades objectivas estáveis da realidade [...]” (LEONTIEV, 1978a, p. 68). Trata-se de um “registro psíquico” que contem (captura, significa e fixa) elementos da realidade objetiva (objetos, ações, qualidades), os quais dela se destacam, interpondo-se (mediando) entre ela o sujeito que age e reflete. Por possibilitar a diferenciação entre o objetivo e subjetivo, por meio do reflexo consciente da realidade é possível distinguir a imagem da realidade do que é vivido pelo sujeito, ou seja, é possível diferenciar a realidade objetiva do seu reflexo. Deste modo, é possível ao ser humano ter consciência das suas próprias

³² Trecho original: “en un palabra, que la sociedad produce la actividad de los individuos que la forman.” (Leontiev, 1978b, p.68).

impressões interiores, através da auto-observação bem como da realidade externa a ele. (LEONTIEV, 1978a)

O reflexo consciente é, portanto, uma forma de apreensão dessa realidade objetiva que é apropriada (refletida) e reconstituída no psiquismo. É desse modo, a unidade do real e do ideal, possibilitada pela atividade do sujeito no mundo objetivo.

Importante ainda ressaltar que, a partir da prática social, em conjunto com os objetos do mundo, o sujeito assimila também (e ao mesmo tempo) a experiência da prática social refletida de forma de linguagem, por meio do sistema de significados. Estes últimos têm importância fundamental na formação consciência e por isso serão retomados adiante neste capítulo.

Ao mesmo tempo, é o desenvolvimento qualitativo do reflexo consciente da realidade que permite formas mais desenvolvidas de atividade, que, por sua vez, permitirão formas mais desenvolvidas do reflexo a ela relacionadas. É essa relação que proporcionará o desenvolvimento do gênero humano em uma relação crescente, tanto do alargamento da consciência humana, quanto das objetivações frutos das suas atividades no mundo e a construção da história humana. (LEONTIEV, 1978a)

Como vimos, é a atividade no mundo que possibilita a formação do psiquismo humano, ela é a manifestação em atos por meio da qual o ser humano se firma na realidade objetiva, ao mesmo tempo em que, transforma a realidade subjetiva. (MARTINS, 2007) Por isso, precisamos entender melhor o significado dessa categoria fundamental para a Psicologia Histórico-Cultural.

A atividade é o processo pelo qual a realidade é transformada através do esforço criativo dos seres humanos, da qual, como vimos no segundo capítulo, o trabalho é a forma original, ontológica, dessa transformação. Para Leontiev (1978a), é através da atividade que o ser humano se humaniza, se apropriando da cultura e por ela se objetiva, produzindo humanidade. Nesse processo de objetivação-apropriação as funções psíquicas superiores (a atenção voluntária, a memória, a capacidade de abstração, o comportamento intencional, entre outras) se constituem, a partir da interiorização da atividade externa transformada em atividade interna.

Martins e Eidt, citando Petrovski, assim conceituam a atividade:

(...) forma de relação viva através da qual se estabelece um vínculo real entre a pessoa e o mundo que a rodeia. Por meio da atividade o indivíduo atua sobre a natureza, sobre as coisas e sobre as pessoas. Na atividade, o indivíduo desenvolve e realiza suas propriedades

internas, intervêm como sujeito em relação às coisas e como personalidade em relação às pessoas. Ao experimentar por seu turno as influências recíprocas, descobre assim as propriedades verdadeiras, objetivas e essenciais das pessoas, das coisas, da natureza e da sociedade. (MARTINS & EIDT, 2010, p. 678 *apud* PETROVSKI, 1985, p. 142-143).

É, portanto, a partir da atividade no mundo objetivo que os sujeitos vão se constituindo, se apropriando dos significados sociais, e formando sua consciência individual a partir da consciência social. É por meio da atividade que é mediada a relação entre os seres humanos e a realidade, relação esta que transforma esta mesma realidade. Nessa transformação não só o objeto muda, mas também o próprio ser humano na medida em que age, é neste processo que a atividade externa constitui a atividade interna, acarretando o desenvolvimento das capacidades humanas. (MARTINS & EIDT, 2010)

Em relação à atividade interna ou psíquica, Leontiev a conceitua como: a unidade de análise que comporta em si o reflexo psíquico, na sua inseparabilidade dos momentos que e o causam e o mediam na atividade humana. Esse processo ocorre a partir da interiorização, ou seja, processo no qual a realidade externa (tanto material, quanto intersubjetiva), se transforma em processos que ocorrem no plano psíquico ou da consciência. Ao serem internalizados³³, se generalizam, são verbalizados e capazes de continuar um desenvolvimento que muitas vezes transcende a atividade exterior. Ou seja, o que era anteriormente interpsicológico se torna intrapsicológico. (LEONTIEV, 1978b)

É fundamental entendermos que essa relação entre externo e interno é uma via de mão dupla, tendo uma relação dialética entre si, atuando em ambos os sentidos na atividade humana. Para Leontiev (1978b), a atividade interna ou psíquica e a atividade externa estão intrinsecamente interligadas, isto é, a atividade exterior formando a psíquica e a mesma atuando no exterior em um processo contínuo. O que opera é uma dialética do interno/externo em que ambas se transformam a partir de evoluções quantitativas e saltos qualitativos em que já não dá para separar o produto do produzido, isto é, atividade externa e interna e seu reflexo ou imagem.

³³ Internalização é um importante conceito Vigotskiano, que ele conceitua como uma reconstrução interna de uma operação externa. É a partir desse processo que os signos vão se converter em instrumentos da atividade psíquica desenvolvendo assim as funções psíquicas superiores. (MARTINS, 2001)

Para que qualquer atividade exista é necessário que atenda determinadas condições, que são: partir de uma necessidade, que prescindirá de um objeto para sua satisfação; este objeto vai adquirir uma função estimuladora e orientadora se convertendo em motivo da atividade. (LEONTIEV, 1978b)

A primeira condição de toda a actividade é uma necessidade. Todavia, em si, a necessidade não pode determinar a orientação concreta de uma actividade, pois é apenas no objecto da actividade que ela encontra sua determinação: deve, por assim dizer, encontrar-se nele. Uma vez que a necessidade encontra a sua determinação no objecto (se “objectiva” nele), o dito objecto torna-se motivo da actividade, aquilo que o estimula. (LEONTIEV, 1978a, p. 107-108).

Portanto, para Leontiev (1969), a primeira condição de toda atividade é que esta precisa se originar de uma necessidade. Esta se constitui numa força interna é nesse sentido a condutora da atividade, embora ela mesma não seja o suficiente para comandar a atividade.

Nem todo o processo é uma actividade. Nós designamos apenas por este termo os processos que, realizando tal ou tal relação do homem com o mundo, respondem a uma necessidade particular que lhes é própria. (LEONTIEV, 1978a, p. 296).

Toda atividade de qualquer organismo está dirigida para satisfazer as necessidades indispensáveis para prolongar e desenvolver sua vida, isto é, para reproduzir sua existência. Como já dito, no animal estas necessidades se dão por meio do reflexo condicionado ou da herança genética. No entanto, quanto mais complexa e desenvolvida a estrutura dos organismos, mais complexas serão suas necessidades. A atividade humana é do mesmo modo dirigida à satisfação de necessidades, mas assume novas particularidades qualitativas, pois no ser humano estão submetidas a leis da vida social, mesmo tendo traços comuns das necessidades de todos os organismos superiores. (LEONTIEV, 1969)

Como vimos no segundo capítulo, uma característica fundamental das necessidades humanas é que elas são produzidas, ou seja, os animais satisfazem suas necessidades a partir do meio natural já existente, mas o ser humano o faz a partir da produção da vida material. No processo de produzir a vida e realizar o produto (e do seu consumo) aparecem novas necessidades a serem satisfeitas. Por

esse motivo, entendemos que no gênero humano as necessidades criam novas necessidades. (LEONTIEV, 1978b)

‘Em qualidade de demandas, como necessidades, o próprio consumo é um momento interno da atividade produtiva. Porém *esta última* (o destaque é nosso – A.L.) é o ponto de partida da realização, e por isso seu momento dominante, quer dizer, um ato no qual se metamorfoseia de novo todo o processo. O indivíduo produz um objeto e através de seu consumo retorna novamente a si mesmo...’ (MARX, *apud* LEONTIEV, 1978b, p. 150, tradução nossa)³⁴.

A necessidade só se realiza na atividade, ela aparece como um pré-requisito, mas é por meio da atividade que se converte em resultados. Isto é, com o desenvolvimento da atividade, ou quanto mais esta se complexifica, mais se criam novas necessidades, ou seja, elas aparecem como resultado da atividade. (MARTINS, 2001, LEONTIEV, 1978b)

Para Leontiev (1969) há quatro traços fundamentais que caracterizam as necessidades, sendo o primeiro deles o traço principal. São eles:

1º traço: toda necessidade tem um objetivo, já que é sempre a necessidade de algo, seja de um objeto, de um resultado ou de uma atividade. Em relação a este objetivo as necessidades podem ser objetivas ou funcionais;

2º traço: toda necessidade adquire um conteúdo concreto, segundo as condições e a maneira de satisfazê-la. Caracteriza-se pelo seu conteúdo objetivo e este é determinado pelas condições do meio exterior. Daí resulta que toda necessidade é uma das formas particulares do reflexo da realidade. Para motivar uma atividade é necessário que atue sobre o organismo o objeto da necessidade, que este objeto seja um estímulo para a mesma;

3º traço: uma mesma necessidade pode repetir-se. Esta é uma condição importante para sua forma e desenvolvimento, pois quando se repetem seu conteúdo é enriquecido;

4º traço: os círculos de objetos e de meios para satisfazer as necessidades não estão fechados, podendo ser ampliados. O que constitui outra forma de

³⁴ Trecho original: ‘En calidad de demandas, como necesidades, el próprio consumo es un momento interno de la actividad productiva. Pero *esta última* [la bastardilla es nuestra – A. L.] es el punto de partida de la realización, y por eso su momento dominante, es decir, un acto em el cual se metamorfoseia de nuevo todo el proceso. El individuo produce un objeto y a través de su consumo retorna nuevamente a si mismo...’ ((MARX, *apud* Leontiev, 1978b, p. 150)

desenvolvimento das necessidades. (a chamada lei geral do desenvolvimento das necessidades)

Deste modo, as necessidades são sempre reais, isto é, são sempre necessidades de alguma coisa e por isso precisam de um objeto. Os objetos, que possuem características objetivas, são refletidos a partir de estímulos de reflexão interna. Inicialmente a necessidade não “conhece” o seu objeto que ainda precisa ser revelado. Como resultado dessa revelação é que a necessidade adquire objetividade e seu objeto passa a adquirir a função de atividade provocativa e diretiva tornando-se motivo da ação. Sem um objeto, a necessidade permanece somente na abstração, não se torna atividade. Portanto, a mudança mais importante que caracteriza a transição para o nível psicológico é a conexão ativa das necessidades com os objetos que as satisfazem. (LEONTIEV, 1978b)

Além das necessidades vitais ou naturais humanas, os seres humanos têm necessidades que estão motivadas pela vida em sociedade, necessidades superiores de caráter social. Estas podem ser desde necessidades materiais superiores, como a necessidade de objetos materiais criados pela produção social (computador, celular, livros etc.) ou necessidades espirituais, que são objetos ideais (conhecimento, arte, cultura etc.). Ressaltando-se que ambas estão ligadas e são dependentes uma da outra. Entendemos que, historicamente, os homens atuam no mundo primeiramente para satisfazer suas necessidades vitais, mas com o desenvolvimento do gênero, essa relação se inverte, isto é, o ser humano satisfaz suas necessidades vitais para poder agir, para poder realizar suas necessidades superiores. (LEONTIEV, 1969 e 1978b)

Como a satisfação das necessidades está determinada pelas condições sociais de vida, nas sociedades divididas em classes existe uma desigualdade na satisfação destas necessidades. Os trabalhadores, pertencentes à classe explorada, têm uma possibilidade muito limitada de satisfazer suas necessidades e por isso possuem menor possibilidade de ter um amplo desenvolvimento de sua personalidade. (LEONTIEV, 1969)

A análise das necessidades é também a análise dos motivos, já que é o motivo que gera a atividade, como objetivação da necessidade, seu objeto. Deste modo, os desejos, vontades, paixão, não geram a atividade e sim o objeto deste, seu motivo. (LEONTIEV, 1969 e 1978b). Isso porque as necessidades subjetivamente se manifestam como desejos e tendências, que sinalizam se ela foi

satisfeita, regulando assim a atividade dos indivíduos, motivando a aparição, o crescimento ou a desapareção desta necessidade e a criação de novas necessidades. Mas como já dissemos, para realizar uma atividade, somente a necessidade não é suficiente, é indispensável que haja um objetivo que sirva de estímulo para atuar em uma direção concreta determinada, ou seja, um fim. A atividade só se realiza quando esses três elementos estruturais se unem: necessidades, objeto e motivo. (LEONTIEV, 1969)

Designamos pelo termo de actividade os processos que são psicologicamente caracterizados pelo facto de aquilo para que tendem no seu conjunto (o seu objecto) coincidir sempre com o elemento objectivo que incita o paciente a uma dada actividade, isto é, com o motivo. (LEONTIEV, 1978a, p. 296).

Para o autor, o conceito de atividade está necessariamente unido ao conceito de motivo. Por isso, não existe atividade não motivada ou sem motivo. Se não sabemos o motivo que gerou uma dada atividade é porque ele está oculto e não porque não existe. (LEONTIEV, 1978b). Como já dissemos, o motivo impulsiona a atividade, ligando a necessidade com o objeto a ela correspondente. Deste modo, move o sujeito para a satisfação de uma necessidade. O motivo da atividade, para Leontiev (1969), é aquilo que, refletido no cérebro do ser humano, o excita a atuar e dirige esta atuação a satisfazer uma necessidade determinada.

Por isso, a atividade é sustentada por motivos e orientada para fins específicos e ainda se constitui em forma de ações. A coincidência entre motivo e objeto é uma das condições para atividade, mas esta é também constituída pelo conjunto de ações articuladas com um objetivo comum. As ações são componentes da atividade, são processos subordinados à representação de um fim ideal que deve ser alcançado pelo conjunto da atividade. Porém, com a complexificação da atividade humana ao longo da história da humanidade, os resultados imediatos das ações podem não coincidir com o motivo da atividade. Assim, temos uma ação quando o motivo que a subordina não é dado nela mesma, mas sim na atividade da qual ela é parte. (MARTINS, 2007)

Deste modo, as ações que são executadas durante uma atividade são impulsionadas pelo seu fim imediato, mas estão orientadas pelo motivo da atividade. Leontiev cita o exemplo da necessidade de alimento. O que impulsiona a atividade é a necessidade de alimento, que se converte em seu motivo, mas para satisfazê-la

terá que realizar diversas ações orientadas diretamente para o fim de conseguir se alimentar, como conseguir a comida, cozinhar, etc. Nesse sentido, as ações podem ter fins parciais que estão ligados com o fim geral. (LEONTIEV, 1978b)

Portanto, em cada atividade há uma cadeia de ações a serem seguidas até se alcançar seu resultado. As ações podem ainda não corresponder diretamente a uma atividade, sendo relacionada a diversas atividades ou mesmo passando de uma atividade à outra. (LEONTIEV, 1978b)

Portanto, os processos de atividade não são estáticos, sendo que as ações podem inclusive se transformar em atividade e vice versa. Por exemplo, se um estudante que iniciou uma tarefa de estudo apenas para obter uma nota, mas ao realizá-la passa a se interessar pelo conteúdo mesmo sendo dispensado de sua obrigação escolar, continua a fazê-la, o que inicialmente era uma ação se torna uma atividade. Para Leontiev (1978b) a atividade pode perder o motivo que a tinha iniciado e então se converter em uma ação, ou como ocorreu no exemplo, a ação pode adquirir uma força impulsora própria e chegar a ser uma atividade. Nesse sentido, a atividade diz respeito às formas de relação do ser humano com o mundo, em que suas ações são dirigidas por motivos, desta forma, quando o motivo muda as atividades podem se transformar em ações e ações em atividade, o que só é possível pelo surgimento de novas necessidades e interesses.

As ações são compostas por operações. Elas são a maneira de realizar a ação em condições específicas, como um modo de fazer. Para Martins (2010), uma ação demanda a execução de uma série de procedimentos operacionais para que possa se realizar e estes, por sua vez, dependem das condições objetivas que são disponibilizadas para a sua execução.

Leontiev, assim define operação:

Por operação, entendemos o modo de execução de uma ação. A operação é o conteúdo indispensável de toda a ação, mas não se identifica com a ação. Uma só e mesma ação pode realizar-se por meio de operações diferentes, e, inversamente, ações diferentes podem ser realizadas pelas mesmas operações. Isto explica-se pelo fato de que enquanto uma ação é determinada pelo seu fim, uma operação depende das condições em que é dado este fim. (LEONTIEV, 1978a, p. 303-304).

Segundo Leontiev, as ações e operações, embora interligadas, tem diferentes origens, dinâmicas e destino. As diversas operações dentro de uma

mesma ação podem se modificar sem que com isso a ação se modifique. (LEONTIEV, 1978b, p.86) No processo de trabalho hoje, em que se tem um aumento da tecnologia utilizada, as operações de trabalho se modificam, podemos usar o exemplo do trabalho de um carpinteiro. Na sua atividade existem diversas ações e, dentro dessas, diversas operações para se chegar ao fim desejado. Seu fim pode ser, por exemplo, fazer uma mesa e essa é a sua atividade. Para isso, em um primeiro momento, precisa de diversas ações: serrar a madeira, lixar, pintar. Porém, com a introdução de uma máquina que corte e lixe a prancha de madeira, suas operações de trabalho modificam-se. Todavia, seu fim e, portanto, sua ação continua a mesma – cortar, lixar, bem como sua atividade - fazer a mesa.

Em casos complexos, os motivos podem não corresponder diretamente aos fins de uma ação isolada, pois exigem muitas ações intermediárias e muitos fins parciais. Uma atividade que responde a este motivo pode se prolongar durante muito tempo. Segundo as condições de vida, um mesmo motivo pode originar diferentes atos com fins distintos e atos iguais podem ser causados por diferentes motivos. (LEONTIEV, 1969)

Outro elemento importante a ser analisado para entender a atividade, são os interesses. Eles são uma direção determinada das funções cognitivas do psiquismo até os objetos e fenômenos da realidade. Sua aparição, às vezes, está diretamente relacionada com a atividade prática correspondente e, outras vezes, ele é seguido por uma atividade para alcançar os fins que este interesse motiva. O interesse influencia não somente uma atividade futura, mas também a que se realiza neste momento e facilita alcançar os fins propostos e um desenvolvimento mais completo. (LEONTIEV, 1969)

A existência de interesse é uma das condições principais para a atitude criadora no trabalho. Isso pode não acontecer quando o desenvolvimento desta busca está limitado por condições habituais e pelos costumes de um determinado trabalho. O interesse amplia o círculo, amplia as perspectivas do indivíduo. (LEONTIEV, 1969)

Leontiev considera que, em cada período da vida e dependendo da função social que se ocupa, existe uma atividade mais importante que as outras, atividade esta que irá governar o desenvolvimento das funções psíquicas. Essa é considerada a atividade principal ou dominante, que irá guiar o desenvolvimento durante

determinado período, enquanto as demais atividades, nesta fase, terão um papel secundário nesse processo.

Para Leontiev:

Alguns tipos de actividade são, numa dada época, dominantes e têm uma importância maior para o desenvolvimento ulterior da personalidade, outros têm menos. Uns desempenham papel essencial no desenvolvimento, outros papel secundário. Razão por que devemos dizer que o desenvolvimento do psiquismo depende não da actividade do seu conjunto mas da actividade dominante. (LEONTIEV, 1978a, p. 292).

Isso quer dizer, que cada estágio do desenvolvimento psíquico é caracterizado por certo tipo de relação do sujeito com a realidade, que determinará e será determinada por uma dada atividade, que é então dominante para ela. É possível reconhecer a passagem de um estágio de desenvolvimento ao outro, a partir das mudanças nas atividades dominantes, e ainda, deste modo, reconhecer qual é a relação dominante deste sujeito com a realidade.

Leontiev (1978a) assim caracteriza a atividade dominante: 1) é aquela sob a forma da qual aparecem e no interior da qual se diferenciam tipos novos de atividade; 2) forma ou reorganiza os processos psíquicos particulares que são ligados a atividade dominante e noutros tipos de atividades geneticamente ligados a ela, 3) é aquela da qual dependem as mudanças psicológicas fundamentais da personalidade do individuo, observadas numa dada etapa do seu desenvolvimento.

Obviamente que os períodos marcados por essas atividades (dominantes) não são estanques, mas sim mudam de geração em geração e são dependentes historicamente da construção do modo de vida de acordo com condições sócio-históricas.

Mas, como se dão estas mudanças na atividade dominante? De modo geral, no decurso do desenvolvimento, o lugar ocupado pela criança ou pelo adulto no mundo das relações humanas que os rodeiam é conscientizado como não correspondendo mais as suas possibilidades, decorrente do novo lugar ocupado nas relações sociais. Então, ocorre um esforço psíquico para modificá-las. Deste modo, surge uma contradição entre o modo de vida e suas possibilidades, que já superam esse modo de vida. Com isso, a atividade se reorganiza, possibilitando a passagem a um novo estágio de desenvolvimento da vida psíquica. Estas rupturas ou saltos de

qualidade no desenvolvimento psíquico estão sempre ligados à mudança de estágio; elas evidenciam a necessidade interna destas mudanças, das passagens de um estágio a outro. (LEONTIEV, 1978a)

Portanto, as rupturas, os saltos qualitativos no desenvolvimento são inevitáveis e necessários para o desenvolvimento. Uma crise gerada nesse processo sinaliza que a ruptura necessária não foi efetuada no devido tempo. Ou seja, é a expressão de que aquela atividade não corresponde mais a necessidade de crescimento do indivíduo. (LEONTIEV, 1978b)

Leontiev (1978a) analisa as principais atividades dominantes, desde a infância até a idade adulta, no sistema de relações sociais de nosso tempo histórico. Na vida adulta esta atividade é o trabalho.

3.2. A ATIVIDADE E A CONSCIÊNCIA.

Como vimos, para Leontiev (1978a), o psiquismo humano se constitui a partir de um processo de transformações qualitativas. Esse processo é estudado pelo autor tanto do ponto de vista filogenético, como esboçamos no segundo capítulo, quanto ontogenético, isto é na história da humanidade e no indivíduo singular. De forma que o trabalho (filogeneticamente) engendra a consciência que é concretizada pela linguagem. Ou seja, a consciência é inseparável da linguagem e ambas inseparáveis do trabalho na história da humanidade.

Neste sentido, a consciência deve sempre ser compreendida no seu devir e no seu desenvolvimento, que estão intrinsecamente ligados e dependentes do modo de vida dos homens. Este, por sua vez, é determinado pelas relações sociais existentes e pelo lugar que o indivíduo ocupa nessas relações.

Por esse motivo, para compreender a consciência humana, devemos entender como se formam as relações vitais do ser humano em determinada condição histórica e social para, deste modo, entender como a estrutura da consciência se transforma com a estrutura da atividade. Isso porque, as mudanças na estrutura social, trazem mudanças na estrutura da atividade, acarretando alterações qualitativas no psiquismo por meio de processos de evolução e revolução dos conteúdos da consciência.

A consciência é a forma superior especificamente humana de psiquismo. É um *movimento interno gerado pela atividade humana*, portanto, não é um local ou uma estrutura e sim uma qualidade. Uma qualidade do psiquismo humano: psiquismo consciente. Como movimento interno, a consciência é o ato psíquico do que é vivenciado pelo indivíduo e, ao mesmo tempo, expressão destas relações. É a forma do reflexo consciente da realidade objetiva, sendo tanto a expressão do sujeito na construção dos reflexos do objeto, como a expressão do próprio objeto na consciência. Por isso, ela se revela como manifestação, tanto do sujeito quanto do objeto com o qual se relaciona. Nesse sentido, a consciência não é algo a parte do mundo externo. Pelo contrário, é um conteúdo interior ligado inteiramente ao mundo externo, formado a partir do processo de apropriação e objetivação realizado pela atividade, ou seja, a atividade condiciona a formação da consciência, e esta por sua vez a regula. (LEONTIEV, 1978b e MARTINS, 2007)

Deste modo, compreendemos que a atividade é a substância da consciência e é através desta que a atividade adquire existência psicológica.

Para Martins, a consciência é:

[...] um sistema de conhecimentos que vai formando-se no homem à medida que ele vai apreendendo a realidade, pondo em relação as suas impressões diretas com os significados socialmente elaborados e vinculados pela linguagem, expressando as primeiras através das segundas. (MARTINS, 2007, p. 67)

Mesmo tendo uma relação diretamente ligada ao mundo externo, para entender a consciência é preciso distinguir sua dimensão social e individual. Leontiev (1978b) difere a consciência social da consciência individual compreendendo que a última é dependente da primeira, isto é, o indivíduo não tem consciência sem relação com o mundo social, mas, sua consciência individual não é uma cópia da consciência social.

A consciência social está relacionada ao conjunto de idéias, saberes, conhecimentos e valores elaborados e objetivamente postos pelo gênero humano em relação à natureza, a sociedade e ao próprio ser humano, os quais tomam a forma de conceitos e formas comuns de pensar a realidade, compartilhada e comum aos membros de uma dada sociedade. No processo de produção material humana, a linguagem é o meio de expressão e comunicação da consciência social, na

medida em que é portadora dos significados socialmente elaborados e nela fixados. (MARTINS, 2007)

Já a consciência individual é a expressão particular desta consciência social, isto é, a forma como o indivíduo assimila (torna subjetivo ou relativo ao sujeito) o conteúdo objetivo da consciência social. Não como uma mera projeção, mas sim como um processo ativo, a partir do qual forma a sua própria concepção de mundo. A concepção de mundo dos indivíduos é elaborada a partir da sua prática social, ou seja, realizada a partir da sua atividade no mundo. (MARTINS, 2007)

Os conteúdos constitutivos da consciência social são os *significados sociais*. Os significados são modos de pensar produzidos histórico e socialmente pela humanidade, pela atividade material e espiritual das gerações passadas, e são assimilados pelos indivíduos em sua ontogênese, isto é, na sua vida particular. Ao serem assimilados são também instrumentos do pensamento, que servem de mediação com os conceitos sociais, com a vida real do sujeito. (LEONTIEV, 1978b)

O que garante a não coincidência entre a consciência social e a consciência individual é a forma particularizada que o sujeito apreende os significados sociais. Isto não ocorre de forma direta, pois, ao chegar à consciência, o conteúdo da consciência social adquire para o indivíduo um *sentido pessoal*, que está diretamente vinculado a sua vida, as suas necessidades, aos seus interesses e motivos, enfim, ao seu funcionamento psíquico como um todo (cognitivo-afetivo). Veremos mais de perto as categorias significado e sentido.

Para Leontiev (1978a), a significação é uma generalização da experiência e da prática social acumulada pela humanidade, generalização esta que adquire uma forma ideal e é cristalizada na linguagem.

A significação é aquilo que num objecto ou fenómeno se descobre objectivamente num sistema de ligações, de interacções e de relações objectivas. A significação é reflectida e fixada na linguagem, o que lhe confere a sua estabilidade. Sob a forma de significações linguísticas, constitui o conteúdo da consciência social; entrando no conteúdo da consciência social, torna-se assim a "consciência real" dos indivíduos, objectivando em si o sentido subjectivo que o refletido tem para eles. (LEONTIEV, 1978a, p. 94).

Por isso, quando uma criança entra em contato com a linguagem humana e com os objetos da realidade, na medida em que age no mundo e pela mediação dos adultos ao seu redor, ela vai se apropriando das diversas significações sociais

existentes. Isso porque em cada objeto e fenômeno da realidade social humana existe uma teia de significados neles objetivados. Em um objeto produzido ou já significado pelo ser humano está presente toda a história do gênero humano sobre esse objeto, as diversas funções que adquiriu na história, como foi elaborado etc. (LEONTIEV, 1978a)

Deste modo, o ser humano assimila a experiência das gerações precedentes por meio das significações. "[...] significação é, portanto, a forma sob a qual um homem assimila a experiência humana generalizada e refletida." (LEONTIEV, 1978a, p. 94). A significação é a entrada na consciência do reflexo generalizado da realidade, elaborado pela humanidade e fixado sob a forma de conceitos, de um saber ou mesmo de um saber-fazer. Deste modo, a significação é o reflexo da realidade independente da relação individual ou pessoal que tenho com ela, pois encontramos as significações prontas, elaboradas historicamente, e delas nos apropriamos, tal como nos apropriamos de um instrumento (o precursor material da significação). Todavia, a qualidade desta apropriação e o que ela se torna para o indivíduo, para sua personalidade, depende do sentido subjetivo e pessoal que esta significação tenha para ele. (LEONTIEV, 1978a)

Deste modo, o reflexo consciente é caracterizado psicologicamente pela presença de uma relação interna específica, a relação entre sentido subjetivo e significação. E essa relação é o principal componente da estrutura interna da consciência humana. O sentido pessoal está intrinsecamente ligado às significações. Embora mais amplo, ele se exprime nas significações, pois traduz a relação do sujeito com os fenômenos objetivos conscientizados. (LEONTIEV, 1978a)

Portanto, o sentido é uma ligação pessoal com a realidade, que é diferenciada para cada um. Ele é mais fluido e dinâmico do que o significado, pois muda ao longo do tempo, por meio da atividade do sujeito. Além disso, em termos psicológicos, o sentido é mais amplo que o significado, pois carrega um conjunto de sentimentos, emoções, vivências pessoais. É o conjunto dos sentidos pessoais que irá caracterizar a personalidade de cada indivíduo. (LEONTIEV, 1978a)

Vimos que com a complexificação da atividade humana as suas ações podem não ter sentido nelas mesmas já que eles estão ligados aos motivos da atividade. Isso permite que em algumas relações sociais, como no modo de produção capitalista, o sentido e o significado das ações possam se dissociar quase que totalmente, como aprofundaremos no próximo capítulo. (DUARTE, 1999)

Conforme Leontiev, além do sentido e do significado, também integram a consciência seu *conteúdo sensível*, ou seja, as sensações, imagens de percepção, representações. Eles criam a base e as condições de toda a consciência constituindo o tecido material da consciência. É através do conteúdo sensível que o reflexo consciente da realidade se torna consciente, ou seja, “[...] ele é aquilo que cria directamente ‘a transformação da energia do estímulo exterior em facto de consciência’.” (LEONTIEV, 1978a, p. 99). Porém, o conteúdo sensível não exprime todo o conteúdo da consciência, pois os próprios órgãos do sentido são sociais e não captam de maneira idêntica o reflexo da realidade, ou seja, ao escutar um som este não é apreendido somente como vibração sonora, ele é uma música, o canto de um passarinho, uma buzina, estando sempre ligados tanto aos significados sociais quanto ao sentido pessoal que o som específico tem para o indivíduo.

Ao compreender a atividade como unidade mínima de análise e a formação da consciência humana, em vinculação com aquela, temos o aparato teórico para compreender a formação da personalidade humana. Consideramos fundamental compreender a personalidade e o seu processo, já que nosso objeto é o processo de sofrimento do trabalhador. Ou seja, como adulto, formado pelo agregado de suas atividades no mundo, a personalidade do trabalhador se constitui em meio às contradições postas pelo ‘mundo do trabalho’. Os seus motivos e sentimentos, conteúdo da sua personalidade são constituídos a partir desse modo de se relacionar com sua atividade principal – o trabalho.

3.3. A ATIVIDADE E A PERSONALIDADE.

A personalidade humana é uma unidade superior do psiquismo, a expressão máxima da individualidade, constituída pela atividade humana, ou melhor, pelo conjunto das atividades de um indivíduo no mundo. Por isso se estrutura em uma determinada etapa do desenvolvimento psíquico humano e continua se transformando, mesmo que mantendo certa estabilidade, ao longo da vida. Nesse sentido, a personalidade é processo, um processo de personalização.

Para Martins:

A personalidade é processo resultante da síntese de aspectos objetivos e subjetivos, produto da atividade individual condicionada pela totalidade social, constituindo-se como autoconstrução da individualidade graças à atividade e consciência historicamente construídas. (MARTINS, 2007, p. 91-92).

Segundo a autora, a gênese da personalidade resulta da relação dialética entre fatores extrínsecos e intrínsecos. Os fatores extrínsecos existem independentemente do sujeito individual, como as condições materiais de vida, bem como o conjunto das relações sociais. Já os fatores intrínsecos são os aspectos biológicos e psicológicos que irão formar as condições internas, psíquicas, formadoras da personalidade. Estes dois fatores são interdependentes na formação do indivíduo e são sintetizados na atividade social do indivíduo. Deste modo, o indivíduo só existe como personalidade ao se reconhecer como sociedade e se auto-diferenciar dela. Os dois pólos objetivos e subjetivos se opõem e se complementam, constituindo-se como unidade. Portanto, a personalidade é processo resultante da síntese de aspectos objetivos e subjetivos, produto da atividade individual condicionada pela totalidade social.

Do mesmo modo, para Leontiev (1978b), o ponto crucial para a ciência psicológica não é entender a personalidade como social ou natural, mas sim, a conceber como uma nova formação psicológica que vai se constituindo em meio às relações vitais do indivíduo, ou seja, como fruto da transformação de sua atividade. Além disso, o autor ressalta que para o método dialético marxista é necessário que todo processo seja investigado em seu desenvolvimento e em sua origem, como um processo que contém relações internas, contradições e transições mútuas, o que não permite compreender a personalidade como uma instância interna e estanque do psiquismo.

A personalidade é, portanto, uma qualidade particular que um indivíduo desenvolve no interior do sistema de relações sociais. Ela é uma unidade superior do ser humano, que não é estática, pelo contrário, é mutável, mas com estabilidade e auto-identidade. Sendo sua base real formadora, o agregado das atividades multifacetadas do indivíduo. (LEONTIEV, 1978b)

A investigação do processo de personalização deve partir da análise do desenvolvimento da atividade, isto é, dos seus tipos e formas concretas e das conexões que travam entre si e não dos hábitos, habilidades e conhecimentos

adquiridos. Deve, assim, partir do que o indivíduo faz com eles, a partir da sua atividade, já que o seu desenvolvimento (dos hábitos, por exemplo) pode mudar radicalmente com a atividade. Além disso, existe uma hierarquia de atividades que caracterizam a personalidade. Estas estão desligadas do biológico, são formadas ao longo do desenvolvimento dos sujeitos e formam o núcleo da personalidade. Ou seja, os nós que conectam as atividades estão ligados pelo sistema de relações sociais do qual o sujeito faz parte. (LEONTIEV, 1978b)

Martins (2001), baseada na síntese apresentada por Petrovski (1984), define três propriedades da personalidade, que se constituem em unidade, sendo sua separação puramente didática. São elas: o temperamento, as capacidades e o caráter.

Para a PHC o temperamento se refere a aspectos mais estáveis da personalidade advindos do aparato biológico e inato do indivíduo, ou seja, são disposições neurofisiológicas e bioquímicas relativamente estáveis e dotadas de qualidade emocional. O temperamento influencia a susceptibilidade e alguns *estilos de reação* que podem ser expressos sob a forma de ansiedade, impulsividade, irritabilidade, placidez, entusiasmo, etc. (MARTINS, 2001)

Porém, é comum encontrarmos nas teorias psicológicas que características genéticas e capacidades individuais inatas determinam traços de personalidade e por outro lado, seu inverso, teorias que centram sua análise somente na influência do meio social na sua formação. Leontiev afirma que essas duas concepções fazem parte de uma psicologia caracterizada por um esquema bipolar, que segmenta o ser humano em características inatas *versus* sociais e, com isso, reduzem a totalidade que caracteriza a formação do psiquismo humano. (LEONTIEV, 1978b)

A PHC entende que, como temperamento, o sistema nervoso não é invariável, muito pelo contrário, o temperamento muda com a influência das condições de vida e de atividade. Por isso, não existe uma pré-determinação em que o sujeito é condicionado por qualidades naturais do sistema nervoso, pois o desenvolvimento da personalidade depende das influências as quais o indivíduo está constantemente submetido ao longo da vida e por isso é possível mesmo a partir do temperamento desenvolver todas as qualidades humanas. (MARTINS, 2001)

Por esse motivo, para a Psicologia Histórico-Cultural, as propriedades genéticas ou de temperamento, não determinam a personalidade, mas podem estar

presentes em algumas formas de expressão dos conteúdos da personalidade. Por exemplo, a agressividade pode se manifestar de diversas formas na personalidade humana, mas essa característica não se explica somente pelo temperamento, apesar deste ser uma das propriedades da personalidade. O que caracteriza a personalidade e o psíquico é a unidade dialética do natural e do social.

A segunda propriedade da personalidade são as capacidades. Elas são um sistema de atividades psíquicas que são generalizadas, tendo sua origem na atividade humana. Como exemplo, algumas pessoas desenvolvem uma capacidade musical, conseguindo diferenciar sons, ritmos; outras adquirem uma capacidade matemática realizando cálculos mentalmente, tendo facilidade de raciocínio lógico, ou a capacidade de apresentar uma imaginação construtiva, ou seja, valorar as proporções, escalas, relações entre magnitudes. O desenvolvimento das capacidades, portanto, são fundamentais para o desempenho de certas funções profissionais (no caso exemplificado, do músico, do matemático, do engenheiro).

A divisão e a especialização do trabalho têm conduzido a uma especialização das capacidades humanas, através de um condicionamento histórico e social. Por isso longe de ser um “dom”, as capacidades são produtos da história humana. Seu desenvolvimento está ligado à apropriação das objetivações humanas, ou seja, a linguagem, os instrumentos de trabalho, a ciência, arte etc. (MARTINS, 2001)

Para a efetivação de qualquer atividade é necessária a realização de um conjunto de processos psíquicos mobilizados pela própria natureza desta atividade. A estrutura resultante desses processos é que forma as capacidades. Por esse motivo, elas são mais amplas e estáveis e se firmam mais lentamente. Para seu desenvolvimento, as capacidades estão em unidade com os conhecimentos, os hábitos e habilidades. Os hábitos são fixados pelo treinamento, ocorrendo nas ações para que estas não necessitem a cada momento fazer a distinção entre as diversas operações. Por isso passam a ser automatizadas pelo treino. Por esse motivo, a criação de hábitos é importante para a atividade, pois estes permitem que, em uma mesma ação, sejam realizadas ao mesmo tempo várias e diferentes operações, facilitando com isso a execução de ações complexas. Pode existir capacidades sem hábito, como por exemplo, uma pessoa pode ter capacidade de ler mas não ter hábito de ler. Porém, um aumento das capacidades exige um aumento dos hábitos,

que permitirá a possibilidade do desenvolvimento de diferentes habilidades para um mesmo fim. (MARTINS, 2001)

A terceira propriedade da personalidade é o caráter. Ele é definido como as características ou traços essenciais, que servem para denominar ou representar as pessoas (apesar de nem todas poderem ser definidas como caráter). São reações que se fixam através da experiência e se tornam uma maneira habitual de conduta do sujeito em momentos determinados. Esses traços irão se manifestar em todas as relações com o mundo circundante, como atitudes frente aos aspectos da realidade. Por esse motivo, o caráter é fortemente marcado pelas relações sociais que o sujeito vivência, tendo assim um forte aspecto ideológico, ou seja, está relacionado com os valores, ideais da sociedade em que o sujeito está inserido, que por sua vez reforçam determinados traços de caráter. (MARTINS, 2001)

Existem dois grandes sistemas de traços de caráter: 1) em relação à atividade externa, ou seja, para com a sociedade, outras pessoas ou com o trabalho, como por exemplo: o coletivismo, egoísmo, humanismo etc.; 2) em relação à realidade interna ou consigo próprio: por exemplo, independência, sugestionabilidade, perseverança etc.. Ambos se formam durante a atividade, em que o indivíduo desenvolve diferentes modos de atuar em diferentes relações sociais. Essas maneiras de responder as situações, quando repetidas, adquirem um grau de automatismo, se manifestando principalmente em situações de conflito que exigem uma resposta rápida do sujeito. Por essa característica sua mudança é difícil. (MARTINS, 2001)

As propriedades da personalidade, a dizer, o temperamento, as capacidades e o caráter, se desenvolvem como um amálgama, não podendo ser analisados em separado. Na expressão desse amálgama se forma o estilo individual da atividade de cada pessoa que só aparece quando unido às condições objetivas de existência, ou seja, são os efeitos da atividade e ao mesmo tempo as bases sob as quais esta emerge. E desta forma compreendem os motivos, emoções e sentimentos da pessoa e, por isso, não podem ser analisados separado destes. (MARTINS, 2001)

As primeiras características da personalidade aparecem nas primeiras atividades da infância. Porém, os tipos de atividades não se “somam” no indivíduo no decorrer do seu desenvolvimento. Como já vimos, elas vão se centrando em atividades principais, ao lado das quais outras atividades se subordinam. Por esta razão, não é toda atividade que forma o núcleo da personalidade. Existe uma

hierarquia de atividades e motivos que são centrais nesse processo. Como a atividade é dirigida pelo motivo, por trás dessa relação entre atividades há uma relação entre motivos. Assim, devemos analisar mais a fundo a questão dos motivos para entender seu desenvolvimento e transformação, ou seja, analisar o que se denomina como a estrutura motivacional da personalidade. Esta análise irá nos auxiliar a compreender como é formada a personalidade humana.

Para Martins, a estrutura motivacional da personalidade é “o conjunto de motivos construídos pelo indivíduo em decorrência das atividades que o colocam em relação com o mundo” (MARTINS, 2007, p. 108). Já a estrutura emocional é definida como “sistema de relações mútuas entre o experimentado pelo indivíduo e os sentimentos mobilizados pela experiência.” (MARTINS, 2007, p. 108) Estas duas esferas – motivacional e emocional - estão em relação já que toda atividade é acompanhada por ressonâncias emocionais próprias, ligadas a história de vida do sujeito.

Na estrutura motivacional, as emoções cumprem a função de sinais internos, elas refletem as relações entre os motivos e a possibilidade de êxito da atividade a ela correspondente:

As emoções cumprem a função de sinais internos; internos no sentido de que não são o reflexo psíquico imediato do próprio objeto da atividade. A particularidade das emoções reside em que refletem as relações entre os motivos (necessidades) e o êxito ou a possibilidade de realização exitosa de uma atividade do sujeito que responda a aqueles. Ademais, não se trata aqui do reflexo destas relações, porém de seu reflexo sensorial direto, da vivência. Portanto, elas surgem por trás da atualização do motivo (da necessidade) e antes que o sujeito faça uma valorização racional da sua atividade. (LEONTIEV, 1978b, p. 154, tradução nossa³⁵).

Deste modo, as emoções surgem da atividade cerebral, mas registradas a partir das vivências no mundo exterior, e podem ser tanto a satisfação de necessidades orgânicas ou primárias quanto reações relacionadas a sensações e percepções a partir da atividade. Por isso, estão ligadas ao desenvolvimento

³⁵ Las emociones cumplen la función de señales internas; internas en el sentido de que no son el reflejo psíquico inmediato del propio objeto de la actividad. La particularidad de las emociones reside en que reflejan las relaciones entre los motivos (necesidades) y el éxito o la posibilidad de realización exitosa de una actividad del sujeto que responda a aquéllos. Además, no se trata aquí de la reflexión de estas relaciones, sino de su reflejo sensorial directo, de la vivencia. Por ende, ellas surgen tras la actualización del motivo (de la necesidad) y antes de que el sujeto haga la valoración racional de su actividad. (LEONTIEV, 1978b, p. 154)

humano, já que, quanto mais (historicamente) as atividades se tornam complexas, mais as emoções também se complexificam, adquirindo, por isso, uma dimensão motivacional ao sustentar o sentido do que é experimentado pelo sujeito, podendo tanto organizar como desorganizar a atividade. (MARTINS, 2001)

Porém, as emoções não estão ligadas de maneira direta, ou seja, quando se tem êxito se tem uma emoção positiva ou o inverso. Pois, pode ocorrer que uma atividade que tenha êxito seja sentida, no plano psíquico, como um fracasso. Um exemplo simples, dado por Leontiev, é que espirrar, em geral, evoca uma satisfação para o sujeito, mas espirrar durante uma peça de teatro traz uma emoção negativa. Portanto, as emoções são diversas e complexas, e são assim, porque estão ligadas ao desenvolvimento do sujeito singular, a sua história, em que aspectos cognitivos e afetivos se desenvolvem em unidade. (LEONTIEV, 1978b)

Por estarem diretamente ligadas ao motivo, às emoções refletem e mediatizam as relações intermotivacionais que irão caracterizar a estrutura da personalidade. (LEONTIEV, 1978b)

Para Martins (2007), ao longo do desenvolvimento da humanidade, por influência da cultura, as atitudes emocionais e os afetos adquirirão o caráter de sentimento, por uma generalização emocional. Estes são específicos dos seres humanos, organizados conforme as condições sociais de vida e das atitudes do sujeito perante suas experiências. Por esse motivo, por mais que possua uma dimensão individual, os sentimentos são sempre sociais e históricos. Assim como a emoção, os sentimentos estão diretamente ligados à linguagem, de modo que eles adquirem significados, podendo tanto ser definidos por meio da palavra, quanto ser motivados por esta.

Os sentimentos podem ter um caráter circunstancial, assim como as emoções, mas, ao contrário delas, também podem ser constantes e prolongados, de modo em que sua manifestação pode independe da situação exatamente determinada. Deste modo, os sentimentos aparecem como atitudes emocionais constantes em relação aos fenômenos da realidade que são motivados a partir das complexas relações temporais estabelecidas entre a experiência passada, a realidade presente e as expectativas futuras. (MARTINS, 2001)

A estrutura emocional é organizada em uma espécie de hierarquia de sentimentos, em que uns são predominantes na personalidade e outros são subordinados. Isso quer dizer que os sentimentos predominantes terão uma

significação maior para o indivíduo, inclusive em relação ao tempo em que estes sentimentos estão presentes nas vivências pessoais do indivíduo. (MARTINS, 2007)

As vivências pessoais irão constituir uma unidade da personalidade, relacionando as emoções e os sentimentos, os motivos e os fins, que estão ligados a atividade do sujeito e principalmente do sentido que estes conteúdos terão para o indivíduo. (MARTINS, 2007)

O pensamento, a linguagem, os afetos, os sentimentos estão integrados no humano, formando o sentido pessoal. Portanto, essas categorias só podem ser analisadas em suas interconexões. São os significados e o sentido pessoal que irão mediar a hierarquia de motivos e atividades, formando o núcleo motivacional da personalidade. Na estrutura motivacional da personalidade, o sentido e significado vão adquirir várias relações de acordo com a realidade, podem ocorrer momentos de interpenetração entre significado e sentido, proposição de novos sentidos a partir do significado existente (sendo re-significado) e ainda, como veremos mais tarde, a ruptura ou alienação entre sentido e significado. (MARTINS, 2001)

Como vimos, as necessidades, o objeto da atividade e o seu motivo são os componentes fundamentais da atividade humana. O motivo, além de incitar uma atividade, tem também ligação com o sentido que esta atividade tem para o indivíduo. Leontiev (1969) classifica tipos de motivos que vão se diferenciar: 1) a partir do tipo de necessidade a que correspondem, que podem ser naturais ou superiores; 2) a forma com que manifesta seu conteúdo, como imagem ou conceito, etc.; 3) e ainda de acordo com a possibilidade de realizar a atividade que origina o motivo, que determina se um motivo será efetivo e conseqüentemente irá realizar a necessidade a ele correspondente. Portanto, os motivos podem ser eficazes e gerar a atividade ou ser ineficazes não chegando ao fim correspondente.

Existem determinados motivos que ao impulsionar a atividade, lhe fornecem um sentido pessoal específico. Estes são os *motivos geradores de sentido*. (LEONTIEV, 1978b) Na atividade desencadeada por um motivo gerador de sentido existe uma unidade consciente entre os motivos e os fins, ou seja, entre o porquê e o para que da atividade. Por isso, eles possuem uma dimensão teleológica ocupando um lugar de destaque na hierarquia de motivos da personalidade pela sua importância na estrutura afetivo-emocional. (MARTINS, 2007)

Porém, outros motivos também estão presentes na atividade, podendo atuar concomitantemente com os motivos geradores de sentido. São os *motivos-estímulo*.

Eles cumprem um papel de impulsores da atividade, com uma função sinalizadora e por isso se revelam como vivências imediatas estimulando a atividade a continuar sendo realizada, acompanhados de um grande tono emocional. (MARTINS, 2007)

Dependendo da atividade, os motivos podem trocar de função, mas na hierarquia dos motivos aqueles com a função de gerar sentido sempre estarão em um patamar hierárquico mais elevado. (LEONTIEV, 1978b)

Quando atuam simultaneamente, formam uma espécie de sistema único em que cada um deles tem um distinto papel – os motivos geradores de sentido dão um sentido determinado, enquanto os motivos-estímulo estimulam a ação imediata. Ou seja, eles não mudam o sentido da atividade, mas a estimulam a continuar se realizando. Deste modo, para realizar uma atividade é indispensável à existência de uns e outros motivos. A existência de um motivo gerador de sentido não exclui a necessidade de outros motivos que o estimulem a atuar e, por sua vez, os motivos-estímulo não são suficientes para que a atividade se realize plenamente. (LEONTIEV, 1978b)

Portanto, as relações hierárquicas entre os tipos de motivo são estabelecidas na atividade do sujeito, sendo que em uma atividade determinada um motivo pode ter a função de gerar sentido e outro de estimular e, ainda, em outra atividade ocorrer o inverso. Por isso, a estrutura motivacional da personalidade deve ser compreendida a partir da análise do sistema de atividades do sujeito. (MARTINS, 2001)

Entretanto, o sujeito não tem sempre consciência dos motivos que condicionam seus atos. Embora seja importante que os motivos sejam conscientes, pois isto permite valorar os atos e mudar a influencia de motivos determinados. Se um ato causa uma atitude negativa para o sujeito e seu motivo é consciente, este se eliminará, e, em caso contrário, quando a atitude é positiva, adquirirá um caráter mais constante e efetivo. Algumas vezes, quando o sujeito adquire consciência dos motivos de seus atos pode compreender a realidade de outra maneira e modificar sua conduta. (LEONTIEV, 1969)

É importante destacar que, mesmo quando não se tem consciência dos motivos da atividade ou quando o sujeito não se dá conta do que o estimula a agir, existe, do mesmo modo, um dado reflexo psíquico referente à ação em curso. No entanto, manifestando-se como emoção (tom emocional das ações).

O fato de uma motivação estar *inconsciente* (não consciente), também ocorre por uma divisão das funções dos motivos, já que durante o desenvolvimento da atividade humana, ela se torna polimotivada, respondendo a vários motivos ao mesmo tempo. Quando o ser humano realiza uma atividade ele sempre está cercado por um conjunto de relações que o faz agir. O trabalho, por exemplo. Desde a sua origem, o trabalho se dá a partir de duas relações principais: com o produto do seu trabalho e com os outros homens. Além disso, a atividade de trabalho tem pelo menos duas motivações: está socialmente motivada, pela relevância social do trabalho individual e pela recompensa material dela advinda (nas sociedades capitalistas, o salário). (LEONTIEV, 1978b)

Os motivos formadores de sentido e os nexos hierárquicos dos motivos são, portanto, fundamentais para a caracterização da personalidade, pois é o movimento dos motivos, em cada fase do desenvolvimento, que resulta uma dada hierarquia motivacional, formando a estrutura da personalidade.

Leontiev caracteriza três parâmetros básicos, ou princípios gerais que regem o desenvolvimento da personalidade: a amplitude dos vínculos do ser humano com o mundo, o nível da sua hierarquização de atividades em relação aos motivos e sua estrutura geral. (LEONTIEV, 1978b, p. 162 e 174)

Para o autor, a “[...] verdadeira base da personalidade é essa estrutura particular das atividades conjuntas do sujeito que surge em certa etapa do desenvolvimento de seus vínculos *humanos* com o mundo.” (LEONTIEV, 1978b, p.163). Isso significa que no decorrer do desenvolvimento humano os vínculos do sujeito com o mundo vão cada vez mais se ampliando, de modo que quanto mais se desenvolvem, mais suas ações não se voltam apenas para o presente, mas para tudo o que existe para ele, seu conhecimento adquirido, seu futuro, mesmo que em ocasiões só em forma ilusória. (LEONTIEV, 1978b)

Por outro lado, as qualidades dos vínculos do indivíduo com o mundo estão relacionadas com suas condições objetivas de existência, ou seja, onde este se insere (família, classe social, país, época histórica etc.). Seus vínculos podem ser pobres mesmo tendo uma vivência ampla, ou o contrário. Isso porque, para além da análise da aparência da realidade que o sujeito vivencia, só é possível compreender a qualidade dos vínculos do sujeito com o mundo a partir da análise das atividades que sustentarão o processo de personalização. Os conteúdos objetivos e subjetivos

das atividades que irão encontrar uma unidade ou irão se alienar, neste último caso, empobrecendo a existência dos indivíduos. (MARTINS, 2007)

Nesse sentido, em relação à riqueza dos vínculos do sujeito com o mundo, o que formará uma unidade na personalidade são as relações autênticas, ou seja, que têm em seu plano psicológico, motivos formadores de sentido, e não apenas estímulos da atividade. São as relações *não* alienadas, já que, as alienadas ou alienantes se opõem ao sujeito e o submetem. Porém, mesmo a realidade alienada pode ser *parcialmente* superada, dentro do limite da vivência concreta onde se insere o sujeito. Isso porque na base da personalidade também se incluem as atividades teóricas do sujeito, aquelas que ampliam o desenvolvimento e, deste modo, fornecem uma nova qualidade para compreender a realidade em que está inserido. (LEONTIEV, 1978b)

O segundo parâmetro está relacionado com o grau e a hierarquização das atividades em relação aos motivos. Por meio da atividade, no decorrer do desenvolvimento individual, os motivos vão se organizando dinamicamente, formando linhas motivacionais que conferem uma direção no mundo, ou seja, orientam o vínculo do sujeito com o mundo. São estas linhas motivacionais que irão proporcionar um sentido na vida do sujeito. (MARTINS, 2007)

No desenvolvimento da personalidade, a ampliação do mundo e da realidade frente ao sujeito da atividade, faz com que as atividades se ampliem e se enriqueçam, até que em um momento não correspondam mais aos seus motivos, entrando, deste modo, em contradição com os motivos que a incitaram. Esta contradição é que propicia as crises de desenvolvimento, ao fazer com que ocorra um deslocamento dos motivos para o fim da ação, com o consequente desenvolvimento de novos motivos e de novas formas de atividade, em uma mudança na sua atividade principal. (LEONTIEV, 1978b)

Essas mudanças caracterizam o desenvolvimento humano e irão acompanhar os sujeitos por toda a vida. Todavia, segundo Leontiev (1978b), para o desenvolvimento da personalidade humana, a passagem da etapa espontânea para a autoconsciência é fundamental. Esta etapa corresponde, em nossa sociedade, à passagem da adolescência para idade adulta, que prepara o nascimento da personalidade consciente de si mesma.

Isso ocorre por uma exigência do desenvolvimento humano, das relações do sujeito com o mundo e com as outras pessoas. A consciência deve refletir, além das

ações do sujeito, também a hierarquia de seus vínculos com o mundo, em um processo de subordinação e re-subordinação de seus motivos. Ou seja, Leontiev (1978b) fala figurativamente que o processo que antes era um movimento em horizontal, agora é como se operasse em um plano vertical. Isso porque a correlação dos motivos entre si se alteram, criando-se novos motivos; alguns se tornando subordinados e outros se elevando; alguns perdendo a função de gerar sentido e outros tomando este lugar. Esse movimento vai permitir o estabelecimento de um sistema harmônico de sentidos pessoais que caracterizam a personalidade, que irá modificar o desenvolvimento psíquico anterior. (LEONTIEV, 1978b)

A personalidade se cria pelo conjunto da atividade do sujeito, que fazem a realidade das suas relações com o mundo. Muito embora, não sejam todas as atividades que irão ser decisivas na formação da personalidade. Por isso, a hierarquia de motivos de cada sujeito individual deve ser levada em conta, pois alguns acontecimentos são mais significativos que outros. Além disso, na formação da personalidade não apenas o vivido entra em sua formação, mas também o que ainda há de viver. Os projetos de vida e de futuro entram em sua estrutura, bem como os passados. Por isso, as particularidades das atividades do sujeito definirão o modo como será estruturada sua personalidade. (LEONTIEV, 1978b)

Esse sistema de atividades, que são importantes para a formação da personalidade são as atividades principais, que já discorreremos no início do capítulo, sendo que no adulto a atividade principal é o trabalho. Por isso a hierarquia de motivos e emoções que estruturam a personalidade terá uma ligação importante com a atividade do trabalho, como discorreremos no próximo capítulo.

Como vimos, a personalidade é resultado da objetivação da síntese de aspectos internos e externos em que sua expressão se dá na maneira de sentir, pensar e fazer do indivíduo. Porém, essa articulação da formação da personalidade com as condições objetivas de existência podem em determinadas condições proporcionar o pleno desenvolvimento da personalidade, mas em condições de alienação determinar o seu fracasso.

O conjunto das motivações vitais e geradoras de sentido da personalidade vai formando correlações internas e dando corpo ao perfil psicológico geral da personalidade. Em nossa sociedade, devido a sua divisão em classes sociais, os trabalhadores têm um acesso bastante restrito a produção do gênero humano e, por isso, têm sua personalidade desenvolvida apenas unilateralmente. Ocorre que,

devido à condição de classe e de alienação, os motivos mais gerais e superiores da personalidade acabam não existindo, empobrecendo a personalidade, por reduzir a vida do indivíduo a satisfação de um conjunto de necessidades cotidianas. Isso caracteriza a personalidade dos indivíduos que vivem em uma sociedade de consumo, em que novas necessidades cotidianas são criadas constantemente para satisfazer a necessidade do capital de lucro, ou seja, o consumo de mercadorias acaba sendo o motivo que organiza a personalidade dos trabalhadores sob o capital.

Isso porque, numa sociedade alienada, a desarticulação entre a atividade e os motivos geradores de sentido, cria condições internas para que o ser humano viva fragmentariamente, ou seja, em consonância com os motivos estímulos e em detrimento dos motivos vitais. Em relações sociais de dominação e exploração, quando os processos de apropriação e objetivação são alienantes e alienadas, a particularidade se hipertrofia, ou seja, a afirmação e a manutenção da própria vida (o que estamos chamando aqui de satisfação das necessidades cotidianas) se torna o eixo a partir do qual o ser humano organiza sua vida. Como essa particularidade é alienada, ela embota e limita o pleno desenvolvimento humano e, deste modo, a sua personalidade. (MARTINS, 2007).

Isso ocorre, porque as relações que os homens estabelecem com a realidade são objetivamente contraditórias e esta contradição vai se expressar na personalidade. Muitas vezes, a ela se fixando e se incorporando.

Ainda sobre o problema da alienação da personalidade, Leontiev (1978b) aborda a problemática da separação entre a atividade teórica interior e a atividade prática, separação esta que desencadeia um desenvolvimento unilateral da personalidade, já que separa as duas esferas principais da formação do psíquico: a atividade prática e a teórica. Além disso, ressalta que tal separação pode conduzir a um desajuste psíquico ou uma dissociação da personalidade, entre o que é vivido na realidade e o que só existe na imaginação.

Como vimos, quanto mais à sociedade se revela para o indivíduo mais plena se torna sua personalidade. Isso é um problema fundamental para a sociedade de classes, em que a vivência das relações alienadas em seu meio faz como que ocorra uma parcialização da personalidade que não pode plenamente se desenvolver. Para Leontiev, a vivência de classe irá condicionar desde o começo o desenvolvimento dos vínculos com o mundo circundante, já que irá determinar uma menor ou maior amplitude da atividade prática. A depender da classe social em que

o indivíduo se insere, será determinada a sua comunicação, conhecimentos e as normas de conduta dos quais irá se apropriar a partir de sua atividade no mundo. (LEONTIEV, 1978b)

Sob esse ponto de vista teórico iremos, no próximo capítulo, lançar hipóteses sobre o sofrimento do trabalhador, que conforma seu psiquismo e sua personalidade em uma realidade alienada, intrínseca ao modo de produção capitalista. Tentaremos ainda entender a constituição desse psiquismo do 'novo' trabalhador contemporâneo, o que trabalha sob forma de gestão Toyotista. Essa forma de gestão é entendida como uma nova forma de captura da subjetividade do trabalhador pelo capital. Se partirmos do princípio que o trabalho, como atividade principal do adulto, irá incidir decisivamente no seu psiquismo e na sua personalidade, em uma forma de gestão que faça uso das emoções para a cooptação, nos parece que seu impacto no psiquismo do trabalhador será ainda mais contundente.

CAPÍTULO 4. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA ATIVIDADE PARA O CAMPO SAÚDE DO TRABALHADOR.

Vimos que o nosso objetivo é realizar uma aproximação da Teoria da Atividade com o campo Saúde do Trabalhador. Nesse sentido, é importante ressaltar que, em relação ao campo Saúde do Trabalhador, consideramos que a corrente da MSLA é a mais avançada por partir da essência do trabalho no capitalismo para compreender o processo de saúde e doença e o desgaste do trabalhador. Por esse motivo, é a partir dela e com ela que pretendemos dialogar e contribuir nesse capítulo.

Discorremos também, que existe uma “parte” deste campo que tenta correlacionar o adoecimento psíquico com o trabalho, a subárea Saúde Mental e Trabalho, mas que, ao fazê-lo, incorre em vários problemas, os quais retomaremos brevemente aqui. Especialmente, com o intuito de nos diferenciarmos dela. Em outras palavras, para deixarmos claro nossa proposta, pretendemos contribuir aqui especificamente com o campo Saúde do Trabalhador e não com a subárea Saúde Mental e Trabalho, pois acreditamos que a sua própria existência como subárea decorre de inconsistências teóricas, as quais abordaremos brevemente a seguir.

Em primeiro lugar, consideramos que as principais teorias pertencentes a esta subárea centram sua análise na *aparência* do fenômeno, ao considerarem somente as *formas* como se configura o processo de trabalho atual (a mescla do taylorismo-fordismo com uma ampliação da forma toyotista de produção) e não sua *essência* (a forma mercadoria) e, ainda, analisam somente o nexos causal (trabalho-adoecimento psíquico), sem a devida explicação do fenômeno, isto é, suas conexões internas.

Para nós, esse fato decorre da insuficiência metodológica destas teorias, pois, para o materialismo histórico-dialético, a apreensão da realidade no pensamento não se dá de forma imediata, em contato com as manifestações mais aparentes da realidade. É necessário desenvolver um complexo de mediações teóricas extremamente abstratas para se chegar à essência do real. Ou seja, o conhecimento só ocorre como uma captação da essência da realidade objetiva, como reflexo dessa realidade no pensamento. (DUARTE, 2000)

Vimos também que, para analisar as implicações psíquicas da *forma* que o capitalismo atual assume, os autores da subárea Saúde Mental e Trabalho utilizam-se de teorias psicológicas de matrizes teóricas diversas, muitas vezes divergentes, tentando assim conciliar o *inconciliável*. Como, por exemplo, ao utilizar teorias de base idealista e outras de base materialista, em uma mesma análise. O que, como consequência, os fazem muitas vezes chegar a conclusões inconsistentes e, por vezes, ideológicas³⁶.

Além do que, ao tentar utilizar teorias para analisar somente o aspecto *psíquico* do problema, descolado de suas determinações *físico/biológicas*, segmentam a unidade dialética corpo e mente, ou melhor, descolam os processos psíquicos dos processos corporais ou fisiológicos.

Portanto, entendemos que não faz sentido uma subárea para compreender o processo de adoecimento psíquico pelo trabalho. Além do que, se isolar em uma subárea, só contribui para aprofundar o processo de “psicologização” dos problemas sociais, processo este característico de nosso tempo histórico (muito comum, inclusive, na Psicologia como ciência).

A Psicologia Histórico Cultural, coerente com o materialismo histórico-dialético, é monista, ou seja, afirma a unidade dialética corpo e mente³⁷. Por outro lado, tanto nosso corpo biológico quanto nosso psiquismo (como unidade) são determinados pelas relações históricas e sociais e não apenas pela natureza biológica.

³⁶ Ideologia é concebida como as ideias da classe dominante, que contribuem para justificar e naturalizar a ordem estabelecida, mantendo ocultos aspectos da realidade que possam levar à percepção das contradições sociais. Para Marx e Engels: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). Nesse sentido, a ideologia, como toda ideia, tem base no próprio real, mas coloca as ideias como autônomas em relação a esse real, servindo de base para construir um sistema teórico que camufla e justifica a dominação de classe. Chauí (1984) sistematiza as condições materiais para existência da ideologia. A primeira é a separação entre trabalho material e intelectual, a partir do que a humanidade pode supor que há uma independência entre as ideias e a realidade material. A segunda é a alienação, que torna objetivamente possível que a existência dos homens não *apareça* como produção humana. E a terceira é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre outra, já que a ideologia cristaliza em verdades a visão parcial do real da classe dominante. Ainda segundo Chauí, um traço fundamental da ideologia é de que toma as ideias como independentes da realidade histórica e social, como se as *ideias explicassem a realidade*.

³⁷ Ver mais em: TULESKI, S.C. **A unidade dialética entre corpo e mente na obra de A.N. Luria: implicações para a educação escolar e para a compreensão dos problemas de escolarização**. 363 páginas. Tese de doutorado. UNESP campus Araraquara. São Paulo. 2007.

Deste modo, para o MHD, o psiquismo humano pode ser entendido por sua concretude, como estrutura orgânica e como reflexo psíquico consciente da realidade. A PHC, ao se fundar no MHD, supera a dicotomia entre o fisiológico *versus* psíquico, presente na psicologia desde o seu início como ciência, compreendendo o psiquismo como material. Mas, ao empregar a dialética, compreendemos que para além de material, o psiquismo humano é também ideal, já que o reflexo psíquico consciente é a imagem do fenômeno. Por isso, o psiquismo humano é indissociável da atividade psíquica e de seu órgão material, o cérebro e sua atividade nervosa material sem, contudo, poder ser a este órgão reduzido. (MARTINS, 2001)

Por outro lado, como já vimos, a personalidade é uma formação integral de tipo especial, característica do gênero humano, cujas especificidades não são condicionadas pelo genótipo. Portanto, não se nasce com uma personalidade, ela se constrói ao longo da vida e a partir da atividade do indivíduo. Os processos nervosos humanos, o modo de funcionamento do sistema nervoso não é uma premissa para o desenvolvimento da personalidade. Ele se manifesta nas relações do indivíduo com o mundo e são essas relações que irão determinar o seu papel na formação da personalidade. Por exemplo, se um indivíduo nasce com uma doença congênita, não é a doença que irá determinar a personalidade, mas sim como este indivíduo irá se relacionar com o mundo a partir desta doença. Ou seja, são as relações sociais que irão determinar a personalidade e não uma dada característica inata. (LEONTIEV, 1978b) Por este caráter, tal concepção da personalidade exige que sejam superadas também as concepções que se centram na estrutura interna da personalidade, como é o caso das teorias psicanalíticas que influenciam a psicodinâmica do trabalho, importante corrente teórico-metodológica da subárea Saúde Mental e Trabalho.

A Medicina Social Latinoamericana explicita essa noção de totalidade ao longo da sua teoria, sintetizada no conceito de desgaste, já que para Laurell e Noriega esta é a perda da capacidade efetiva e/ou potencial biológica e psíquica. Ou seja, o processo de desgaste não é só físico ou só psíquico, ele é um todo. Afirmam essa totalidade também, quando conceituam o processo saúde e doença e a sua determinação social como momentos de um mesmo processo. Ou seja, a MSLA considera que o processo saúde e doença é um processo unitário que tem um caráter duplo – biopsíquico e social. Em que o *social* possui uma hierarquia diferente por seu papel na determinação do processo de saúde-doença.

Como já vimos no decorrer de toda nossa discussão, o trabalho é social, pois é realizado em determinado modo de produção, em determinadas condições que são definidas histórico-socialmente. Ao mesmo tempo, o trabalho é biopsíquico, pois implica em atividade neuro-muscular, psíquica, metabólica, envolvendo gasto de energia etc.

Por isso, compreendemos que o *sofrimento* é a expressão psíquica, afetivo-cognitiva, de uma experiência (vivência) sócio-histórica. Ou seja, para além do seu caráter psíquico constitui-se numa expressão de um processo de trabalho (histórico-social), que opera também sobre o corpo (biológico) e que por isso tem grande relação com o conceito de desgaste. Trata-se, então, de um modo de expressão singular da unidade constituída pelas relações entre o biológico, o psíquico e o social.

Por esse motivo, nessa pesquisa, apesar da ênfase no sofrimento do trabalhador, compreendemos que ele é parte de uma totalidade que é o processo de desgaste. Devido a isso não relacionamos aqui diretamente o processo de sofrimento com o processo de adoecimento psíquico. Acreditamos que o processo de sofrimento pode se *expressar* em doenças diversas, inclusive, em transtornos manifestamente “*físicos*”, devido a totalidade corporal e psíquica humana. Ou seja, a forma como *aparece* pode ser tanto física como psíquica, porém, surge como resultante da dinâmica interna biopsíquica em sua relação com a produção material, social, da vida.

O sofrimento é compreendido nesse capítulo como uma forma de expressão psíquica do trabalho alienado, sem sentido, que, estando vinculado às vivências pessoais, “surge” para cada indivíduo de formas diferentes ou com diferentes “tons” emocionais.

Adiante lançaremos hipóteses, a partir da Teoria da Atividade, para entender como essas duas “facetas” complementares do trabalho no capitalismo, isto é, sua *essência* e sua *forma* histórica, constituem o psiquismo do trabalhador. Isso porque consideramos que a forma mercadoria tem impactos profundos no psiquismo dos trabalhadores, mas alguns elementos da forma como essa atividade é realizada no contexto histórico atual também tem consequências psíquicas específicas. Ou seja, compreender a essência do capitalismo, a forma mercadoria, que se expressa como alienação, e é *sentida* pelo trabalhador como sofrimento. Bem como, compreender

aspectos da forma que o capitalismo assume hoje, e que trazem consequências para o psiquismo do trabalhador, *ampliando* o sofrimento.

4.1 O TRABALHO ALIENADO NO CAPITALISMO E O PROCESSO DE SOFRIMENTO DO TRABALHADOR.

Entendemos que a atividade é a categoria fundamental de análise, que se caracteriza como um *amálgama* que inclui a atividade da pessoa consigo mesma, a atividade de relações interpessoais e a atividade em relação à produção social inter-relacionadas. Na hierarquia de atividades, o trabalho como atividade principal (organizadora do desenvolvimento psíquico) do adulto e como a maneira pela qual o ser humano produz e reproduz a sua vida (sua atividade vital) é a atividade central na construção das dimensões objetivas e subjetivas humanas. Portanto, a esfera da atividade em relação à produção social (ligada à atividade consigo mesmo e de relações interpessoais) tem uma importância fundamental na constituição da subjetividade humana. (MARTINS, 2005)

Por esse motivo, entendemos que o trabalho é sempre uma atividade, mas nem toda atividade é trabalho. Para Martins e Eidt (2010), o trabalho social, como atividade vital humana, é:

[...] o processo por meio do qual se dá, em nível filogenético, a passagem do ser biológico para o ser sócio-histórico e em nível ontogenético, a possibilidade – mais ou menos plena – de objetivação da personalidade humana. (MARTINS E EIDT, 2010, p. 676)

A atividade humana é um movimento interno e/ou externo de mudança da realidade, que compreendem motivos e fins específicos. Porém, como vimos, o trabalho é a atividade vital exclusivamente humana que tem como finalidade produzir valores-de-uso, objetos úteis à vida humana, para si e/ou para outros indivíduos. Ou seja, a vida humana surge a partir do trabalho e só se mantém por meio dele. Por isso, o trabalho, como processo de produzir objetos úteis a vida humana, é um processo eterno e sempre será a principal atividade humana.

No entanto, como vimos no segundo capítulo, no modo de produção capitalista, o trabalho, além de produzir valores-de-uso, também tem como finalidade produzir valor. Neste contexto, o produto do trabalho toma a forma de mercadoria, a qual por sua vez se aliena de seu produtor. O trabalho no capitalismo confere características específicas à estrutura da atividade ao realizar o divórcio entre os homens e suas condições objetivas de existência, expressa em alienação.

Para Martins (2001), assim como para os autores fundadores da PHC, o estudo da atividade tem íntima relação com as dimensões psicológicas do trabalho, tanto em seu aspecto ontológico quanto histórico, já que:

[...] por meio do trabalho não só se criam os produtos da atividade dos indivíduos, mas também se formam suas capacidades, constroem-se conhecimentos, desenvolvem-se hábitos, enfim, produzem-se processos afetivos e intelectuais em diferentes níveis. (MARTINS, 2001, p.70).

Nesse sentido, o processo de trabalho também suscita nos trabalhadores reações emocionais e sentimentos que são mediadores da relação do indivíduo com o seu trabalho, que vão contribuir, ou não, para a construção do sentido pessoal relacionado à atividade. Deste modo, o processo de trabalho vai promovendo a apropriação de regras de conduta e de valores a ele relacionados, possibilitando ao trabalhador a construção da sua auto-imagem e a estruturação de traços de caráter, resultante da relação com sua atividade principal.

Entendendo a importância do trabalho para a construção do psiquismo e do ser humano como gênero, a análise do sofrimento pelo trabalho deve ir além de pensar somente que aspectos do “local” de trabalho produzem sofrimento. O trabalho é entendido como estruturado a partir de um dado modo de produção e por isso estruturante de todos os modos de vida. E, ainda, como a atividade do trabalhador para sua própria sobrevivência, por meio da venda da sua força de trabalho. E é nesses aspectos entrelaçados que deve ser compreendido.

Como vimos, a base da alienação está nas condições econômicas, ou seja, nas relações sociais de produção, e permeia toda a vida humana. Deste modo, o trabalho alienado não é o verdadeiro trabalho porque está destituído das propriedades humanizadoras desta atividade – ele é somente a “aparência” do trabalho ou, como vimos, trabalho abstrato.

Ao existir uma cisão entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho, a objetivação do trabalho humano é sempre apropriada pelo proprietário dos meios de produção. Desta forma, o trabalhador não tem acesso a sua objetivação, que é dele expropriada. Portanto, não se reconhece nela como seu produtor, e ela como sua criação. Além disso, o processo de produção é a alienação ativa, porque a sua exteriorização não lhe pertence, não é a satisfação de uma necessidade. Por isso se converte em *sofrimento*.

Isso ocorre porque o sentido do trabalho não está nele mesmo, mas em algo externo a ele. Ou seja, a necessidade fundamental do ser humano é a sobrevivência, portanto, na sociedade atual o motivo da atividade vital passa a ser o salário (já que não tem acesso ao produto do trabalho), que é a única forma que o trabalhador tem de sobreviver, ou seja, com a venda da sua força de trabalho. Portanto, o motivo do trabalho não se encontra nele mesmo, mas fora dele.

É o fato do trabalho no capitalismo ser, ao mesmo tempo, trabalho concreto – produtor de valores de uso (que representa a manifestação das capacidades humanas enriquecedoras do indivíduo e do gênero humano) - e trabalho abstrato (produtor de valor) - que faz com que seja trabalho alienado. O fato de ser trabalho abstrato não permite que o trabalhador garanta, a partir dele, a satisfação direta de suas necessidades, já que estas são externas ao conteúdo do trabalho. Com isso, ocorre um esvaziamento do conteúdo objetivo do trabalho. A atividade do indivíduo e o seu resultado se tornam alheios e o próprio ser humano se torna subordinado a sua criação – se coisifica, se tornando escravo do que ele próprio criou. (MARTINS, 2001)

Além disso, o ser humano está alienado do gênero humano, já que sua atividade vital é apenas um meio de vida para o sujeito, ou seja, sua vida genérica é convertida em meio de vida individual. Neste caso, o significado social do trabalho deixa de ser o desenvolvimento do gênero humano, porque os produtos da humanidade são apropriados privadamente, sendo fonte de lucro e não de desenvolvimento humano-genérico.

Portanto, para viver, para satisfazer suas necessidades vitais, o trabalhador tem que vender a sua força de trabalho, tem que alienar-se do e no trabalho. Como trabalho, a atividade vital é o conteúdo mais essencial da vida. Alienando-se do trabalho, os sujeitos se alienam do conteúdo da sua própria vida. É o capital que domina sua vida e o submete. (LEONTIEV, 1978a) O ser humano deixa de ser

sujeito e se torna objeto, pois perde o controle sobre a realidade que ele mesmo constrói, ficando sob o seu controle. Como consequência, todas as suas relações se tornam relações mercantilizadas, fetichizadas, inclusive a sua vida privada/cotidiana.

Deste modo, as relações de produção e a alienação irão determinar propriedades próprias à consciência humana na sociedade de classes. Ou seja, nas relações de classe, em que reina a alienação, a consciência se traduz por uma desintegração da sua estrutura geral já que há uma relação de alienação entre os sentidos e as significações. E esta marca vai caracterizar toda a estrutura psíquica nestas sociedades, uma vez que esta estrutura está fundada na estrutura da atividade vital humana. (LEONTIEV, 1978a)

Para Leontiev (1978a), a alienação tem por consequência uma discordância entre o resultado objetivo da atividade humana e o seu motivo, já que, para quem produz, o conteúdo objetivo da atividade produtiva não é o mesmo que seu conteúdo subjetivo. Ocorre que o resultado da atividade produtiva do trabalhador, não estando relacionado a um dado motivo, isto é, não sendo “motivado”, não corresponderá diretamente a satisfação de suas necessidades (lembrando que o motivo da atividade se produz no encontro da necessidade com seu objeto, tornado esta atividade objetivada, ou seja, orientada pelo objeto de uma dada necessidade). Desta forma, o que irá satisfazer sua necessidade será algo externo, alheio a própria atividade, ou seja, aquilo que comprará com seu salário. Assim, seu trabalho se transforma em qualquer coisa diferente do que é de fato. Por isso, o sentido do trabalho para o trabalhador não coincide com sua significação objetiva.

Para o trabalhador, pouco importa se produz tecido ou petróleo ou mesmo a significação que a produção destes bens tem para a sociedade. Seu conhecimento sobre seu trabalho fica restrito a efetuar as operações de trabalho, o necessário para poder trabalhar. Por isso, seu trabalho não tem o sentido (nem o sentimento correspondente) de produzir tecido, mas sim de ganhar um salário que lhe permita a sobrevivência.

Como o sentido da atividade vem do motivo desta e o mesmo está ligado a um fim, o que incita o trabalhador a trabalhar é o seu salário. Mesmo que o significado social desse trabalho seja, por exemplo, produzir tecido para as necessidades da sociedade de se vestir, se aquecer etc. Este significado não é oculto ao operário (cognitivamente), mas é estranho ao sentido (e ao sentimento) que o trabalho tem para ele.

Por isso, a grande maioria dos trabalhadores não escolhe o seu trabalho pelo conteúdo objetivo, social, da atividade, mas sim em razão do maior salário; de uma maior segurança para se manter no emprego (como por exemplo, o funcionalismo público); das maiores vantagens financeiras e de crescimento oferecidas; do maior status; de uma carga horaria de trabalho menor, com o mesmo salário etc. Ou seja, aspectos estes externos ao conteúdo objetivo de sua atividade. Nesse caso, a atividade em si não enriquece o trabalhador como indivíduo, como personalidade; não agrega elementos que dê sentido a sua vida. Assim, esta atividade pode se converter facilmente em labuta, trabalho imposto, obrigado.

Como vimos, os aspectos afetivo-emocionais estão ligados ao sentido da atividade, bem como à satisfação dos motivos e necessidades. Na ruptura entre sentido e significado, também se cria no psiquismo uma não coincidência entre cognição e afeto. Portanto, como as emoções estão relacionadas à satisfação dos motivos e necessidades, e o motivo do trabalho no capitalismo é o salário, uma atividade em que o sentido não está nela mesma, na maioria das vezes, não trará satisfação (emoções positivas) e sim sofrimento. Ainda mais se a recompensa financeira (o salário) não for o suficiente para manter dignamente a vida desse trabalhador ou mesmo para que possa satisfazer outras necessidades que a própria sociedade produz.

Deste modo, o salário, como fim do trabalho (que se torna meio, já que o trabalhador tem que trabalhar para viver), permite apenas (quando permite), para a grande maioria dos trabalhadores, satisfazer suas *necessidades naturais*, que são aquelas que conduzem diretamente a manutenção da sua vida (comer, morar, vestir). Deste modo, além de carecer de sentido, o trabalho ainda é fonte de frustração, já que os indivíduos trabalham, mas não podem, com o seu salário, satisfazer suas *necessidades superiores* (necessidades materiais e espirituais superiores), criadas pelo gênero humano e apropriadas pelo capital como mercadoria.

Além disso, para Martins (2001), a desarticulação entre atividades e motivos cria condições internas para que o ser humano viva fragmentariamente, impulsionada por motivos-estímulo, em detrimento dos motivos vitais.

O atendimento prioritário aos motivos estímulos, atendimento este determinado na maioria das vezes pela luta pela sobrevivência,

acaba por apresentar os fatos existentes como se fossem casuais, fortuitos, independentes das atividades que são implementadas e de seus motivos, determinando uma relação essencialmente espontânea para com o mundo e para com a própria pessoa. (MARTINS, 2005, p. 134)

Para Leontiev (1978a), todos esses elementos se expressam na vida do trabalhador do seguinte modo: o trabalho existe para o trabalhador de dupla forma, negativa e positiva. Negativa, porque o trabalho lhe toma (rouba) uma parte da vida, já que não consegue viver no trabalho. Assim, sua vida começa quando sai do trabalho e pode se divertir, ter prazer, descansar etc. Positiva, porque no trabalho ele adquire conhecimentos, hábitos, habilidades que são necessários para efetuar seu trabalho, enriquecendo a sua vida como um todo, com um conteúdo novo, apesar de limitado.

Explorando um pouco mais o aspecto negativo que Leontiev atribui ao trabalho, vemos que, no contexto capitalista, esse trabalhador trabalha para viver, mas só vive depois que sai do trabalho. Contudo, será que fora do trabalho esse trabalhador consegue, de fato, se realizar, viver, enriquecer a sua personalidade? Como vimos na introdução, várias teorias psicológicas justificam que é a vida pessoal, as relações pessoais, familiares etc., que determinam o adoecimento do indivíduo. Consideramos que sim, a vida pessoal tem interferência no processo de sofrimento do trabalhador, mas **não** pelos motivos colocados pelas teorias psicológicas (as relações familiares, fatores genéticos, vícios etc.), mas sim porque a vida cotidiana está determinada pelas mesmas relações sociais de produção. Pelas mesmas relações que perpassam as relações de trabalho.

Como nas relações sociais de dominação, em que os processos de apropriação e objetivação são alienantes e alienadas, a particularidade, a cotidianidade, isto é, as atividades cotidianas, tornam-se a afirmação da própria vida, constituindo-se no eixo a partir do qual o ser humano organiza a sua vida como um todo. Porém, essa particularidade também é alienada e produz a negação e a supressão da relação consciente com a vida social, dando lugar a uma existência espontânea, que, por sua vez, é ideologicamente imposta e aceita. (MARTINS, 2007)

Para Antunes e Alves (2004), o “tempo livre” é instigado a ser gasto no consumo, com um amplo domínio do capital na vida fora do trabalho, processo este que coloca obstáculos ao desenvolvimento de uma subjetividade autêntica, ou seja,

uma subjetividade capaz de aspirar a uma personalidade não mais particular nem meramente reduzida a sua particularidade. A alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades.

Deste modo, para Martins (2005), a vida cotidiana reflete o sistema de produção social, já que “a economia doméstica reflete a economia política” (p. 136) e as relações interpessoais fora do trabalho acabam refletindo as relações dentro do trabalho. Dito de outro modo, todas as relações sob o capital são mercantilizadas.

Por outro lado, para a autora, não é na vida cotidiana que o indivíduo irá se apropriar das (tornar suas as) forças produtivas mais desenvolvidas do gênero humano, capazes de desenvolver suas capacidades individuais. É isso que Leontiev quis dizer como a forma *positiva* do trabalho, ou seja, ela está relacionada com caráter formador do psiquismo a partir do trabalho no âmbito dos conhecimentos, habilidades, hábitos. Porém, sob o capital, as capacidades do trabalhador desenvolvidas no trabalho acabam sendo limitadas ao emprego da sua força de trabalho, as tarefas específicas que realiza. Ou seja, no capitalismo, as capacidades (que são importantes para o processo de personalização) são deformadas, pois só se desenvolvem como força criadora aquilo que interessa ao processo de trabalho sob a lógica da produção e reprodução do capital (desenvolvimento unilateral).

O fato de a cotidianidade ser a única “forma de viver”, faz com que ocorra uma inversão na hierarquia das necessidades. Ou seja, as necessidades naturais humanas estão *acima* das necessidades superiores humanas. Esta inversão decorre do fato de que, os trabalhadores estão limitados a satisfazer necessidades voltadas para o consumo e não as necessidades que enriquecem o ser humano como gênero. Nesse sentido, limitando o seu pleno desenvolvimento.

Como vimos, a alienação é um processo tanto passivo, ou seja, exercido de fora, a partir das relações objetivas do indivíduo, quanto ativo sendo efetivada pelo próprio sujeito. Desse modo, envolve o indivíduo em todas as situações e, ao ser refletido na consciência, produz uma negação da relação consciente com a vida. No lugar da relação consciente, os indivíduos passam a ter uma relação espontânea com a vida que é socialmente imposta e reforçada pela ideologia.

Para Martins (2007), o fato de inexistir uma relação consciente entre atividades e motivos, faz com que se tenha uma vivência inadequada com a

realidade objetiva. Acreditamos que no contexto do trabalho essa ausência de uma relação consciente entre a atividade e os motivos da atividade, bem como as relações de alienação presentes no trabalho, se tornam vivências inconscientes (não conscientes) reforçadas por uma ilusão ideológica que justificam a realidade de maneira a naturalizá-la e generalizá-la.

Sève afirma que a expressão do inconsciente (ou não consciente) se dá por meio de “(...) uma interpretação mistificada de uma realidade cuja verdadeira natureza permanece por compreender, aprisionando, assim, o homem dentro de uma ilusão, da alienação e da dependência”. (SÉVE, 1979, p. 493) Assim, a ausência de uma relação consciente com a sua atividade, faz com que o trabalhador *naturalize* as relações de trabalho postas na sociedade capitalista, em que o trabalho assume o aspecto de labuta, trabalho imposto, tomando-as como universais e imutáveis.

Pela existência da alienação no trabalho, as necessidades do trabalhador não coincidem com aquilo que produz, bem como o salário que recebe não corresponde ao seu trabalho realizado. Como o trabalho deixa de ser manifestação do indivíduo, sua autodeterminação, isso irá trazer marcas na sua personalidade, pois se não é uma atividade criadora, também não pode ser uma atividade autocriadora. Assim, sua própria personalidade se converte em mercadoria ao ser condicionada pelo valor de troca. (MARTINS, 2001)

Segundo Martins:

A personalidade alienada, ou a alienação em seus níveis psicológicos, expressa-se como se fosse um duplo da pessoa, que pouco a pouco ocupa seus gestos, suas reações, seus pensamentos e sentimentos, gerando a muda aceitação, a resignação e o conformismo da pessoa ou o seu fracasso, expresso em diferentes formas de sofrimento psicológico. (MARTINS, 2007, p. 133)

Neste caso, o que a autora afirma é que a alienação, subjetivamente, pode se expressar em sofrimento psicológico. Por isso, a resignação, a subordinação, o conformismo são expressões psicológicas do trabalho alienado.

Martins (2007) apresenta³⁸ cinco formas de expressão da alienação que descrevem processos psicológicos, afetivo-cognitivos, ou seja, que aparecem como

³⁸ Essa análise é sintetizada por Martins, a partir de uma discussão que Maritza Monteiro faz de uma categorização realizada por Seeman, dos sentidos atribuídos ao conceito de alienação em diversas

formas subjetivas decorrentes da materialidade da alienação na sociedade. São elas:

O sentimento de “*falta de poder*” ou de “*impotência*”, em que o indivíduo alienado não se sente capaz de gerir sua própria vida, seu próprio destino. Esse sentimento é consequência de uma série de situações de inibição, proibição, pressões que os trabalhadores são expostos continuamente na sua vida. Ele decorre do fato de que, com a alienação do produto e do processo de trabalho, o trabalhador acaba por ser alienado dos seus meios de decisão, já que não tem controle sobre o seu trabalho e a sua vida.

O “*sentido do absurdo*”, que advém de uma baixa expectativa, por parte do indivíduo trabalhador, de poder estabelecer, de modo satisfatório, relações entre suas atividades e seus resultados, ou seja, pela impossibilidade de previsão de suas próprias ações. Com isso, os indivíduos adquirem certo desapego na sua relação com o meio, culminando no seu isolamento e incentivando fantasias como, por exemplo, idealizar projetos que não são seguidos de ações concretas. As relações nas quais os indivíduos estão inseridos são tão complexas, para eles, que se tornam incompreensíveis e, por isso, são *simplificadas* para permitir sua compreensão. Essa simplificação faz com que a realidade seja deformada, entendida a partir das suas relações mais aparentes, e o indivíduo a elas mais subordinado.

O “*isolamento*”, que é uma forma de expressão da desesperança, por conta de que os grupos e a sociedade vão se tornando cada vez mais alheios, distantes do indivíduo. Processo este decorrente da alienação do ser humano dos outros seres humanos.

O isolamento está ligado ao “*auto-estranhamento*” relacionado à dependência da atividade em relação a recompensas situadas fora dela, à perda de sentido no seu trabalho por conta da incapacidade do indivíduo para encontrar auto-recompensas. Isso produz uma seleção “cega” da experiência em relação aos valores, normas, significados e sentidos e pode contribuir para produção da quinta expressão da alienação que seria a “*anomia*” ou “*ausência de normas*”. Essa característica psicológica é resultante de um distanciamento do indivíduo em relação

teorias sociológicas. Acreditamos que a apropriação realizada por Martins nos dá uma boa descrição das expressões psicológicas advindas da alienação, tal qual elaborada pelo marxismo. Para saber mais vide: MONTEIRO, M. Ideologia, alienación e identidad nacional: una aproximación psicossocial al ser venezolano. Caracas. Universidad Central de Venezuela. 1984; bem como SEEMAN, M. On The Meaning of Alienation. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2088565?uid=2&uid=4&sid=21102447581857>

à sociedade, resultante de situações de opressão, que ao serem vivenciadas cotidianamente se tornam insuportáveis para o indivíduo, levando ao rompimento de vínculos com a sociedade em que vive.

Para Martins (2007), essas expressões psicológicas da alienação têm como maior consequência o escamoteamento da verdadeira “essência” humana, que seria a realização do indivíduo nas relações sociais, na história, e desse modo, em sua genericidade. Ao invés disso, a coerência psicológica dos indivíduos é dissolvida e, como consequência, sua individualidade se converte em *individualismo*.

Compreendemos, portanto, que as características psíquicas descritas acima são decorrentes do trabalho alienado no modo de produção capitalista. Dentro desse modo de produção, o sentido do trabalho sempre será externo ao mesmo, pois, o trabalho sempre será alienado. Uma vez que essa é uma característica que está na essência desse modo de produzir a vida. Porém, as formas que o processo de trabalho assume historicamente, também tem impacto no psiquismo dos trabalhadores, pois, modificam a atividade do trabalhador, ainda que as contradições do capitalismo permaneçam e, ainda, se aprofundem. No próximo item, iremos explorar algumas hipóteses do sofrimento pelo trabalho, originado a partir da atividade no contexto da reestruturação produtiva, como forma de gestão do capital no momento histórico atual.

4.2. A ANÁLISE DA ATIVIDADE NA FORMA DE GESTÃO TOYOTISTA E O SOFRIMENTO DO TRABALHADOR.

O objetivo do capital é sempre ampliar a extração de mais-valia e, em razão disso, tende sempre a organizar o processo de trabalho de forma que consiga essa ampliação. Já vimos que o toyotismo (reestruturação produtiva ou gestão flexível) é uma forma de organização do trabalho sob o capitalismo, que mantém, portanto, a essência desse modo de produção, por mais que em sua aparência e forma de organização exija diferentes (mas nem tanto) meios de subsunção do trabalho ao capital. Nesse sentido, o impacto dessas novas formas deve ser estudado sem que percamos de vista a essência do fenômeno, ou seja, devem ser analisadas entrelaçadas com elas. Desse modo, a alienação está presente na essência das

relações e, por isso, deve ser analisada e estar presente em qualquer análise sobre o psiquismo nesse modo de produção.

Em outras palavras, ao analisar a base material capitalista temos que levar em consideração as dimensões estruturantes e de forma, já que os estágios de subsunção do trabalhador ao capital se alternam e se sucedem de forma espiralada, nunca idêntica. Portanto, a base material *é e não é* a mesma, assim como a forma de subsunção do trabalhador.

O chamado toyotismo é uma forma de gestão do capital que coexiste com formas anteriores, porém com tendência a generalização. Como forma de organizar a atividade de trabalho (pessoas e processos), caminha no sentido de conseguir um envolvimento psíquico dos trabalhadores cada vez maior, ao mesmo tempo em que intensifica a exploração do trabalho, aprofundando os processos de alienação. No Brasil, o processo é novo, mas já observamos a sua generalização e as consequências para o processo saúde e doença dos trabalhadores, bem como para sua organização como classe.

Esta forma de gestão do capital tem como objetivo central ampliar a mais-valia relativa e o faz por meio de três estratégias principais: produzindo conforme a demanda, ampliando o uso da tecnologia e informatização e reduzindo o trabalho improdutivo. Como vimos, para alcançar esses objetivos necessita de um novo tipo de trabalhador que seja também *flexível*, tanto nos aspectos relativos ao processo de trabalho quanto referentes ao seu psiquismo e a sua vida cotidiana. Acreditamos que a exigência de flexibilidade seja uma das principais características desse modo de gestão e também uma das chaves para compreender a ampliação do sofrimento do trabalhador inserido nesse contexto.

Para compreender como ocorre o processo de ocultamento da alienação por meio da cooptação emocional dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que há um aumento da exploração da força de trabalho, iremos utilizar algumas categorias da Teoria da Atividade para levantar hipóteses sobre este processo.

Como vimos no capítulo anterior, alguns motivos podem ter a função de gerar sentido ao impulsionarem a atividade, a saber, os motivos geradores de sentido. No trabalho sob o capitalismo, o motivo gerador de sentido na atividade do trabalho é o salário, ou seja, a recompensa material necessária a sobrevivência do trabalhador, sendo, portanto algo externo, deslocado do conteúdo da sua atividade.

Porém, no trabalho que se organiza sob a gestão toyotista, além do motivo gerador de sentido (salário), outros motivos – motivos-estímulo – são produzidos em maior intensidade no interior desta atividade. Como vimos, os motivos-estímulo coexistem com os geradores de sentido, mas eles apenas *estimulam* a atividade, carecendo da função de gerar sentido. Por isso são acompanhados de vivências intensamente emocionais e afetivas. Ou seja, apesar de não modificarem o sentido da atividade, produzem nela estimulações positivas ou negativas, acompanhadas por vivências emocionais.

Dentre os diversos elementos do processo de trabalho que são implementados como motivos-estímulos, para potencializar a produtividade do trabalhador, podemos citar, como exemplo: a produtividade por metas; o trabalho em equipe; o trabalho em casa (home-office); o chamado “empowerment” (descentralização dos poderes no trabalho, expresso por uma suposta maior participação, autonomia de decisões e maior responsabilidade); os treinamentos atitudinais (muito mais do que voltados a técnica ou a transmissão de conteúdos); a vivência “familiar” entre os colegas de trabalho; o envolvimento da sua família através de artifícios como os “clubes da empresa”; os benefícios (convênios) e descontos em empresas “parceiras”; o lazer misturado ao trabalho; entre muitos outros que mudam de empresa para empresa³⁹. Estes motivos-estímulo estimulam o trabalhador a trabalhar e constituem a base material da “cooptação” emocional do trabalhador.

³⁹ Com base na prática e na literatura, vemos que o Toyotismo inaugura uma variedade de motivos-estímulo para o trabalhador, algumas das quais cito aqui, mas que não conseguiremos entrar em detalhes devido ao objetivo da dissertação. Trabalho em equipe: ao criar círculos de trabalhadores à empresa consegue com que se crie um sentimento de pertencimento ao adquirir uma relação pessoal com os colegas, o fazem também dividindo o mesmo espaço físico (o que facilita o controle de um trabalhador sob o outro) e ainda competições entre as equipes, com gritos de guerra, jogos, atividades lúdicas etc. aumentando o sentimento de pertencimento e, simultaneamente, de competição. Possibilidade de participação no trabalho: que se dá através da participar das decisões, dar sugestões, falar com níveis hierárquicos mais altos (até com o presidente da empresa), possibilidade de colocar gostos pessoais e dar sugestões de em que setor gostaria de trabalhar. Por meio dessas possibilidades a empresa consegue um duplo resultado: o trabalhador se sente participando, se sente “ouvido” e ao mesmo tempo ela consegue se apropriar do seu conhecimento voltando-o para o aperfeiçoamento da produção. Através do envolvimento da sua vida cotidiana: com a empresa realizando através de participação nos clubes da empresa, churrasco, confraternizações, academia etc. Da possibilidade de crescimento dentro da empresa, dando mais oportunidades aos “mais esforçados”, ou seja, os trabalhadores que se dedicam mais a empresa. Treinamento: realizado em hotéis, clubes, em que o objetivo é passar os valores empresariais. Uma variedade de benefícios como: vale creche, vale farmácia, alimentação, plano de saúde, comprar mais barato as mercadorias produzidas na fábrica, pagamento de cursos, faculdade (ao não serem incorporados ao salário fazem com que o trabalhador fique ainda mais vinculado à empresa) e até a venda de ações da empresa para os trabalhadores, fazendo com que eles se sintam também “donos” da empresa.

Deste modo, essa forma de gestão tenta de várias maneiras “trazer o sentido para o trabalho”, ainda que este nunca esteja vinculado com seu conteúdo, pois esta é uma contradição própria do trabalho no capitalismo. De qualquer forma, tenta produzir este efeito, ao atuar na hierarquia de necessidades, ou seja, vinculando o trabalho à satisfação de necessidades, que antes estavam relacionadas à esfera extra-trabalho, trazendo-as para o interior do processo produtivo. Como, por exemplo, necessidades humanas de encontrar amigos, ter relações pessoais, se alimentar, ser “ouvido”, brincar, jogar, entre outras. Essas “novas” necessidades no contexto de trabalho é que irão formar os motivos-estímulo, se consolidando como cooptação emocional, constituindo assim uma nova forma de envolvimento, que tem por efeito produzir uma vinculação afetiva, porém alienada, do trabalhador com seu trabalho. Com essas estratégias conseguem até mesmo, nos casos extremos, disfarçar o trabalho, transformando-o em algo que parece não ser mais trabalho. Se o trabalho não tem sentido, é labuta, e isto pode impactar no desempenho do trabalhador, transformam-no em outra coisa, diluindo-o em um conjunto de atividades de natureza distintas.

Em suma, estas estratégias têm como consequência produzir o que se constitui como a intencionalidade central do capital: o incremento do desempenho do trabalhador e o aumento da sua produtividade, bem como a diminuição de movimentos de contestação relacionados às condições de trabalho.

Lembremos que as vivências emocionais estão ligadas a relação entre as necessidades e os motivos da atividade para o sujeito. Deste modo, elas podem tanto auxiliar a atividade, a estimulando, quanto desorganizá-las. Ou seja, a cooptação emocional, efetivada a partir das novas necessidades e dos novos motivos-estímulo no interior da atividade produtiva, tem grande efetividade, já que as emoções influenciam muito na regulação da atividade e da conduta dos sujeitos. Por outro lado, devido ao fato de que os motivos-estímulo apenas estimularem a atividade de trabalho, não fornecendo um sentido para ela, as vivências emocionais podem se tornar sofrimento para os sujeitos, quando estes estímulos cessam ou não correspondem às verdadeiras necessidades do sujeito, ou seja, quando as necessidades não encontram seus objetos, não transformando-se em motivos.

Por outro lado, como os motivos-estímulo não modificam o motivo principal da atividade de trabalho do trabalhador (o salário), participam da hierarquia de motivos (que é fundamental para o processo de personalização) apenas na forma de

motivos particulares ou estreitos. Ou seja, alcançar as metas, se relacionar, brincar etc. Para Leontiev (1969), os motivos particulares atuam durante pouco tempo e sobre circunstâncias diretas, ou seja, na medida em que desaparece o que estimula diretamente a atividade (os motivos-estímulo), resta apenas ao trabalhador o motivo principal de sua atividade ou o motivo formador de sentido: receber o salário para manter sua sobrevivência. Tal fato também está relacionado à perda de interesse pelo trabalho, quando cessam os motivos-estímulos ou eles perdem seu efeito estimulador.

Deste modo, por não ter um sentido ligado ao conteúdo do trabalho, ou seja, por ser alienada, a atividade do sujeito não pode enriquecer ou melhorar seu conteúdo, sendo assim sentida, na maioria das vezes, como uma carga para o sujeito, uma obrigação. Como consequência, ainda, a hierarquia de motivos se torna frágil e ineficaz para estruturar a personalidade do trabalhador com base em sentidos mais gerais e amplos.

Além disso, como já dito, a própria desarticulação entre o conteúdo da atividade e o seu motivo, faz com que os indivíduos vivam prioritariamente de acordo com os motivos-estímulo, em detrimento dos motivos vitais. Isso ocasiona uma fragmentação da personalidade, que é reforçada por esse modo de gestão do capital. Dito de outra forma, ao ampliar e amplificar os efeitos dos motivos-estímulo no interior da atividade produtiva, esse modo de gestão reforça ainda mais o atendimento prioritário aos motivos-estímulo pelos sujeitos, ampliando a relação espontânea (alienada) que os indivíduos têm com o mundo.

Além da ampliação dos motivos-estímulo, vimos que a gestão toyotista exige que o trabalhador seja *flexível*.⁴⁰ Essa flexibilidade está relacionada ao *processo de trabalho*, que é flexível e exige uma diversificação das ações no interior da atividade do trabalhador. Para dar conta dessa demanda, exige também, uma “nova” *dinâmica psíquica* desse trabalhador, por meio da conformação de hábitos, habilidades, capacidades e mesmo caráter, voltados à produção. E ainda, abrange de uma nova forma a *vida cotidiana* do trabalhador, que também tem que ser flexibilizada para

⁴⁰ Ressalte-se que o discurso empresarial atual e mídia, de modo geral, valoram positivamente (ideologicamente) a flexibilidade, o comportamento flexível, tornando-a, além de tudo, um novo lema, um novo objetivo para o trabalhador: ser flexível.

priorizar a atividade produtiva. Iremos abaixo, explorar segundo a Teoria da Atividade cada um desses pontos⁴¹.

Em relação à diversificação de ações. Ao analisarmos o trabalho em relação ao seu motivo ele *aparece* como atividade, mas quando o vemos relacionado a um fim ele *aparece* como um conjunto ou cadeia de ações. Como vimos, a ação é um processo subordinado ao fim. Elas estão ligadas ao motivo, mas apenas indiretamente já que possuem fins parciais. A gestão toyotista diversifica essa cadeia de ações para chegar ao fim desejado no interior da atividade do trabalhador. Ou seja, na gestão taylorista/fordista o trabalhador tinha um número limitado de ações no seu trabalho, ações repetitivas, como, por exemplo, apertar parafusos durante toda a jornada de trabalho. O que, de fato, implicava um grande empobrecimento da atividade e vinha ao encontro à concepção de Taylor sobre o trabalhador como sendo um “macaco amestrado”.

Porém, na gestão flexível, a atividade de trabalho vai se caracterizar como uma cadeia de diversas e diferentes ações, se complexificando (no discurso administrativo em voga, “enriquecendo-se”). Por exemplo, o trabalhador que antes tinha que operar uma só máquina (essa era sua ação) hoje tem uma variedade de ações no processo de trabalho como: operar as máquinas 1, 2, 3, 4, 5, (como vimos a média é cinco máquinas por trabalhador); cuidar do controle de qualidade da mercadoria produzida (o produto imediato do trabalho, mesmo que parcial, é sempre visto como uma mercadoria, ainda que uma mercadoria apenas para o próximo seguimento da linha de produção e, por isso, deve ter qualidade); ver se a equipe está cumprindo as metas; entre outras.

Além de ter várias ações (muitas vezes independentes entre si), como depende da demanda, que é *flexível*, suas ações passam também a ser flexíveis. Ou seja, o trabalhador não tem controle sobre (não sabe) as ações que irá realizar naquele dia. Disto advém uma das características essenciais de sua flexibilidade: o trabalhador tem que estar preparado para se adaptar rapidamente e realizar ações que sejam demandadas pela empresa a qualquer momento.

⁴¹ Essa divisão em “três características” do trabalhador flexível tem uma função didática, para melhor compreensão do fenômeno. Entendemos que estas características ocorrem em unidade e estão ligadas à mesma atividade de trabalho. Ou seja, ao agir em determinado processo de trabalho, o trabalhador desenvolve determinadas características psíquicas, que, necessariamente, tem impacto na totalidade da sua vida, dentro e fora do trabalho.

Para Leontiev (1978b), uma atividade tem uma série de fins concretos, os quais possuem uma ligação entre si. Para que atividade promova um desenvolvimento humano superior, os fins particulares devem estar ligados a um fim geral que realiza um motivo e que, na consciência, se converte em um motivo-fim. Ao que nos parece, a gestão toyotista produz e estimula uma diversificação de ações no interior da atividade de trabalho dos trabalhadores, ações estas que, por serem flexíveis, não se encontram diretamente ligadas entre si. Ou seja, em um determinado dia o trabalhador tem que operar tal e tal máquina; no outro dia, outra máquina. Hoje uma tarefa; amanhã outra. Hoje tarefa é realizada assim; amanhã, a mesma tarefa, é realizada de outra forma. O que dita o encadeamento de ações são as necessidades da produção, ditadas pela demanda externa, de consumo. Que, por sua vez, possui uma dinâmica alheia ao trabalhador, da qual ele não tem controle e nem pode compreender. Deste modo, as ações de trabalho têm fins particulares que não correspondem ao fim da atividade, o que produz uma atividade ainda mais fragmentada, acentuando-se com isso os processos de alienação.

Contrariamente ao discurso administrativo em voga, disto decorre uma maior falta de controle dos trabalhadores sobre o seu trabalho, já que o controle é a ele externo (conforme as demandas de produção). O que, é claro, consiste em uma característica do trabalho sobre o capitalismo, que neste novo contexto se acentua.

Quando o fim da ação é uma meta a ser alcançada, ela é quem dá orientação à ação, ou seja, o fim não é o produto do trabalho em si, mas a sua produtividade. Quando o trabalhador ou a equipe de trabalho atinge essas metas, alcança o fim imediato da sua ação, estabelecendo o vínculo com o motivo da atividade. Em outras palavras, quando existe recompensa salarial por atingir as metas, ela é quem atribui sentido para a ação, sentido este alienado, pois corresponde a algo externo ao objeto de trabalho. Ou seja, a necessidade de atingir as metas ainda está ligada a necessidade de sobrevivência e não a uma necessidade superior (de realização pessoal, por exemplo).

Porém, quando não alcançada às metas (que geralmente são inatingíveis) isso implica que a ação não encontre seu fim. Acarretando um aprofundamento da alienação e aumentando as expressões psicológicas ligadas a ela, como: frustração, raiva, medo, impotência, culpa, que pode acarretar em isolamento e ainda auto-estranhamento.

Por outro lado, como o trabalho é realizado em equipe, quando um membro da equipe “não dá conta” de alcançar o fim de sua ação particular (ligada a necessidade da equipe de atingir a meta), todo o resto da equipe sofrerá as consequências. Ou por ter que assumir a sua ação (com intensificação do trabalho dos outros trabalhadores da equipe), ou por ser “penalizada” por não alcançar as metas, não recebendo a gratificação esperada, por exemplo. Isso fornece a base material para a culpabilização do indivíduo por não “dar conta” do seu trabalho. Essa culpabilização é vinculada tanto pelos colegas de trabalho, quanto por si mesmo, como auto-culpabilização. Com o trabalhador individualmente sendo culpabilizado (e sentindo culpa), produz-se um terreno fértil para prática do assédio moral, ou seja, para “eliminar” (isolar) o trabalhador que não está “dando conta” de atingir o fim da sua ação. Isso gera um círculo em que o assédio tem efeito desejado já que acaba sendo *afirmado* pelo restante da sua equipe e pelo próprio trabalhador que sofre o assédio. O que, por sua vez, certamente trará um aprofundamento dos sentimentos relacionados à alienação, principalmente os sentimentos de impotência e isolamento.

A diversificação das ações no interior do processo de trabalho, associadas ao fim de alcançar metas, faz com que o trabalho seja intensificado qualitativamente e quantitativamente (principalmente quando há um aumento da demanda), tanto em relação ao aumento do ritmo e dos movimentos do trabalhador, quanto em relação ao aumento da sua jornada de trabalho para dar conta da demanda (como horas-extras e/ou banco de horas, ou levar trabalho para casa, dependendo da natureza da atividade realizada). O que acarreta para o capital um aumento da extração da mais-valia absoluta e para o trabalhador um aumento das cargas de trabalho e, conseqüentemente, do seu desgaste.

Essa intensificação se expressa muitas vezes na exigência da alternância em turnos, modalidade esta determinada pela flexibilidade. Para atender a demanda, o trabalhador é solicitado a comparecer no turno em que tenha a maior exigência de produção. Para Laurell e Noriega (1989), a alternância em turnos é uma carga fisiológica que provoca a ruptura dos ritmos fisiológicos básicos, mas as questões envolvidas por essa dinâmica de troca aleatória de turnos é mais profunda. Do ponto de vista emocional, o sujeito tem sua vida particular abalada já que muitas vezes não consegue acompanhar o tempo de vida da sua família e amigos. Ou seja, enquanto está trabalhando, os outros estão dormindo ou desenvolvendo outras

atividades ligadas a vida cotidiana. Com isso, o ritmo do trabalho entra em descompasso com o ritmo de vida, familiar, social e cultural, aprofundando o sentimento de isolamento desse trabalhador.

Outro aspecto importante a se considerar em relação à problemática em causa é questão dos componentes das ações: as *operações*. Vimos no terceiro capítulo que a atividade é composta por ações que por sua vez é composta por operações. As operações são as maneiras de realizar uma ação em condições específicas. Ou seja, os procedimentos operacionais são condicionados pelas condições objetivas presentes na atividade. No trabalho, as ações são ‘o *que*’ o trabalhador vai realizar (seu conteúdo) e as operações o ‘*como*’ fazer, ou seja, a técnica.

Uma das discussões realizadas no campo da Saúde do Trabalhador, para ressaltar o caráter de sofrimento do trabalhador, consiste na diferença entre trabalho prescrito e trabalho real. O trabalho prescrito é o “como fazer” mediante as prescrições fornecidas pela empresa, através de normas e regulações. O trabalho real é a prática dessas prescrições, como de fato são efetuadas, já que em condições concretas nunca ocorrem como o que foi normatizado. Ou seja, todo trabalho tem uma prescrição de *como* deve ser realizado, só que na prática o trabalhador não encontra as condições ideais prescritas. Neste caso, comumente, ele tem que *improvisar*, chegar ao fim com procedimentos/operações que ele “cria” na hora. Isso pode ter pelo menos duas consequências.

Se conseguir realizar as ações, ou seja, a partir de um esforço criativo supera as condições postas e consegue realizar seu trabalho, este pode ser fonte de satisfação (ainda que momentânea). No entanto, se a limitação de possibilidades de executar o trabalho real se torna frequente, ou seja, a falta de condições de realizar as operações de trabalho, a ponto de não conseguir realizar as ações e, portanto a sua atividade, pode se tornar seu contrário – ser fonte de sofrimento.

Como sabemos, quanto menor o conhecimento do trabalhador sobre o seu processo de trabalho, menor a possibilidade de ele ser criativo no trabalho. O conhecimento se refere tanto à apropriação da técnica de trabalho, quanto à experiência adquirida com a prática no trabalho. Em um trabalho em que exista grande rotatividade e o trabalhador tenha um conhecimento técnico limitado, às chances de não ter êxito no trabalho real é muito maior e por isso pode ser potencialmente fonte de sofrimento.

Poderíamos pensar que uma maior variedade de ações poderia resultar em uma maior possibilidade de trabalho criativo (e alguns autores não marxistas assim o defendem); e é certo que a gestão flexível propicia a formação de capacidades, hábitos e habilidades qualitativamente diferentes da gestão taylorista/fordista. Porém, em um contexto de diversificações de ações, muitas vezes de forma exagerada e imprevisível, a probabilidade das operações criadas na execução do trabalho real darem errado é muito maior, o que desencadeia um maior potencial de frustração do trabalhador com o seu trabalho.

Neste ponto, cabe analisar a “segunda característica” que é exigida do trabalhador flexível, ou seja, uma “nova” conformação do seu psiquismo para se adaptar a “nova” organização do trabalho.

É importante destacar novamente que o trabalho sob o capitalismo sempre terá a finalidade de obtenção de valor, de ampliação da mais-valia, por isso sempre será alienado, limitando o pleno desenvolvimento do trabalhador. Ou seja, as capacidades do ser humano, importantes para o seu processo de personalização, são deformadas, já que não correspondem à efetiva utilização de todas as suas forças criadoras e em toda sua plenitude. As capacidades dos trabalhadores, bem como o desenvolvimento de seus hábitos e habilidades, estão ligadas apenas as capacidades e habilidades no e para o trabalho. Ou melhor, para o conjunto de ações que diariamente realiza em seu trabalho. O que tem como consequência o desenvolvimento de uma personalidade apenas ligada ao *ser trabalhador* (em relações sociais capitalistas) e, portando, apartada do desenvolvimento integral do gênero humano.

Por sua vez, a gestão toyotista exige, cada vez mais, capacidades que tenham ligação direta com o desenvolvimento do trabalho, leia-se, o trabalhador flexível e polivalente. Para melhor “eficácia” desse trabalhador são necessários um conjunto de hábitos e habilidades inespecíficas e flexíveis, para que possa operar várias máquinas, mudar de função rapidamente e adaptar-se ligeira e facilmente as técnicas em constante evolução. O trabalhador especialista continua cindido, longe da prática, e o trabalhador que opera as máquinas, distante da lógica do seu trabalho (aprofundando as relações alienantes). Porém, é exigida uma ampliação das habilidades e hábitos do trabalhador, criando a falsa “impressão” que haveria um maior desenvolvimento deste trabalhador, desenvolvimento este, no entanto, correspondente apenas às necessidades imediatas de produção para o capital.

Em relação a constante adaptação do trabalhador, a flexibilidade exacerbada, as modificações constantes das tarefas, das técnicas etc., produzem no trabalhador um sentimento de estar sempre desatualizado, defasado, gerando grande ansiedade e a pseudonecessidade (pois não é dele de fato, mas sim do capital) de constantemente atualizar-se. O capital explora essa mudança constante de técnica e a necessidade de capacitação na chamada *educação continuada*, colocando a necessidade de se atualizar e se adaptar sob a responsabilidade do trabalhador, que, como vimos no segundo capítulo, tem que muitas vezes dedicar seu tempo livre para se *aperfeiçoar*. Isso se caracteriza também como uma grande fonte de sofrimento, pois o trabalhador precisa constantemente se capacitar para não ser demitido do emprego (e sente cotidianamente essa necessidade).

No que se refere à personalidade, as capacidades podem se diferenciar em qualidades gerais, que correspondem a um amplo círculo de atividades, e em qualidades específicas, que se referem a um círculo mais restrito de atividades. Quanto mais ricas e variadas às atividades, maior o desenvolvimento das capacidades em todas as suas qualidades. (MARTINS, 2001) Como no capital o trabalhador está alienado da produção do gênero humano, suas capacidades ficam restritas as suas qualidades específicas, às atividades do trabalho, produzindo-se, por conta disso, um desenvolvimento apenas parcial da sua personalidade.

Por outro lado, como vimos, o desenvolvimento das capacidades humanas está em unidade com os conhecimentos, hábitos e habilidades. Da mesma forma que as capacidades, no trabalho sob o capitalismo os conhecimentos a serem adquiridos estão vinculados à necessidade do processo de trabalho, reduzidos à técnica e ao modo de realizar as tarefas. Isso porque uma das características dessa forma de sociabilidade (e que já existia antes dela) é a divisão entre trabalho manual e intelectual. Ou seja, por exemplo, quem opera máquinas só conhece, na maioria das vezes, o modo de fazê-la funcionar (muitas vezes só o botão que tem que apertar) e não a sua forma de funcionamento. Ao ter que operar muitas máquinas, várias delas com funções diferentes, o conhecimento do trabalhador fica ainda mais fragmentado, reduzido e, por conseguinte ainda mais alienado.

A criação de hábitos é importante no desenvolvimento das capacidades, já que eles permitem que as operações sejam automatizadas, facilitando as ações complexas. Porém, os hábitos no trabalho (principalmente em tarefas que não se conhece a função) aumenta a possibilidade de erros que podem desencadear

acidentes de trabalho (que como vimos é resultado de várias cargas atuando no trabalhador). Como sob a gestão flexível, o trabalhador tem seu trabalho intensificado e suas ações diversificadas, para poder desenvolver sua atividade é *necessário* que ele desenvolva diferentes hábitos para conseguir realizar o trabalho com maior rapidez e habilidade.

O *caráter* do trabalhador é, também, um importante aspecto a ser desenvolvido para o “tipo” de trabalhador (personalidade) que se deseja. Como vimos, o caráter é fortemente marcado pelas relações do sujeito com o mundo e tem uma dimensão ideológica, pois está relacionado aos valores e ideais da sociedade em que o sujeito está inserido. Ou seja, as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, e elas são reforçadas e utilizadas nesta forma de gestão do capital. De forma que, o individualismo, o espírito competitivo e o egoísmo, por exemplo, são traços de caráter que são forjados e reforçados pelo capital, principalmente no processo de trabalho, através da disputa entre trabalhadores pela produtividade ou por maiores ganhos salariais, a concorrência entre as equipes, entre outros. Esses “traços de caráter” dos trabalhadores potencializam a produtividade, gerando grandes lucros e limitando que os trabalhadores se “enxerguem” como classe.

Portanto, como atividade principal do adulto, o processo de trabalho sob a gestão flexível aprofunda os aspectos alienantes que já existiam no trabalho, criando ainda outros, conformando um “tipo” específico de personalidade desse trabalhador. Todos esses aspectos, acima listados, vão conformar uma personalidade ainda mais fragmentada, centrada em motivos-estímulos em detrimento dos motivos vitais. Ou seja, conformando a constituição psíquica necessária à produção e reprodução do capital.

Por fim, em relação a sua vida cotidiana, a ligação do trabalho com a vida fora do trabalho se amplia enormemente. Para o trabalhador flexível não há vida fora do trabalho (como também não há vida no trabalho), já que ele deve sempre estar “conectado” de alguma forma com a empresa (e as novas tecnologias de comunicação e informática estão aí como ferramentas), podendo ser solicitado a qualquer momento conforme a demanda de produção do capital. Mesmo que esta conexão se limite apenas às preocupações relativas ao seu trabalho e que leva, frequentemente, para a casa (metas não cumpridas, tarefas incluídas, problemas

com a chefia, dificuldades nas relações interpessoais etc.) ou à insegurança e ao medo do desemprego que lhe acompanha.

Deste modo, suas atividades cotidianas ficam ainda mais voltadas ao “ser trabalhador”, limitando de forma mais acentuada qualquer forma de relação extra-trabalho. Mesmo os tempos de folga são determinados pelo capital e não são fixos, já que constantemente é chamado a fazer horas-extras (ou banco de horas) quando tiver demanda de trabalho e não pode se programar para isso. As relações pessoais do trabalhador ficam, muitas vezes, limitadas aos colegas de trabalho, pois ele está sempre à disposição da empresa. Assim, programar viagens, festas, convívio familiar e com amigos ficam limitados ao tempo e a lógica do capital. Além disso, como vimos, deve também dedicar parte da vida cotidiana para se aperfeiçoar para o trabalho. Nesse sentido, o trabalhador está mais do que nunca preso ao trabalho, a mercê dele.

Desta maneira, as cargas se ampliam na gestão toyotista. Estando presentes inclusive nos espaços de reprodução do trabalhador, quando fica à disposição da empresa. Isso tem efeito no aumento do desgaste, com, ainda, uma diminuição do tempo de recuperação desse desgaste (o espaço de reprodução do trabalhador).

Por tudo isso, o trabalhador também não se efetiva em sua vida cotidiana, esta passa a ser um mero espaço de reprodução da força de trabalho e de reprodução do próprio capital. Ou seja, nos espaços que lhe restam de vida cotidiana, fora do trabalho, esse trabalhador tem que repor o desgaste do seu trabalho, ao mesmo tempo em que consome e faz girar a roda do capital. Ao pensar no trabalhador flexível, que fica à disposição da empresa, mesmo que apenas em nível subjetivo, podemos pensar que esse trabalhador tem menor possibilidade de repor o seu desgaste, já que não consegue, materialmente e subjetivamente, se “desligar” do trabalho.

De forma geral, em relação à saúde do trabalhador, parece-nos, pelo que foi dito, que com a implementação da informatização e de uma nova forma de organizar o processo de trabalho, uma das características centrais da gestão flexível seria o aumento das *cargas psíquicas* no trabalho. Ou seja, a pressão por metas; a pressão dos colegas de trabalho; a “internalização” das regras, a exigência de produtividade; a atenção permanente, sobretudo com o aumento do número de máquinas sobre vigilância do trabalhador; aumento das suas ações de trabalho; o alto ritmo de

trabalho quando se tem “picos” de produção, com o aumento da demanda; etc. Com isso, também se mantém e se acentuam as *subcargas psíquicas*, que se caracterizam pela impossibilidade de fazer uso e desenvolver suas capacidades psíquicas. Seja ao se subordinar ao movimento de um maior número de máquinas e não ter planejamento das suas ações, já que estas estão atreladas a demanda; seja em razão da continuidade da separação entre execução e concepção, já que a participação do trabalhador é apenas referente às possibilidades de aumento da produtividade.

Além disso, a falta de sentido no trabalho, como característica do processo de trabalho sob o capital, também se constitui como uma carga psíquica. Segundo Laurell e Noriega (1989), o trabalhador pode suportar um alto ritmo de trabalho se este trabalho tiver um sentido para ele, mas se desprovido de sentido, é maior o desgaste do trabalhador, podendo se expressar em estresse, por exemplo.

Não queremos dizer que na gestão toyotista deixem de existir cargas físicas e fisiológicas. Muito pelo contrário, em alguns locais, essas cargas são aumentadas. Como, por exemplo, nas fábricas que produzem componentes microeletrônicos em que há o uso de muito produto químico. Porém, para Laurell e Noriega (1989), nos locais onde é empregada a gestão toyotista são diminuídas as cargas tradicionais como ruído e o calor, mas aprofundada a tensão nervosa com a presença de características como: monotonia, aumento do ritmo, isolamento e falta de controle sobre o trabalho.

Por outro lado, acreditamos que o aumento dos motivos-estímulo no toyotismo tem um duplo efeito: ao mesmo tempo em que estimula a atividade também é sentido pelo trabalhador como carga. Ou seja, todos esses elementos do processo de trabalho (metas, vínculo familiar, equipe, etc.) acarretam um maior vínculo com o trabalho e por isso trazem também uma maior dificuldade de perceber a alienação, que fica ainda mais inconsciente, facilitando o terreno para a ideologia que estimula os motivos-estímulo. Deste modo, quando sente que o trabalho (mesmo explorado e alienado) é tão ou até mais importante para o trabalhador do que a sua própria família, isso o estimula a trabalhar e o vincula emocionalmente à sua atividade, tornando mais difícil a percepção de que ele mesmo é uma mercadoria que só é útil ao produzir valor. Nesse sentido, os motivos que o estimulam a trabalhar também se constituem como cargas de trabalho, já que a cooptação emocional (e cognitiva, mesmo que alienada) se caracteriza como uma

pressão cotidiana por maior produtividade (você faz parte da “família” da empresa só se produzir, se der resultados para ela, se não, é excluído dessa “família”).

Lembrando que, segundo Laurell e Noriega (1989), no capitalismo, sob o trabalho alienado, o processo de desgaste é maior que o processo de reprodução, isto é, há muito mais desgaste do que reposição e desenvolvimento das capacidades físicas e psíquicas, o que se expressa em grandes índices de adoecimento na classe trabalhadora. Na gestão toyotista esta característica se amplia, no que tange o envolvimento integral do trabalhador.

Por isso, com a ampliação das cargas no trabalho se tem uma ampliação do desgaste do trabalhador, que para além do sofrimento pode se expressar em doenças de toda ordem, inclusive psíquicas. Como vimos essa ligação não é direta (cargas psíquicas igual a adoecimento psíquico). Como exemplo disso, Laurell e Noriega (1989) nos mostram que a hipotrofia do pensamento e da criatividade se expressa em mudanças nos corticosteróides da mesma forma que a pressão constante pode ter uma reação de estresse crônico ou uma fadiga nervosa, mostrando que a interação das cargas no organismo pode se expressar em uma alteração do funcionamento deste.

Porém, de modo geral, para a MSLA, considerando-se a unidade entre os aspectos biopsíquico, histórico e social é possível, como método de estudo, entender padrões de desgaste e os tipos de patologia, bem como sua distribuição nos grupos definidos por suas características sociais, podendo gerar conhecimento sobre a determinação destes processos, isto é, explicá-los. Em linhas gerais, ao entendermos a determinação material ou social do momento histórico que vivenciamos, observamos características no processo desgaste e reprodução que tem ligações com o desenvolvimento das atuais forças produtivas.

Como analisamos, vivemos em um momento de total generalização da forma mercadoria, com consequente aprofundamento da alienação em todas as esferas sociais (não só no momento da produção), com falta de reconhecimento do ser humano pelo próprio ser humano, em que o ter é mais importante do que o ser, fenômeno este decorrente das relações humanas fetichizadas. Soma-se a isto uma grande dificuldade no reconhecimento dos trabalhadores como classe, devido ao maior ocultamento da alienação, entre outras características. Quando vemos o aumento dos índices de adoecimento psíquico, associados a estas características do modo de produção de vida atual, podemos estabelecer ligação de nossa época

histórica às relações sociais de produção e ao nexo biopsíquico.

Não é ao acaso que verificamos o crescimento de doenças de origem psíquica, acompanhado de afirmações na mídia e no senso comum, que a 'depressão é o mal do século'. Acreditamos que a depressão (bem como distúrbios de ansiedade, dentre os outros transtornos mentais) é uma das expressões do perfil patológico da nossa época histórica, que se expressa na classe trabalhadora, e assim sendo, está ligada ao modo de vida, ao processo de trabalho característico que vivenciamos hoje.

Em síntese: vimos que no toyotismo a produção é flexível, o que exige um trabalho flexível e demanda um trabalhador também flexível. Isso terá um profundo impacto na subjetividade do trabalhador, pois se o trabalho é a atividade principal formadora de personalidade na vida adulta, no trabalho flexível a relação com o trabalho é aprofundada e ampliada para todas as dimensões da sua vida, ou seja, tanto no processo de trabalho, como para além dele. O trabalhador se converte em uma máquina de trabalhar, vive para o trabalho, ainda mais do que em outros momentos históricos. Sua cooptação, então, é ainda maior. Por esse motivo, o trabalhador que trabalha sob a gestão toyotista não consegue ter outras atividades formadoras de sentido fora do trabalho, ele está alienado inclusive da sua vida cotidiana.

Além disso, a cooptação emocional provoca um rompimento ainda maior do trabalhador com o produto do trabalho, ou seja, é uma relação que se estrutura pelo vínculo afetivo no interior da atividade (além do financeiro que é exterior à atividade), de modo que o trabalhador se torna dependente da empresa (afetivamente e, principalmente, materialmente) e fica ainda mais alienado do conteúdo da sua atividade: o que produz.

Portanto, na gestão toyotista, o trabalhador continua não tendo controle sobre o seu processo de trabalho, não tendo acesso ao produto do seu trabalho e, ainda, têm suas emoções fortemente cooptadas. O que deixa a alienação ainda mais oculta. E até sua vida particular passa a estar alienada dele, já que o trabalhador não tem controle sobre ela. Por outro lado, ao ter a sua vida integral incluída na atividade de trabalho, aumenta-se muito o seu desgaste diminuindo-se os momentos de reprodução. O que se reflete em um aumento do sofrimento e, por consequência do adoecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Para contribuir com o campo Saúde do Trabalhador a partir da Teoria da Atividade de A. N. Leontiev fizemos o seguinte percurso: no primeiro capítulo realizamos o “estado da arte” do campo Saúde do Trabalhador destacando, no seu interior, a teoria que consideramos mais avançada, de acordo com nosso aporte teórico-metodológico, qual seja, a Medicina Social Latinoamericana (MSLA). No segundo capítulo, discutimos sobre o trabalho para a teoria marxista, em especial, sob o modo de produção capitalista e a forma de gestão do processo de trabalho atualmente empregada, isso é, a base material que o trabalhador constitui e é constituído. No terceiro capítulo, esboçamos as principais categorias organizadas por A. N. Leontiev que nos permitem lançar hipóteses para a compreensão do sofrimento do trabalhador no e pelo trabalho alienado. Finalmente, no quarto capítulo, a partir da Teoria da Atividade, lançamos hipóteses para compreender a constituição do psiquismo do trabalhador sob o capitalismo, bem como, o impacto da forma histórica de trabalho sob gestão toyotista nessa constituição, com o intuito de compreender os aspectos potencializadores de sofrimento.

Tentamos também brevemente neste trabalho, demonstrar que as teorias psicológicas que *explicam* a relação do adoecimento do trabalhador com as relações do trabalho, se caracterizam como teorias com limites ideológicos, ao não analisarem os fundamentos das relações de trabalho sob o capitalismo e as suas relações com o processo saúde e doença. Ao excluir a análise da alienação, essas pesquisas excluem a análise da contradição fundamental do capitalismo, a produção do valor por meio do trabalho abstrato, alienado, que produz mais-valia. Deste modo, ocultam que a cooptação emocional só tem fundamento ao elevar as taxas de mais-valia com a finalidade de reprodução do capital. Ou seja, analisam parcialmente o fenômeno, ocultando as suas relações fundamentais.

Para superar essa limitação, tentamos lançar hipóteses de *como* a Teoria da Atividade pode contribuir com o campo Saúde do Trabalhador. Ou seja, ao se fundar no materialismo histórico-dialético, compreendendo o psiquismo formado a partir das atividades dos sujeitos no mundo e, por isso, contendo também as contradições que estão presentes nas relações sociais que os sujeitos vivenciam.

Ou seja, o capitalismo, como relação social, organiza toda a vida humana e,

por isso, deve ser compreendido em seus traços essenciais. Partimos do princípio que a PHC possui o arsenal teórico e metodológico para compreender a relação entre o modo de produção vigente e seus reflexos no psiquismo humano. Vimos que a dissociação entre o sentido e o significado na atividade de trabalho tem sua base material na atividade alienada, decorrente da forma mercadoria e da propriedade privada dos meios de produção.

Por outro lado, as formas de organização e gestão do trabalho sob o capital, também acarretam impactos no psiquismo dos trabalhadores. Vimos que, sob gestão toyotista, o uso da subjetividade do trabalhador com a cooptação das suas emoções, fazem parte da estratégia do capital para maior extração de mais-valia e com essa finalidade, trazem em seu bojo exigências psíquicas que não podem ser negligenciadas ao pensarmos a saúde do trabalhador.

De modo geral, alguns obstáculos colocaram limites a um maior aprofundamento dessa pesquisa. Primeiramente, as deficiências da própria pesquisadora em relação à apreensão da teoria da atividade de Leontiev, principalmente no que se refere ao livro “Atividade, consciência e personalidade”, em que o autor traz contribuições teóricas complexas e ainda pouco exploradas no Brasil. Isto é, o esforço teórico de compreender a teoria e elaborar algo novo, a partir dela, certamente trouxe deficiências a esse trabalho.

Além disso, dificuldades materiais como trabalho, militância, pouco tempo do mestrado, aliado ao fato de nosso objeto, na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, ser, de certo modo, “inédito”, também trouxe limites a uma maior exploração do tema.

Como são escassas as publicações de autores que se filiam a PHC na área da saúde e, em menor quantidade ainda, no campo da saúde do trabalhador, nosso grande desafio nessa pesquisa foi localizar quais aspectos da realidade deveríamos recortar e, ainda, quais categorias da Teoria da Atividade iríamos utilizar para analisá-los. Para isso, foi necessário uma revisão extensa tanto dos estudos que abordam a base material, histórica, econômica e social, que constitui os trabalhadores (o trabalho sob capitalismo e a forma de gestão predominante hoje), quanto da Teoria da Atividade, para, por fim, verificar quais categorias permitiriam o entendimento dos processos materiais vividos pelos trabalhadores e as consequências para o seu psiquismo. Ou seja, ficou-nos a sensação que o nosso trabalho terminou no momento em que deveria começar.

Por esse motivo, acreditamos que para a continuidade desse trabalho, algumas teorias poderão ser incorporadas, como a teoria da personalidade de Lucien Séve, que acreditamos trazer uma importante contribuição para compreender a personalidade no contexto da alienação. Também acreditamos que os conceitos/categorias: hierarquia de motivos, emoções, sentido, inconsciente e processo de personalização poderiam ter sido melhor explorados, para aprofundar o entendimento da constituição do psiquismo do trabalhador sob o capitalismo, e assim, também, possibilitar maiores conhecimentos sobre como se dará sua superação.

Além disso, consideramos que fica agora estabelecida a necessidade de realização de uma pesquisa prática que coloque os elementos teóricos encontrados neste nosso estudo em contato com o real, retornando à teoria, em um movimento de práxis que trará nova qualidade ao objeto de pesquisa.

De modo geral, duas perguntas permearam essa pesquisa: A primeira é, se o modo de produção capitalista permanece o mesmo, em sua essência, porque os índices de adoecimento psíquico continuam a aumentar? E ainda, *como* as “novas” estratégias do capital acarretam um maior vínculo emocional do trabalhador? Acreditamos que ao longo da pesquisa conseguimos levantar hipóteses de como se dão estas relações, que tentamos equacionar como o processo de sofrimento do trabalhador. Em síntese, as principais conclusões/hipóteses teóricas a que chegamos são:

Em primeiro lugar, sendo o trabalho a atividade principal do adulto, os motivos relacionados a esta atividade vão influenciar determinantemente o processo de personalização do trabalhador. Como vimos, o motivo principal, gerador de sentido, que conduz o trabalhador a executar a sua atividade, é o salário. O sentido está ligado a sua sobrevivência física, material e espiritual, já que somente por meio da venda da sua força de trabalho é que o trabalhador pode manter a sua vida, na sociedade capitalista. Portanto, o trabalho sob o capital sempre terá seu sentido fora dele, pois o trabalhador sempre estará alienado do conteúdo da sua atividade. E, por esse motivo, sempre será potencialmente fonte de sofrimento.

Como vimos, o “sofrimento” é uma expressão psíquica, originada pela relação do indivíduo com a sua realidade concreta. Ou seja, está ligado à atividade do sujeito e são por ela determinados. A atividade de trabalho, alienada, destituída de sentido em si mesma, pode trazer para este trabalhador um sentimento de

sofrimento duradouro e, deste modo, adquirir uma importância na hierarquia de sentimentos da personalidade, caracterizando modos deste indivíduo lidar com esse sofrimento. Acreditamos que este “modo” de lidar com o sofrimento está ligado as expressões psicológicas da alienação que como vimos são: sentimento de falta de poder ou impotência, sentido do absurdo, isolamento, auto-estranhamento e anomia.

Por sua vez, o sofrimento prolongado se constitui como um desgaste para o trabalhador. E como ele não encontra outras atividades formadoras de sentido (nem na vida cotidiana, fora do trabalho, na qual também não encontra motivos formadores de sentido), sua personalidade pode se expressar em diversas formas patológicas e patogênicas – como abuso de álcool e drogas, transtornos mentais ou demais doenças ditas como “orgânicas”.

Por outro lado, entendemos que os sentimentos podem ser significados pelos trabalhadores compreendendo, desta forma, as relações que o originam. Isso ocorre porque os sentimentos estão vinculados à linguagem, portanto, o “não falar”, ou “não ter espaço para significar o seu sentimento” pode fazer com que este se aprofunde, e ainda, não sejam compreendidas as relações materiais em que eles têm origem. Por exemplo, quando vemos os casos de subnotificação dos índices de adoecimento psíquico. Estudos mostram que, em relação ao processo de adoecimento psíquico, muitos trabalhadores não admitem estar “doente” por conta dos significados desse tipo específico de adoecimento em nossa sociedade: ou seja, “não dar conta de trabalhar”, “não ser um bom trabalhador”, “ser frescura”. Desta forma, como um não dito, o processo de sofrimento existe entre os trabalhadores que, ao não encontrar espaços para se expressar, não encontram formas objetivas e subjetivas de enfrentamento. Deste modo, ligar um sentimento às condições de trabalho é algo muito difícil em nossa sociedade, já que temos todo um aparato ideológico e, inclusive, científico para “inculcar” aos trabalhadores que seu sofrimento está ligado somente a aspectos extra-trabalho e, ainda, a uma fraqueza pessoal.

Em relação à personalidade do trabalhador, como esta é formada pelos “nós” da hierarquia de motivos, uma atividade principal fragmentada em que o motivo está deslocado do seu conteúdo, por certo ocasionará a formação de uma personalidade também fragmentada. Ou seja, como o sentido da atividade está deslocada do seu conteúdo, isto distancia o núcleo da personalidade da atividade de trabalho (que deveria ser formadora/organizadora da personalidade) de modo que o

trabalho passa a ser estranho a personalidade do trabalhador.

Da mesma forma, a consciência do trabalhador reflete a hierarquia dos motivos, do movimento que irá caracterizar a personalidade. A consciência, por sua vez, está ligada as relações sociais que o sujeito vivencia e o local que ocupa nessas relações. Na sociedade capitalista o trabalhador tem sua personalidade parcializada, alienada, pois, suas relações são relações de exploração. Sua condição de classe vai determinar o desenvolvimento de vínculos com o mundo circundante com uma menor amplitude da sua atividade prática, de seus conhecimentos e das normas sociais que irá assimilar, sendo esse conteúdo refletido também de forma fragmentada à consciência.

Ou seja, as contradições da sociedade se fixam e se incorporam na estrutura da personalidade. Com seu desenvolvimento parcializado, os sujeitos têm dificuldades materiais de construir motivos gerais e superiores e a vida humana se reduz a satisfação de necessidades cotidianas, de consumo, que visam apenas à manutenção da sua própria vida. Tal fato irá caracterizar a personalidade do trabalhador sob o capitalismo e são reforçadas pela sociedade do consumo. De modo em que a personalidade se satisfaz por meio das necessidades cotidianas, ou ainda, se satisfaz em um “mundo de ilusão”, por meio de planos, sonhos, desejos irrealizáveis, porém, reforçados pela ideologia capitalista.

Em relação à atividade do trabalhador sob a gestão toyotista, esta forma de gestão estrita ainda mais os vínculos do trabalhador com o mundo, de modo em que esse está mais do que nunca atrelado ao trabalho alienado, ou seja, em uma realidade que o opõe e o submete. Como vimos, tal fato limita o desenvolvimento de planos para o futuro, caracterizando o que Martins (2007) define como vivência espontânea, ou seja, não planejada, almejada da vida, fixada apenas no presente.

Deste modo, com uma personalidade fragmentada, que prioriza a satisfação das necessidades cotidianas, os motivos-estímulo vinculados pela gestão toyotista, se mostram eficientes para estimular a atividade. Acreditamos que a ampliação dos motivos-estímulo no interior da atividade, possibilita o maior envolvimento emocional dos trabalhadores com seu trabalho, o vinculando a ele, inclusive em seu tempo de não trabalho. Tal fato dificulta ainda mais a percepção da exploração de classe e de se colocar em luta contra as condições postas.

A vivência espontânea amplia a possibilidade do domínio da ideologia (que justifica a alienação) promovendo a parcialização da consciência dos trabalhadores.

E pelo hiato entre os sentidos e significações acabam por criar condições para uma construção cindida da subjetividade humana. Isto impede o desenvolvimento de uma consciência para si ou da autoconsciência em que o ser humano possa objetivar sua essência como ser que trabalha de maneira consciente, universal e livre.

Por isso, quanto mais empobrecidas são as atividades, mais empobrecido será também o processo de consciência, das emoções e sentimentos, que por sua vez, irá estruturar traços de caráter que não contribuem para a construção da autoconsciência, e fazem com que o trabalhador também atue no mundo e com os outros homens de forma limitada. Ou seja, o processo de apropriação do mundo sendo empobrecido, alienado, sua objetivação também será.

Por fim, ressaltamos que, para Leontiev (1978b), a única forma de superar parcialmente a fragmentação da personalidade é através compreensão das relações concretas que a submetem e se colocar em luta contra elas. Ou seja, pelo processo de consciência da sua situação de classe, que o determina, é possível também a autoconsciência, por mais que ainda limitada às relações que o submetem, não sendo na sociedade de classes genuinamente livre e universal. Em relação a isso, o sentido do trabalho para o trabalhador poderá mudar, mesmo que parcialmente, numa situação de organização coletiva com vistas à luta contra a exploração do trabalho.

Nesse sentido, ressaltamos que na luta de classes o problema da gestão do trabalho se dá de dupla forma, como já colocado por Laurell e Noriega (1989): Um problema para os capitalistas, que é *como* organizar o trabalho para ampliação da mais-valia e da produtividade - o que, como vimos, a gestão flexível tem se mostrado como técnica eficaz, pelo menos, até o momento histórico atual. Já para o trabalhador a questão é: em que condições se desenvolvem os seus processos vitais. Ou seja, para os primeiros é um problema de produção; para os trabalhadores um problema de reprodução. Um problema da vida.

Como um problema de vida, os trabalhadores têm que se colocar em luta para mudar o sistema que lhes traz sofrimento, fragmentação, desunião, desgaste e que, assim, barra a sua vida. O que vimos aqui é que o problema não está somente na forma de organização do trabalho, mas sim, nos fundamentos deste. O capital sempre mudará sua forma para continuar existindo; isso faz parte (e é uma parte necessária) do seu próprio desenvolvimento. Um sistema que barra a vida só pode ser mudado com a sua superação, ou seja, com a superação dos fundamentos que

lhe mantém: a propriedade privada dos meios de produção, a divisão social do trabalho e a forma mercadoria.

Ou seja, os trabalhadores só podem acabar com as condições alienantes da sua vida de uma forma: conhecendo-as e se colocando em luta contra as condições materiais que lhe dão sustentação.

A transparência de si para si não é, portanto, em última instância, de ordem psicológica, individual, contemplativa, mas sim social, coletiva, prática. E é sem dúvida, por isso que, no próprio seio da sociedade capitalista, a vida militante revolucionária, se não possui nada de uma taumaturgia, é, contudo, com bastante frequência, de índole desalienante: participar na transformação consciente das relações, que são a essência humana real, equivale a estar-se em melhores condições de captar o segredo da sua gênese e, por conseqüência, da gênese de si mesmo, equivale, adentro dos limites historicamente existentes, a ascender à liberdade. (SÉVE, 1979, p. 497)

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, R. & ALVES, G. **As Mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351. 2004. Disponível em: [HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br).

ANTUNES, R. **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. Caderno CRH. Salvador. n. 37. P. 23-45. 2002.

BARRETO, M. **Uma jornada de humilhações**. São Paulo: Fapesp. PUC. 2000.

CREPOP. **Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: referencias para a atuação do (a) psicólogo (a)**. Brasília-DF. CFP. 2008.

DUARTE, N. **A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas-SP. Autores Associados. 1999.

_____. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas-SP. Editora Autores Associados. 2004.

_____. **Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana**. Campinas. Autores Associados. 2000

FREITAS, S. M. P. de. **A psicologia no contexto do trabalho: Uma análise dos saberes e dos fazeres**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade. PUC. Rio Grande do Sul. 2002.

GERMER, C.M. **A relação abstrato/concreto no método da economia política**. In: CORAZZA, G. (org.) Métodos da ciência econômica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel**. São Paulo, Boitempo, 1999.

IASI, M. L. **Classes sociais e a reestruturação produtiva do capital**. Evento. 140 anos do O Capital. São Paulo – SP. PUC-SP. 2007.

INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL. (2009). **Anuário Estatístico da Previdência Social/Ministério da Previdência**. Recuperado em 22/09/10, de http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_091028-191015-957.pdf.

INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL. (2011). **Anuário Estatístico da Previdência Social/Ministério da Previdência**. Recuperado em 04/12/2012, de http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/1_121023-162858-947.pdf

JACQUES, M. G. C. **Abordagens teórico metodológicas em saúde/doença mental & trabalho**. In: Psicologia e sociedade; 15 (1): 97-116; jan/jun. 2003.

KLEIN, L. R. & KLEIN, B. L. **Ontologia humana e trabalho alienado**. In: Escola e Movimento Social: Experiências em curso no campo brasileiro. São Paulo-SP. Editora Outras Expressões. 2011.

LAURELL, A. C., & NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Cebes - Hucitec. 1989.

LAURELL, A.C. **A Saúde-doença como proceso social**. Revista Latinoamericana de Salud, México, vol. 2, 1982. p. 7-25. Tradução E. D. Nunes.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, consciencia y personalidad**. Ediciones Ciencias del Hombre, Buenos Aires, 1978b.

_____. **Las necesidades y los motivos de la actividad**. In: SMIRNOV, A.A., LEONTIEV, A.N., RUBINSHTEIN, S. L. e TIEPLOV, B. M. **Psicologia**. Academia de Ciencias Pedagogicas de la R.S.S.F.R. Instituto de Investigación Científica. Editorial Grijalbo S. A. México, D. F. 1969

_____. **O desenvolvimento do Psiquismo**. Livros Horizonte. Lisboa. 1978a.

LIMA, M. E. A. **A polêmica em torno do nexos causal entre distúrbio mental e trabalho**. Psicologia em revista, Belo Horizonte, 2003.

MARTINS, LM e EIDT, MN. **Trabalho e atividade: categorias de análise na psicologia histórico-cultural do desenvolvimento**. Psicologia em Estudo, vol. 15, núm. 4, outubro-diciembre, 2010, pp. 675-683. UEM. Maringá-PR.

MARTINS, LM. **A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano**. Campinas – SP. Autores Associados. 2007.

MARTINS, L.M. **Psicologia sócio-histórica: o fazer científico**. In: MARTINS, S. T. F., RENILDES DA SILVA, N., ABRANTES, A. A. Método histórico-social na psicologia social. Petropolis – RJ. Editora Vozes. 2005.

_____. **Análise sócio-histórica do processo de personalização de professores**. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Educação. Faculdade de Filosofia e Ciências. UNESP. Marília. 2001

MARX, K e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. In *Obras Escolhidas em três tomos. Tomo I. Lisboa. Edições “Avante”*. 1982.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. 2008.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. Boitempo Editorial. São Paulo-SP. 2004.

_____. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. In *Obras Escolhidas em três tomos. Tomo I. Lisboa. Edições “Avante”*. 1982.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. 13ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 1989.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. Os economistas. São Paulo. Abril Cultural. 1982.

MENDES, R., COSTA DIAS, E. **Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador**. Revista de Saúde Pública. São Paulo – SP. P. 341-349. 1991

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. **A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2012.

PALANGANA, I. C. **Individualidade: Afirmação e Negação na Sociedade Capitalista**. 2 ed. São Paulo. Editora Summus. 2002.

PASQUALINI, J. C. **Princípios para a organização do ensino na educação infantil na perspectiva histórico-cultural: um estudo a partir da análise da**

prática do processor. Tese (Doutorado em Educação Escolar). UNESP, Araraquara, 2010.

RAMOS JUNIOR, A. de J. **A formação de um intelectual coletivo: Um estudo sobre o percurso dos militantes na construção da saúde do trabalhador no Paraná.** 233 f. Tese de Doutorado em Educação. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. 2007.

SATO, L. & BERNARDO, M. H. **Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem.** Ciência & Saúde Coletiva. 2005.

SELIGMANN SILVA, E. (2010). **Saúde Mental no Trabalho Contemporâneo.** Plano Global de Ação em Saúde do Trabalhador (2008-2017). recuperado em 24/08/2010, de http://consultoriadesenvolverh.com.br/artigos/edith_seligman_silva.pdf

SÈVE, L. **Marxismo e Teoria da Personalidade.** Volume III. Lisboa. Livros Horizonte. 1979.

SILVA JUNIOR, J. S. da. **Afastamento do trabalho por transtornos mentais e fatores associados: um estudo de caso-controle entre trabalhadores segurados da Previdência Social.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Saúde Pública. São Paulo-SP. USP. 2012.

SOUZA, T. M. DOS S. **Assédio moral e assédio sexual.** INTERFACES Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.3, Artigo 2, ago./dez.2008. Disponível em: www.interfacehs.sp.senac.br.

SOUZA, T. M. DOS S. **Emoções e capital: As mulheres no novo padrão de acumulação capitalista.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. PUC/SP. 2006

TUMOLO, P. S. **Trabalho, vida social e Capital na virada do milênio: Apontamentos de interpretação.** Campinas-SP. Revista Educação e Sociedade. Vol. 24, n. 82, p. 159-178. 2003.

VASQUES-MENEZES, I. **Por onde passa a categoria trabalho na prática terapêutica?** in. Codo, W. (org). O trabalho enlouquece. São Paulo. Editora Vozes. 2004.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. São Paulo-SP. Expressão Popular. 2007

WORD HEALTH ORGANIZATION. **Relatório Mundial da Saúde. Saúde Mental: nova concepção, nova esperança**. 2002 Recuperado em 04/12/12, de http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf.